

Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos

Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos

Alex Branco Fraga
Janice Zarpellon Mazo
Marco Paulo Stigger
Silvana Vilodre Goellner
(Organizadores)

Série Esporte, Lazer e Saúde

2009
Porto Alegre



Gênese
EDITORA

© dos autores
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Ministério do Esporte do Brasil

Capa: Flávio Roberto Gonçalves
Revisão: Vilma Beatriz da Silva Dentzien/ Naila Touguinha Lomando
Editoração eletrônica: Vanessa da Silva/ Gênese Artes Gráficas

P769 Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos / organização Alex
Branco Fraga, Janice Zarpellon Mazo, Marco Paulo Stigger,
Silvana Vilodre Goellner – Porto Alegre: Gênese, 2009. – (Série
Esporte, Lazer e Saúde)

125 p.; il.

Ensaio de vários autores.
ISBN: 978-85-61652-04-3

1. Lazer – 2. Saúde – 3. Espaços urbanos – 4. Políticas públicas
– 5. Projetos sociais – 6. Parques públicos – 7. Praças públicas
– I. Fraga, Alex Branco – II. Mazo, Janice Zarpellon – III. Marco
Paulo Stigger – IV. Goellner, Silvana Vilodre

CDU: 379.8

Catálogo na publicação

Bibliotecária responsável: Naila Touguinha Lomando, CRB-10/711

Sumário

POLÍTICAS DE LAZER E SAÚDE EM ESPAÇOS URBANOS

1. PARQUE HUMAITÁ: A EMERGÊNCIA DAS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS.
Janice Zarpellon Mazo, Francine Morim Menegotto, Ronaldo Dreissig de Moraes11
2. “SEDENTARISMO É...”: CONCEPÇÕES DE PRATICANTES DE CAMINHADA E A MEDICALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS.
Alex Branco Fraga, Felipe Wachs, Ivana dos Santos Teixeira, Rute Viégas Nunes, Igor Ghelman Sordi Zibenberg.....21
3. PARQUES PÚBLICOS, SOCIABILIDADES URBANAS E POLÍTICAS DE LAZER.
Marco Paulo Stigger, Edson Bertuol Trentini, Maitê Venuto de Freitas.....36
4. LAZER E GÊNERO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER NA CIDADE.
Silvana Vilodre Goellner, Márcia Luiza Machado Figueira, Carolina de Campos Derós, Caroline Canabarro de Oliveira53
5. ENCONTROS E DESENCONTROS: LAZER, PROMOÇÃO DA SAÚDE E ESPAÇOS PÚBLICOS.
Fabio de Farias Peres, Victor Andrade de Melo.....62
6. PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS E DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER NAS CIDADES: UMA QUESTÃO DE “SAÚDE URBANA”.
Simone Rechia.....76
7. O ESPORTE NOS PROJETOS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS VULNERÁVEIS.
Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer, Méri Rosane Santos da Silva, Rose Méri Santos da Silva.....89
8. INTERAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO PÚBLICO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO EM PRAÇAS E PARQUES.
Édison Luis Gastaldo.....100
9. HETEROTOPIAS URBANAS: A CIDADE E A PRAÇA.
José Geraldo Soares Damico.....110

APRESENTAÇÃO

Políticas de lazer e de saúde em espaços urbanos é um livro fruto de projeto de pesquisa desenvolvido pelo Núcleo UFRGS da Rede Cedes e financiado pelo Ministério do Esporte. Ele representa a consolidação da trajetória de pesquisas iniciadas pelo núcleo em 2005, que culminou com a publicação pela editora da UFRGS, em 2007, dos livros *Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção*, organizado por Alex Branco Fraga e Felipe Wachs; *Garimpendo memórias: esporte, educação física, lazer e dança*, organizado por Silvana Goellner e Angelita Jaeger; e *O esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos*, organizado por Marco Paulo Stigger, Fernando González e Raquel Silveira.

Essas três obras reuniram pesquisas articuladas teórica e metodologicamente ao campo das representações sociais, etnografia, historiografia cultural e análise de discurso, que deram sustentação às análises sobre fenômenos contemporâneos do esporte recreativo e do lazer na cidade, a recuperação e a documentação da memória das práticas esportivas regionais, bem como as crenças circulantes em programas de promoção da saúde acerca dos benefícios da prática física e sua repercussão na cultura do movimento humano.

O presente livro é um desdobramento do trabalho em rede que Núcleo UFRGS da Rede Cedes vem fazendo. Para compô-lo, adotamos a mesma lógica da primeira coleção: textos oriundos do projeto coletivo desenvolvido por pesquisadores da Escola de Educação Física da UFRGS (os quatro primeiros), e textos produzidos por pesquisadores de fora do núcleo, cujos temas estão, contudo, intimamente ligados ao projeto nuclear (os cinco últimos).

No capítulo *Parque Humaitá: a emergência das práticas corporais e esportivas*, Janice Zarpellon Mazo, Francine Morim Menegotto e Ronaldo Dreissig de Moraes realizam um registro histórico da constituição desse parque, situado na Zona Norte de Porto Alegre. O objetivo principal do estudo é analisar como a população local se apropriou dos espaços públicos destinados às práticas esportivas e corporais. Para tanto foram utilizadas fontes documentais e entrevistas com frequentadores e com gestores do parque.

No capítulo “*Sedentarismo é...*”: *concepções de praticantes de caminhada e medicalização das práticas corporais*, Alex Branco Fraga, Felipe Wachs, Ivana dos Santos Teixeira, Rute Viégas Nunes e Igor Ghelman Sordi Zibenberg analisaram as respostas de vinte praticantes de caminhada do Parque Humaitá, todos vinculados ao programa Lazer e Saúde. O foco central da pesquisa é compreender o que entendem por sedentarismo e como

o relacionam com o processo de medicalização das práticas corporais presente nas recomendações referentes à atividade física e à saúde.

Partindo de evidências que levam a considerar que os parques públicos adquiriram grande relevância social, como espaços de lazer e de relações de sociabilidade urbana, Marco Paulo Stigger, Edson Bertuol Trentini e Maitê Venuto de Freitas apresentam o artigo *Parques públicos, sociabilidades urbanas e políticas de lazer*. No trabalho, os autores buscam compreender – em dois espaços públicos de Porto Alegre – aspectos relativos a fatores que interferem ou podem vir a interferir na construção das dinâmicas sociais que neles acontecem. Depois de um período de observações *in loco* e de realização de um conjunto de entrevistas semiestruturadas, concluem que diferentes dimensões históricas e sociais locais são determinantes na forma como os espaços públicos são apropriados pelas populações do seu entorno. Sugerem, ainda, que os gestores de políticas públicas de lazer devem estar atentos a essas peculiaridades.

Em *Lazer e Gênero: considerações iniciais a partir da experiência do Programa Esporte e Lazer na Cidade*, as autoras Silvana Vilodre Goellner, Márcia Luiza Machado Figueira, Carolina de Campos Derós e Caroline Canabarro de Oliveira realizam uma análise junto às atividades do Programa Esporte e Lazer da Cidade ocorridas nos cinco núcleos da cidade de Porto Alegre. A pesquisa buscou compreender alguns dos impeditivos para a menor adesão das mulheres à prática de atividades de esporte e de lazer, partindo do pressuposto de que o lazer, assim como qualquer outra prática humana, é um espaço generificado e generificador.

Fabio de Farias Peres e Victor Andrade de Melo, no artigo intitulado *Lazer, promoção da saúde e espaços públicos: encontros e desencontros* apresentam algumas reflexões sobre os usos do campo da promoção da saúde em associação ao que se entende, mesmo que de forma equivocada, por lazer. Os autores se propõem a situar a discussão do acesso aos espaços como um dos componentes que compõe a relação saúde-lazer.

Já no texto *Planejamento dos espaços e equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de saúde urbana*, Simone Rechia faz uma reflexão sobre a conexão entre o planejamento dos espaços e os equipamentos de esporte e de lazer e a saúde nos grandes centros urbanos. A autora enfatiza que o planejamento e a variabilidade dos modelos de espaços e de equipamentos associados a programas eficazes devem nortear a gestão dos espaços públicos.

No capítulo *O esporte nos projetos sociais e a produção dos sujeitos vulneráveis*, Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer, Méri Rosane Santos da Silva, Rose Méri Santos da Silva dedicam-se a discutir o conceito de vulnerabilidade

e vulnerabilidade social tomando como ponto de convergência analítica projetos sociais de esporte e de lazer. O argumento central gira em torno da situação paradoxal que se estabelece na relação entre práticas dirigidas aos vulneráveis (fundadas na vulnerabilidade) e a constituição de corpos vulneráveis (vulnerabilização) que tais práticas podem produzir.

Édison Luis Gastaldo é o autor do capítulo *Interações Sociais no Espaço Público: um estudo etnográfico em praças e em parques*. Ele apresenta alguns resultados da pesquisa “Espaços Esportivos de Lazer e Sociabilidade Cotidiana: um estudo etnográfico”, que buscou, mediante a participação sistemática de um grupo de pesquisadores na vida cotidiana de duas dezenas de praças e parques, investigar as práticas esportivas e de lazer ali ocorrentes. Ao salientar alguns aspectos da ordem social estabelecida nas praças observadas, o autor conclui que, quando as pessoas ocupam o espaço público que lhes foi concedido, o conflito entre os participantes diminui; e, se houver também uma política para fomentar e ocupar aquele espaço público, as interações se tornam ainda mais qualificadas como relações humanas.

A participação de José Geraldo Soares Damico com o artigo *Heterotopias Urbanas: a cidade e a praça*, mostra a realidade dos espaços públicos de lazer em grandes cidades e levanta um questionamento: qual a relação dos moradores urbanos frente à promoção de saúde e/ou lazer? Na descrição densa de seu trabalho, o autor apresenta a variação nas funções, nas formas e nas paisagens de uma praça no bairro Mathias Velho pelo olhar das relações complexas que se estabelecem nesta localidade na cidade de Canoas.

A diversidade de abordagens e de contextos empíricos contemplada nesta obra é uma demonstração da força das pesquisas relativas às “Políticas de lazer e de saúde em espaços urbanos” no Brasil. São diferentes linhas investigativas que formam o fio condutor de uma rede de pesquisas multifacetada, mas com preocupações e compromissos comuns. Agradecemos ao Ministério do Esporte e à Escola de Educação Física da UFRGS pelo apoio permanente concedido às pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo UFRGS da Rede Cedes e, fundamentalmente, pela possibilidade de manterem-nos conectados.

Parque Humaitá: a emergência das práticas corporais e esportivas

*Janice Zarpellon Mazo
Francine Morim Menegotto
Ronaldo Dreissig de Moraes*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo apresenta apontamentos sobre a criação do Parque Marechal Mascarenhas de Moraes, conhecido popularmente como Parque Humaitá e a ocupação dos seus espaços para a realização de práticas corporais e esportivas. Trata-se de um eixo investigativo do projeto de pesquisa intitulado “Políticas de Promoção da Saúde na Gestão do Lazer em Porto Alegre” do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (REDE CEDES) da ESEF/UFRGS. Por meio deste, pretende-se verificar o impacto social das políticas de promoção da saúde no estilo de vida da população urbana frequentadora de parques e de praças públicas de Porto Alegre.

A pesquisa foi realizada no Parque Humaitá, porque, além de ser o primeiro parque criado na Zona Norte de Porto Alegre, possui um diferencial em relação aos demais, pois foi o primeiro parque oriundo da Lei de Parcelamento de Solos Urbanos (SMAM - <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam>). O local onde está situado o parque servia de aterro sanitário para a cidade e, posteriormente foi urbanizado. Cabe destacar que, no entorno, reside uma população de baixa renda, que provavelmente encontra no parque uma das raras possibilidades de lazer e de sociabilidades.

O estudo tem como objetivo identificar como ocorreu a implantação das práticas corporais e esportivas no Parque Humaitá. Para tanto foram consultadas fontes impressas e orais. Por meio da pesquisa em documentos oficiais, livros e relatórios, realizamos o levantamento de informações, especialmente, sobre o período da fundação do parque. Enquanto a coleta de depoimentos de frequentadores e gestores públicos do parque possibilitou trazer o “olhar” daqueles que vivenciaram os espaços desde a sua fundação. Foram entrevistados dez frequentadores, de ambos os sexos, que participaram das atividades oferecidas pela administração do parque.

2 A CRIAÇÃO DO PARQUE HUMAITÁ

O Parque Humaitá foi criado no bairro Humaitá, na zona norte de Porto Alegre. O bairro começou a ser projetado na década de 70, quando a cidade apresentava expressivo crescimento populacional e, em decorrência disso,

surgiram novos problemas de habitação, transporte e infraestrutura. Essa situação desencadeou, entre outras medidas, a criação de novos bairros em Porto Alegre.

O bairro Humaitá foi um dos setores residenciais projetados pela iniciativa privada nos anos 70, com o objetivo de responder aos problemas de habitação. A expansão da cidade para a zona norte tornou-se mais efetiva, já que os custos de moradia eram mais acessíveis em função da distância em relação à região do centro. A ocupação dessa área aconteceu ao longo dos anos 80, bem como a ampliação dos edifícios residenciais. Inclusive no bairro, foi sendo organizado um pequeno comércio para atender aos moradores locais (PARQUE HUMAITÁ, 2008).

Na perspectiva de implantar futuramente um parque residencial no bairro, a empresa loteadora Frederico Mentz S.A. procurou o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) em 1977, propondo um contrato de aterro de uma área alagadiça de dez hectares. O então chamado Aterro Sanitário do Parque Benópolis recebia a maior parte do lixo de Porto Alegre. De julho de 1977, quando foi feita a primeira apresentação de dados do Aterro Benópolis até dezembro de 1981 mais de um milhão de toneladas de lixo foram depositadas no local (FIGUEIREDO; TRINDADE, 1982).

Os resultados obtidos com o aterramento dos dez primeiros hectares, num período de dez meses, levaram a empresa loteadora a contratar os serviços do DMLU para o aterramento de toda a área, que tinha aproximadamente 140 hectares. O projeto previa a construção no terreno de um dos maiores projetos residencial de Porto Alegre, o qual abrigaria uma população de 15 mil pessoas. Todavia, devido à Lei n. 2.970/66, do Plano Diretor de Porto Alegre, o loteador era obrigado a destinar 15% da área total à implantação de praças e de parques e urbanizá-las. Faz-se ressalva a Lei de Parcelamento dos Solos Urbanos aprovada pelo presidente João Baptista Figueiredo em 1979, prevê que a subdivisão do loteamento só poderá ser feita se os lotes forem destinados à edificação.

A legislação municipal obrigava o loteador a urbanizar parte da área e entregá-la ao município. O objetivo era baixar o déficit de áreas verdes na zona norte da cidade. Em Porto Alegre, segundo Teixeira (2007), havia 151 praças, uma unidade de conservação e apenas três parques até o ano de 1978, os quais estavam localizados na zona central da cidade, a saber: 1) Parque Farroupilha – conhecido como Redenção – com área de 40 hectares, inaugurado em 1935; 2) Parque Moinhos de Vento – conhecido como Parcão – com área de 11,50 hectares, inaugurado em 1972; e, 3) Parque Marinha do Brasil – conhecido como Marinha – com 70,70 hectares, inaugurado em 1978.

Na cidade de Porto Alegre, para um espaço ser considerado parque, é necessário que a área tenha um mínimo de dez hectares (TEIXEIRA, 2008). Os

parques são espaços predominantemente abertos, com grandes dimensões e características próprias. A preservação dos atributos naturais que caracterizam a unidade de paisagem na qual o parque está inserido, bem como para a promoção da melhoria das condições ambientais na cidade é uma preocupação central.

Diante das questões legais, no dia 2 de julho de 1982, pela Lei n.º 5.134, a área foi destinada à criação do parque público. O novo parque, com uma pequena área de 18,30 hectares do total dos 140 hectares, foi denominado Parque Marechal Mascarenhas de Moraes (TASSINARI; WARTCHAW, 2004), mas ficou conhecido como Parque Humaitá. O nome do parque, sugerido pelo prefeito da época, faz uma homenagem a João Batista Mascarenhas de Moraes. O militar brasileiro nascido em São Gabriel, no ano de 1883 foi um dos comandantes da participação do Brasil na II Guerra Mundial e, posteriormente, em 1953, foi nomeado Chefe do Estado. Faleceu em 1968, na cidade do Rio de Janeiro.

A cerimônia de inauguração ocorreu no dia 17 de agosto de 1982 com a presença de autoridades militares e representantes do governo municipal e estadual. Devido ao tempo chuvoso e ao frio, o programa de inauguração foi curto (PARQUE..., 1982a). O ato inaugural teve início com o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre, enquanto a Banda da Brigada Militar executava o Hino Nacional. A seguir, o secretário municipal do Meio Ambiente Larry Pinto de Faria, discursou sobre a participação do Mal. Mascarenhas de Moraes na II Guerra Mundial (PARQUE..., 1982c). Após, a Força Expedicionária Brasileira foi homenageada, já que o parque leva o nome de um ex-combatente gaúcho. Na sequência falou o general Túlio Chagas Nogueira, comandante do III Exército, que, em seguida, descerrou a placa inaugural juntamente com o prefeito Guilherme Sociais Villela, ao som do Hino ao Expedicionário. Estava presente na cerimônia o Chefe do Estado Maior, general José Apolínio da Fontoura Neto (PARQUE..., 1982b). Percebe-se que a solenidade de inauguração ganhou destaque nos principais veículos de comunicação da capital, como os jornais Zero Hora, Folha da Tarde e Jornal do Comércio.

Em 1982, quando foi inaugurado, o Parque Humaitá não estava completamente pronto, entretanto já era utilizado por alguns moradores. Somente no ano de 1984, começaram a ser oferecidas as primeiras práticas esportivas para a comunidade. Foi realizado o 1º Torneio de Integração de Voleibol do bairro Humaitá, entre os dias 15 e 22 de julho, com a participação de sete equipes. Esse evento foi promovido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em parceria com a administração do Parque e Associação dos Moradores do Bairro Parque Humaitá (VOLEIBOL..., 1984). Os registros apontam que um

dos objetivos do torneio era promover a aproximação da comunidade com os espaços do Parque Humaitá.

O evento esportivo oferecido no ano seguinte, no dia 27 de outubro de 1985 foi o Torneio de Futebol de Campo. Durante a realização desse torneio, foi inaugurada a cancha de bocha do parque. Entre os anos de 1986 e 1989, não foram localizados registros sobre eventos esportivos. Observou-se que, desde sua inauguração até 1990, o parque era administrado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM). Isso, de certa forma, pode explicar por que as práticas esportivas e eventos eram escassos no Parque Humaitá.

3 UMA NOVA FASE DO PARQUE HUMAITÁ

Em 1º de março de 1990, após a contratação de uma professora de Educação Física, começaram regularmente as atividades esportivas e recreativas no parque. Essas atividades eram de responsabilidade da Supervisão de Esportes e Recreação Pública (SERP), órgão da então Secretaria da Educação de Porto Alegre. De acordo com Stigger (1992), nas unidades recreativas sob a orientação de profissionais de Educação Física, professores e estagiários, são oferecidas atividades para os momentos de lazer da população. Justamente, quando a SERP assumiu a responsabilidade pela manutenção do parque, houve uma melhora significativa em termos de ocupação dos espaços pela população. Desde sua inauguração, o Parque Humaitá contava com aparelhos de recreação infantil, um campo de futebol com arquibancadas, canchas para futebol de salão e vôlei, pista de patinação e bocha, além de um bosque de eucaliptos onde se encontravam doze churrasqueiras (FOLHA DA TARDE, 1982).

A existência dos equipamentos e a atuação efetiva da SERP favoreceram que entrassem em funcionamento as escolinhas esportivas nos anos de 1992 e 1993. Como as escolas próximas ao parque não tinham estrutura para a realização das aulas de Educação Física, os alunos começaram a realizar as aulas nas instalações do parque. Foram criadas escolinhas de futebol, de vôlei e de basquete devido ao interesse da comunidade nessas práticas.

Aos poucos, as escolas foram melhorando suas instalações e passaram a oferecer aulas de Educação Física, porém foram mantidas as escolinhas esportivas no parque. As equipes de vôlei e de futebol formadas nas escolinhas disputavam torneios interpraças e intercolegiais. Já as equipes de basquete disputavam apenas torneios internos, pois havia um número reduzido de jogadores. As equipes eram divididas por sexo nas categorias infantil, mirim, juvenil e adulto. Os times de futebol nas categorias infantil, mirim e juvenil conquistaram diversos torneios, recebendo muitos troféus que hoje estão expostos na sala da SME no Parque Humaitá. Também havia competições entre equipes oriundas da própria comunidade.

Além dos esportes, atividades de ginástica eram oferecidas no parque desde 1990. Com o incremento das turmas, dois anos depois, iniciou a ginástica estética feminina. A consolidação do grupo de mulheres praticantes de ginástica permitiu a realização do I Chá de Confraternização de Ginástica no dia 11 de novembro de 1993. Nesse período, além das atividades físicas e esportivas, também começaram a crescer as atividades de caráter festivo como, por exemplo, a Festa das Mães e a Festa da Criança.

A Festa das Mães, comemorativa ao Dia das Mães, reunia mães e filhos em diversas brincadeiras no mês de maio. Já a Festa da Criança, que acontecia em outubro envolvia as crianças da comunidade e seus familiares. Em parceria com as escolas, a administração do parque oferecia às crianças atividades recreativas e lúdicas. Essa festa contava ainda com a participação do Ônibus Brincalhão, um ônibus adaptado com brinquedos, que funciona como uma “Brinquedoteca” itinerante. O “Brincalhão” faz parte de um projeto de recreação da Secretaria Municipal de Esportes (SME), antiga SERP. A ‘Festa da Criança’ no parque foi realizada no dia 2 de outubro de 1993.

A busca pela integração entre os moradores do bairro Humaitá para com o parque continuava. Em 1996 foi implantado o projeto ‘Brincando aos Domingos’, que oferecia atividades esportivas e recreativas um domingo por mês. Foi considerado o projeto que mais aproximou a comunidade ao parque. Em 19 de maio de 1996, foi realizado o ‘I Passeio Ciclístico do Parque Humaitá’. Nesse mesmo ano, no dia 6 de outubro aconteceu a ‘I Rústica do Parque Humaitá’. Os participantes dessa corrida eram divididos em duas categorias: as crianças até 13 anos faziam o percurso de 2.150m contornando o Parque, enquanto os adultos percorriam 3.100m. Cerca de 100 crianças de 16 escolas de Porto Alegre participaram do evento, e os vencedores foram premiados com medalhas.

Até o ano de 2002, ocorreram diversos jogos e torneios no Parque Humaitá como, por exemplo, ‘Jogando nas Praças’, ‘Criançada no Humaitá’ e os ‘Campeonatos Regionais de Futebol de Várzea’. O primeiro evento se caracterizava por múltiplos jogos de futebol, de handebol, de basquete, de vôlei, além do atletismo. O segundo estava mais voltado para a realização de jogos de vôlei e de futebol e diversas brincadeiras e o uso da ‘Brinquedoteca’ criada no parque. Ela foi sendo organizada pelos funcionários e pelos professores de Educação Física que trabalhavam no parque e muitas vezes doaram brinquedos de seus filhos para serem utilizados pelas crianças da comunidade. Porém, com a deterioração dos materiais e a falta de apoio da SME, o projeto teve fim. O terceiro evento, os campeonatos de futebol de várzea estavam direcionados para o público adulto masculino, não apenas do bairro Humaitá, mas de outros bairros da cidade de Porto Alegre.

A Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME), que assumiu a gestão do parque na década de 1990, deixou de ser a responsável pelo esporte em 2003, passando o controle para o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Essa mudança acarretou alterações na sistemática das atividades de ginástica e de práticas esportivas.

3.1 O Parque Humaitá e o Programa Esporte e Lazer da Cidade

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) tem como finalidade o funcionamento de três núcleos de esporte recreativo e de lazer, indicado para todas as faixas etárias. Esses núcleos estão localizados em três lugares da cidade de Porto Alegre: Núcleo 1 – Vila Tecnológica; Núcleo 2 – Loteamento Progresso, ambos na Região Farrapos-Navegantes-Humaitá e Núcleo 3 – Praça Rejane Vieira-Centro Comunitário Georg Black (CEGEB) na Vila Cruzeiro. As atividades acontecem nas praças, nas quadras, associações de bairros, nas creches e nas comunidades.

Contrariando o objetivo do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), atualmente, não são mais realizados torneios esportivos de nenhuma categoria no Parque Humaitá. As tradicionais corridas rústicas tiveram fim em 2002, enquanto o Passeio Ciclístico e o Projeto Brincando aos Domingos se estenderam até o ano de 2003.

Com o passar dos anos, os espaços do parque destinados às atividades esportivas e recreativas foram-se deteriorando. Alguns locais inclusive foram extintos, entre eles, a cancha de bocha e a pista de patinação, que era pequena e pouco utilizada. As instalações esportivas, que atualmente são de responsabilidade do PELC, estão malcuidadas. As quadras não têm marcações, os campos de futebol são irregulares, e o gramado é ruim. As goleiras e as bandejas de basquete já não existem mais.

O problema com a manutenção do Parque Humaitá não é recente. Desde 1989, já havia reclamações em relação ao estado de conservação dos espaços destinados ao lazer. Em Relatório da SMAM (1989) consta que: “Os vestiários e banheiros estão em péssimo estado. Nota-se que o aterro está cedendo, desnivelando alguns bancos da praça e inclusive goleiras de futebol de salão”.

A sala de ginástica, por exemplo, foi construída em um local afastado, e sua estrutura física foi se modificando ao longo dos anos devido à falta de segurança. Ao ser questionado sobre a questão da segurança no parque, a opinião unânime dos entrevistados foi a de que o parque carece de uma melhor segurança. Devido à pouca iluminação e à grande extensão do local, diversos moradores relataram que, ao anoitecer, são formados alguns pontos de venda e de consumo de drogas.

Desde a inauguração da sala de ginástica, no início dos anos 90 até 2003, o pequeno local sediou atividades de dança, ginástica estética feminina, ioga, ginástica aeróbica e de alongamento. Atualmente, as únicas atividades realizadas são as aulas de ginástica e alongamento, que contam com a participação de mulheres adultas. A ausência de atividades e de eventos esportivos é sentida pelos moradores mais antigos do bairro. Essas pessoas relatam que esses acontecimentos proporcionavam a integração entre os frequentadores do parque. No entanto, consideram que a divulgação inadequada impediu que um maior número de pessoas prestigiasse as atividades.

A reclamação dos entrevistados com relação à divulgação das atividades oferecidas e o pequeno número de frequentadores do parque podem ser justificados quando se observam alguns dados. O bairro Humaitá contava no ano de 2000 com uma população de 10.293 habitantes, sendo 5.428 mulheres e 4.865 homens (PORTO ALEGRE, 2007). E, o parque tem uma área total de 182.383 metros quadrados, dos quais 7.600 são de área esportiva (SCHAFF, 2002). Todavia, os registros sobre a oferta de atividades e número de usuários são escassos.

A presença das mulheres para as aulas de ginástica evidencia um grupo específico de usuário do parque. Elas também se encontram para eventos de socialização, como viagens e chás. Também se observam idosos circulando pelo parque. Havia um grupo de idosos que, por alguns anos, utilizaram o Parque Humaitá para realizarem atividades físicas e sociais. A Terceira Idade era conduzida de um Posto de Saúde próximo até o parque por uma professora de Educação Física. Aconteciam encontros e jogos entre outros grupos de idosos. Com a saída da professora, o grupo deixou de usufruir do parque para a prática de atividades físicas.

Foi possível constatar, por meio das observações de campo, que o Parque Humaitá é predominantemente frequentado por moradores do bairro em finais de semana e ao entardecer em dias úteis. O acesso nesses horários é devido às características da população local, que utiliza o parque no período oposto ao de trabalho. Com a realização das entrevistas, verificamos que o Parque Humaitá é o principal local de lazer da população do entorno. Devido ao fato de a localização geográfica em que o bairro se encontra ser distante das demais opções de lazer, praticamente inviabiliza a utilização de outros espaços destinados ao entretenimento.

O parque possui três locais de maior concentração de frequentadores durante o dia. A ala sul conta com *playground*, quadras de vôlei e de futebol. Na ala central, localiza-se a administração. Já na ala norte, está situado o campo de futebol com arquibancadas e as demais instalações esportivas. Além dos praticantes de atividades físicas e esportivas e das crianças que

brincam no parque, os adultos tomam chimarrão sentado em suas cadeiras ou na grama.

As práticas corporais que ocorreram no Parque Humaitá, desde sua inauguração até os dias de hoje surgiram do interesse e da parceria entre as secretarias que administram o parque e os moradores do bairro Humaitá. Atualmente, como não há mais torneios no parque, os moradores reservam o campo de futebol para jogar no final de semana. Além disso, os moradores podem desfrutar das árvores do parque, que contribuem para que Porto Alegre seja considerada uma das cidades mais arborizadas do país. A capital, segundo dados da SMAM (2008), possui aproximadamente um milhão e 300 mil árvores apenas em vias públicas, sem considerar as praças e parques. Certamente, esse número de árvores se tornaria ainda mais expressivo se fosse computada a arborização das 571 praças, três unidades de conservação e oito parques urbanizados existentes na cidade, nos dias atuais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação das práticas corporais e esportivas no Parque Humaitá se processou de forma gradual, especialmente, em razão das mudanças ocorridas na administração do parque. Quando ele foi criado, sua administração estava a cargo da SMAM, pois o local onde foi instalado era um aterro sanitário e, por isso, entendia-se que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente deveria gerenciá-lo. Anos depois, o parque começou a ser gerenciado pela SERP, tendo em vista a necessidade de ampliar a oferta das práticas corporais e esportivas para os frequentadores.

A ampliação das atividades no parque foi importante para a comunidade do bairro Humaitá que, em geral, era uma população de baixa renda. Essa condição reduzia significativamente as possibilidades de lazer e de sociabilidades dos moradores do bairro. Sendo assim, a implantação de programas e de ações voltadas para a promoção de práticas corporais e esportivas no parque alterou o estilo de vida da população.

As ações eram voltadas para atender um público diversificado. As aulas de ginástica privilegiavam o público feminino, que para além das aulas se encontravam para tomar chá e conversar. Também havia reuniões do grupo de idosos para fazer atividades físicas orientadas por professores de Educação Física. Já, as crianças usufruíam do espaço da Brinquedoteca criada pelos professores e pelos frequentadores do parque. Além disso, havia torneios, competições, entre outros eventos destinados não apenas aos usuários do parque, mas também à comunidade em geral.

O Parque Humaitá foi considerado o primeiro parque de grandes proporções da zona norte de Porto Alegre. Com o aumento populacional no

bairro Humaitá, houve uma maior demanda de espaços públicos de lazer. Diante disso, a criação do Parque Humaitá causou um grande impacto na região e cumpriu um papel fundamental para suprir essa necessidade.

Anos após a criação, o parque já enfrentava problemas com relação à falta de manutenção das instalações. Quando o 'Programa Esporte e Lazer da Cidade' assumiu a responsabilidade pelo Parque Humaitá, encontrou um espaço carente de melhorias das suas instalações, como também de investimento na segurança do local. Essa situação se mantém nos dias de hoje, gerando dificuldades para a oferta de práticas corporais e esportivas aos frequentadores do Parque Humaitá.

Espera-se, com este estudo, contribuir para a reflexão sobre as políticas públicas de promoção da saúde e do lazer na cidade de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO; M. A. R., TRINDADE, O. S. *Aterro sanitário: aspectos estruturais e ambientais*. Porto Alegre: Pallotti, 1982.

PARQUE da Zona Norte foi inaugurado. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 10, 18 ago. 1982a.

PARQUE Humaitá. Disponível em: <<http://www.parquehumaita.com.br>>. Acesso em 09 out. 2008.

PARQUE Mascarenhas de Moraes foi inaugurado. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 7, 18 ago. 1982b.

PARQUE Mascarenhas de Moraes foi entregue oficialmente ao público. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 1, 18 ago. 1982c.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam>> Acesso em 11 mar. 2008.

_____. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. *Diretrizes de manejo e recuperação do Parque Marechal Mascarenhas de Moraes*. Outubro de 1989 (mimeo).

SCHAFF, I. A. B., *Espaço público de lazer esportivo por cidadão de Porto Alegre*: constituição de um critério de investimento para o poder público municipal. Monografia (Conclusão de Curso) - Curso de Pós-Graduação em Lazer e Recreação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2002.

STIGGER, M, P. *Administração de parques públicos e democracia*, um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática. Dissertação (Mestrado). Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 1992.

TASSINARI; J. L., WARTCHAW, D. *Coletânea de legislação ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria do Meio Ambiente, 2004.

TEIXEIRA, Ana Lúcia (Org.) *Porto - de muitos parques - Alegre*. Porto Alegre: Viver no Campo, 2008.

VOLEIBOL no Parque. *Jornal do Humaitá*, 04 out.1984. página central.

ZONA Norte da cidade ganha parque amanhã. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 8, 16 ago. 1982a.

“Sedentarismo é...”: concepções de praticantes de caminhada e a medicalização das práticas corporais¹

Alex Branco Fraga
Felipe Wachs
Ivana dos Santos Teixeira
Rute Viégas Nunes
Igor Ghelman Sordi Zibenberg

1 INTRODUÇÃO

Em 1995, um conjunto de recomendações sistematizadas sobre a prática de atividade física como fator de proteção à saúde é publicado no *Jornal of the American Medical Association (JAMA)*. Tais recomendações são elaboradas e assinadas de forma conjunta pelos *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)* e pelo *American College of Sports Medicine (ACSM)*. De forma sucinta, recomendava-se acumular 30 minutos de atividade física de intensidade moderada ao longo do dia, que podem ser fracionados em até três períodos de dez minutos, preferencialmente todos os dias da semana, contabilizando um gasto energético mínimo de 2000 calorias semanais para que se possa adquirir proteção adicional à saúde (PATE et al, 1995). Apesar das inúmeras divergências nas ciências do movimento humano, ela vem sendo a recomendação adotada por diversas entidades ligadas à promoção da atividade física voltada à saúde no mundo (CELAFISCS, 2002a, OPAS, 2003, OMS, 2002), que tratam de montar estratégias visando a inocular na população, de um modo geral, essa “nova crença físico-sanitária” (FRAGA, 2006).

As recomendações de 1995 passaram por uma revisão e atualização em 2007. A atualização é assinada pelo *American College of Sports Medicine (ACSM)* e pela *American Heart Association*. Passa-se a recomendar a realização de atividades físicas aeróbicas de intensidade moderada por, no mínimo, 30 minutos em cinco dias da semana ou atividades físicas aeróbicas de intensidade vigorosa por, no mínimo, 20 minutos em três dias da semana, para promover e manter a saúde de adultos entre 18 e 65 anos de idade (HASKELL et al, 2007).

¹ Este texto foi apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE), promovido pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), realizado na cidade de Salvador (Bahia) entre os dias 20 e 25 de setembro de 2009.

Tais recomendações têm sido difundidas pelos programas de promoção da saúde e em alguns recantos da mídia. Por sua ampla divulgação, nosso interesse foi o de investigar o processo de significação das práticas físicas em uma população específica frente à disseminação de informações sobre os benefícios à saúde da vida ativa e sobre os malefícios do sedentarismo. Para dar conta dessa pretensão inicial, projetamos a pesquisa *Estilo de vida ativo versus sedentarismo: efeitos de um programa de promoção de atividade física na cultura corporal urbana*², iniciada em 2005 e finalizada em 2006.

Diante dos resultados apontados por aquela pesquisa, percebemos a necessidade de uma nova investida no campo para dar conta de alguns temas abertos naquele primeiro movimento analítico. Em função da necessidade de organização de um trabalho investigativo mais ampliado, surgiu o projeto *Políticas de Promoção da Saúde na Gestão do Lazer em Porto Alegre (2007/2008)*, que contou com quatro grandes eixos investigativos³. Esse projeto, assim como o primeiro, foi elaborado e executado pelo Núcleo UFRGS da Rede CEDES⁴ (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer) e contou com financiamento do Ministério do Esporte.

O presente texto é um dos produtos do projeto *Políticas de Promoção da Saúde na Gestão do Lazer em Porto Alegre*, desenvolvido especificamente a partir dos achados relativos ao eixo investigativo referente ao *processo de medicalização das práticas corporais* em articulação com os achados do primeiro projeto sobre esse tema desenvolvido pelo nosso núcleo.

2 A POPULAÇÃO ANALISADA E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS

À medida que o movimento analítico realizado neste segundo projeto está intimamente ligado às decisões metodológicas do primeiro, passa a ser importante expor o processo que nos levou à escolha da população a ser estudada no projeto *Estilo de Vida Ativo versus Sedentarismo*...

Como pretendíamos investigar o processo de significação das práticas físicas frente à disseminação de informações sobre as relações entre estilo de vida ativo e sedentário, julgamos importante centrar a investigação em um grupo de pessoas potencialmente mais exposto a tais informações e que circulassem em um mesmo local com alguma regularidade.

Partimos para identificação de programas de atividade física oferecidos à população porto-alegrense pelo *site* da Secretaria Municipal de Esporte

² O percurso de pesquisa do projeto *Estilo de vida ativo versus sedentarismo: efeitos de um programa de promoção de atividade física na cultura corporal urbana* está detalhado em Fraga et al. (2007).

³ O projeto *Políticas de Promoção da Saúde na Gestão do Lazer em Porto Alegre* está descrito na apresentação do livro.

⁴ A Rede, em implementação no Brasil, busca potencializar o financiamento, pelo Ministério do Esporte, de pesquisas que extrapolem a perspectiva do rendimento esportivo. Mais informações sobre a Rede CEDES podem ser obtidas no site http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/.

tes, Recreação e Lazer da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). Lá encontramos informações sobre o programa “Lazer e Saúde”, uma iniciativa dessa mesma secretaria voltada à promoção da atividade física através, basicamente, da orientação de caminhadas, de corridas e de ciclismo, contemplando o controle de pressão arterial e frequência cardíaca (PORTO ALEGRE, 2006). Em meio aos materiais de divulgação produzidos pelo programa, também encontramos a mensagem que incentiva cada cidadão a praticar pelo menos trinta minutos de atividade física “para deixar de ser sedentário e melhorar sensivelmente sua condição física” (PORTO ALEGRE, 2006).

O Programa era realizado em 11 espaços públicos da cidade⁵, predominantemente praças e parques. Para escolher qual espaço acompanharíamos, adotamos como critério a região que tivesse pior Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)⁶. Tal critério foi adotado levando em consideração que os sedentários, de acordo com Pate e colegas (1995), são encontrados em maior número entre aqueles com condições socioeconômicas menos favoráveis. Entre os 11 espaços da cidade onde era realizado o Lazer e Saúde, o que se encontrava em uma região com pior IVS era o Parque Humaitá⁷ (oficialmente chamado de Parque Mascarenhas de Moraes).

Delimitamos o perfil dos colaboradores da pesquisa: sujeitos caminhantes que utilizam área de passeio saibroso do parque às sextas-feiras pela manhã, descartando-se os transeuntes e os praticantes de corrida. Definimos esse perfil, porque supomos que os sujeitos praticantes de caminhada, frequentadores regulares de um espaço público que oferece o serviço de orientação e de acompanhamento de tal prática (Programa Lazer e Saúde), estão mais suscetíveis às (e provavelmente já “contaminados”) recomendações sobre atividade física e saúde que vêm sendo disseminadas.

A definição do perfil nos levou a reorganizar nossos procedimentos de abordagem, pois nem todos que caminham nesse dia e nesse horário participavam diretamente do programa. De acordo com o relato de um dos professores, alguns preferem caminhar sem supervisão, muitas vezes por receio de saber como anda a frequência cardíaca ou a pressão arterial. Esse tipo de situação criou alguns obstáculos a ser transpostos no transcorrer das abordagens, já que era preciso interromper a caminhada de vários deles para

⁵ Hoje o programa é realizado em 12 parques e praças, além de contar com o *Lazer & Saúde Itinerante*, “que procura atender à população em locais onde não há atendimento sistemático” (PMPA, 2009).

⁶ O IVS foi obtido em dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre no Observatório da Cidade, uma ampla base de informações georeferenciadas sobre o município, que permite a visualização de indicadores sociais por bairros e região da cidade (PMPA, 2006a).

⁷ Apesar de contar com o pior IVS, importantes desigualdades sociais podem ser verificadas na região que circunda o parque. De um lado, um condomínio de apartamentos populares, de outro lado, um condomínio fechado de classe média e mais adiante uma “vila” (termo utilizado de forma pejorativa em Porto Alegre e que equivaleria à favela em outras regiões).

apresentarmos nossas intenções, o termo de consentimento e para realizarmos a entrevista propriamente dita. Foi preciso desenvolver uma estratégia específica para abordar um público em plena atividade, pois as pessoas chegavam caminhando ao parque e da mesma forma iam embora, não possibilitando uma intervenção no início ou no final. Alguns dos caminhantes se recusavam a parar ao ser abordados, outros diziam que, no final da caminhada, poderiam nos atender, mas, na maioria das vezes, não voltavam. Em várias oportunidades, os registros chegaram a ser feitos em deslocamento.

Para o projeto *Estilo de vida ativo versus sedentarismo: efeitos de um programa de promoção de atividade física na cultura corporal urbana* de 2005/2006 foi elaborado um questionário com seis perguntas relacionadas ao significado, ao tipo de prática realizada, à rotina diária, ao tipo de orientação, ao nível e às fontes de informação sobre atividade física e saúde.

A nossa referência principal foi o questionário semiestruturado usado pelo Instituto Datafolha, por encomenda do Serviço Social do Comércio de São Paulo, em pesquisa publicada no livro *Escolhas sobre o corpo: valores e práticas físicas em tempo de mudanças* (SESC, 2003). O objetivo do SESC com esse trabalho era o de “traçar um mapa não apenas das atividades praticadas pelos paulistas, como também das motivações e dos comportamentos relacionados a elas.” (SESC, 2003, p. 20).

Consideramos o modelo do questionário do Instituto Datafolha mais ajustado aos propósitos da nossa pesquisa do que, por exemplo, o *International Physical Activity Questionnaire* (IPAQ)⁸, instrumento universal proposto pela OMS para estabelecer estimativas mais “confiáveis” sobre a incidência do sedentarismo em diferentes regiões do mundo (PARDINI, et al. 2001), pois nossa intenção não era fazer levantamentos sobre os níveis de atividade física de uma dada população, e sim mapear os significados atribuídos às práticas pela população. Montamos o instrumento adaptando as três primeiras questões elaboradas pelo Datafolha: primeira idéia sobre atividade física, costumes em relação à atividade física e tarefas desenvolvidas na rotina diária (SESC, 2003), e acrescentamos mais três: conhecimento sobre os benefícios da atividade física à saúde, como chegaram às informações que possuem e quais as fontes consideradas mais confiáveis.

2.1 Questionário – pontos em destaque

Neste primeiro projeto, foram entrevistados 100 caminhantes: 68 mulheres com idades que variam dos 18 aos 80 anos e 32 homens entre 21 e 80 anos. Entre as mulheres, o maior número de respondentes se concentra na faixa dos 51 e 60 anos, sendo 19 ao todo. Entre os homens o maior número

⁸ Maiores informações sobre o IPAQ estão disponíveis em: <<http://www.ipaq.ki.se/>> Acesso em 17 out. 2004.

está concentrado na faixa dos 41 a 50 anos, sendo oito respondentes; seguido dos que se encontram na faixa entre 21 e 30 anos, sete respondentes. No conjunto de homens e mulheres, 55% dos entrevistados possuem idades entre 18 e 50 anos, e 45% estão entre os 51 e 70 anos de idade.

Entre as seis questões do questionário, destacaremos quatro. Através delas, foi possível visualizar o que aqui chamamos de medicalização das práticas corporais. Apenas a título de ilustração, esquematizamos as respostas (mais frequentes) fornecidas pelos colaboradores da seguinte forma:

QUESTÃO 1

Quando se fala em atividade física, qual a primeira idéia que lhe vem à cabeça?

Resposta	Frequência
Caminhada	37
Manter saúde	37
Corpo não pode parar, corpo em movimento	5
Musculação, desenvolver músculo, malhação	5
Emagrecer, perder barriga	3
Por causa da pressão, trabalho sobre órgãos	3

QUESTÃO 3

A prática de atividade física traz benefícios à saúde? Em caso afirmativo, quais?

Resposta	Frequência
Sim	100

QUESTÃO 4

De que modo você chegou às informações que já possui sobre atividade física e saúde?

Resposta	Frequência
Médico	37
Experiência própria (trabalha na saúde, preparador físico, estudante, enfermeira, militar)	35
Televisão	34
Mídia, Meios de comunicação	13
Escola (Educação Física)	10

QUESTÃO 5

Quais são as fontes de informação sobre atividade física e saúde que você considera mais confiáveis?

Resposta	Frequência
Médico	44
Professor de Efi, acadêmicos de Efi, personal	27
Televisão	22
Profissional da área (saúde):	6
Jornal	6
Revistas	6
Livros	6

Quando questionados sobre a primeira ideia que lhes vem à cabeça ao se falar de atividade física, as respostas mais frequentes eram “manter a saúde” e “realizar caminhadas”. Elas, a princípio, parecem um tanto óbvias para um público direta ou indiretamente envolvido com um programa de orientação de caminhadas, mas é justamente essa obviedade que nos permite visualizar o quão arraigada estão as recomendações difundidas pelos programas de atividade física quanto à forma (atividade física moderada) e à intencionalidade (manutenção da saúde).

No que se refere à aquisição de informações e à confiabilidade nas fontes (questões 4 e 5), o médico foi a figura invocada o maior número de vezes para legitimar o elo entre atividade física e saúde, pois é na palavra do médico que se pode confiar quando se trata de saúde, independentemente do tema específico a ela associado.

Chama a atenção o fato de que, mesmo em um ambiente onde estavam presentes professores de Educação Física vinculados ao programa “Lazer e Saúde”, o professor de Educação Física foi o menos citado (e somente quando relacionado à escola) como responsável pelo fornecimento de informações sobre atividade física e saúde. Contudo, a figura do profissional de Educação Física (professores, personal trainer, estagiários) foi citada como fonte de informação confiável logo abaixo do médico.

É interessante notar os diferentes índices de citação relacionadas à Educação Física nas questões 4 e 5. Apesar de não ser citado como “provedor” de informação, é considerada uma fonte confiável. Provavelmente o fato de as perguntas estarem sendo feitas por professores e por estudantes de Educação Física e haver no parque os professores do programa, interferiu nas respostas. Mesmo assim, fica evidente que o professor só é uma figura

confiável, porque está inscrito na mesma ordem discursiva que o médico, mas em uma posição subordinada no processo de “medicalização da sociedade”⁹.

A potência da televisão e de outros meios de comunicação também precisa ser destacada. Tão inquestionável quanto à associação entre atividade física e saúde parecem ser as mensagens veiculadas na mídia em geral. Parece que “se não fosse verdade, não apareceria na televisão”. Com frequência, a “potente e confiável figura social do médico” é utilizada pela mídia para reforçar o crédito das informações que transmite.

A reincidência da ênfase “porque o médico mandou” na decisão de começar a caminhar, conduziu-nos a uma sequência do projeto de investigação para aprofundar a reflexão sobre o processo de medicalização de práticas corporais. Percebemos que o questionário, apesar de permitir o acesso a um número maior de colaboradores, para o intuito de nossa pesquisa, mostrou-se um instrumento pontual e limitado. No transcorrer das análises dos questionários, muitas dúvidas surgiram (Será que haviam entendido as questões? Será que não mudariam as respostas se tivessem mais tempo para pensar na pergunta? Será que foi anotado o que deveria?), assim como sentimos que era necessário interpretar os silêncios e as respostas que não foram dadas. Isso nos levou a optar pela entrevista gravada para continuar as investigações no Parque Humaitá no projeto de 2007/2008.

A análise do material produzido no campo levou-nos a alterar o foco das questões para dar conta de algo que começava a destacar-se: o *processo de medicalização das práticas corporais*¹⁰, que viria a tornar-se um dos eixos investigativo do projeto *Políticas de Promoção da Saúde na Gestão do Lazer em Porto Alegre* (2007/2008). Em função disso, estruturamos o instrumento para a realização de entrevistas semiestruturadas a partir de roteiro baseado em questões sobre o significado de sedentarismo; capacidade de identificação de uma pessoa sedentária, pessoas sedentárias conhecidas, crenças sobre o estilo de vida sedentário, aquisição de informação e confiabilidades nas fontes.

⁹ “Grosso modo, a medicalização é um processo de expansão progressiva do campo de intervenção da Biomedicina por meio da redefinição de experiências e comportamentos humanos como se fossem problemas médicos” (TESSER, 2006, p. 348). De acordo com Barros (2008), Ivan Llich foi um dos pioneiros na utilização desse termo para descrever a invasão da Medicina e seu aparato tecnológico na vida cotidiana.

¹⁰ Recentemente têm surgido alguns trabalhos no campo da saúde que procuram analisar o processo de medicalização em pontos específicos do tecido social. Por exemplo, medicalização do corpo feminino (COSTA et al., 2006), medicalização do sofrimento psíquico (GUARIDO, 2007), medicalização do crime (REBELO, F.; CAPONI, S, 2007), medicalização da beleza (POLI NETO; CAPONI, 2007). É dentro desse mesmo espírito analítico, e em parte apoiado nestes autores, que tratamos de entender a centralidade do sedentarismo no processo de medicalização das práticas corporais.

Apesar de ainda nos valermos do questionário como instrumento principal de captação dos significados junto aos caminhantes do Parque Humaitá, sentimos a necessidade de mudarmos os procedimentos de abordagem. Já havíamos percebido que não seria uma boa alternativa continuar “atrapalhando” as pessoas durante a caminhada, por isso decidimos montar um espaço para realizarmos as entrevistas gravadas bem ao lado do quiosque onde ficavam os professores do programa Lazer e Saúde, junto à pista de caminhada. A composição do grupo de entrevistados foi intermediada pelos professores do Lazer e Saúde, que nos encaminhavam as pessoas quando elas paravam para fazer as verificações da frequência cardíaca, pressão arterial e receber orientações. Foram entrevistadas 20 pessoas que faziam caminhadas orientadas no Parque Humaitá no período de maio a novembro. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

3 O SEDENTARISMO E A MEDICALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS

Os achados do projeto 2005-2006, principalmente a verificação de sentidos atribuídos à caminhada a partir da figura médica, conduziram-nos a um redirecionamento da investigação. Resolvemos, então, abordar o discurso não mais a partir da atividade física, mas das significações acerca do comportamento combatido por ele: o sedentarismo. Tomamos a reincidência da figura do médico como um reflexo da patologização do ócio, do não movimento, que acaba, por consequência, atribuindo outros significados às práticas corporais e modificando a cultura corporal de movimento.

A grande maioria das respostas dadas pelos colaboradores está baseada naquilo que vem sendo associado como os “verdadeiros” benefícios da atividade física e saúde por programas de promoção da vida ativa. Expressões, como diabetes, colesterol, pressão, circulação, dores nas costas, disposição para o trabalho, faz bem para cabeça, felicidade, bem-estar, qualidade de vida, agilidade intelectual etc., encontradas de forma recorrente no conjunto das respostas, demonstram, em uma análise mais genérica, correspondência com a idéia de que atividade física funciona como uma espécie de “panacéia”, um remédio para todos os males¹¹.

De modo geral, a medicalização das práticas corporais pode ser entendida como um dos efeitos do movimento político-sanitário mundial em favor da promoção da saúde (BUSS, 2003, FRAGA, 2006), que, apesar de ser um movimento centrado no princípio da *desmedicalização* do cuidado em saúde, paradoxalmente vem contribuindo com o processo de *medicalização* da

¹¹ Evocar a imagem de um remédio para reforçar a ideia de que a atividade física é o meio mais eficaz de prevenir doenças não é exatamente uma novidade, exercícios ginásticos já eram “receitados” em meados do século XIX “para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade.” (SOARES, 2001, p. 6).

sociedade como um todo (SANTOS, 2002). Um processo que se evidencia na responsabilização cada vez maior dos sujeitos pela sua própria saúde através da disseminação de comportamentos a ser evitados: comer mal, não praticar exercícios físicos, não dormir, expor-se ao sol, fumar entre outras tantas interdições prescritas por uma ordem médica que, em nome da longevidade, “caldaveriza a vida” (FOUCAULT, 2001, p. 190).

Nas entrevistas realizadas entre 2007-2008, a maioria dos colaboradores associa sedentarismo com “falta de atividade física” ou com “aqueles que não praticam nenhuma espécie de exercício”. As entrevistas, no entanto, permitiram uma maior imersão nas elaborações feitas por eles em torno do sedentarismo¹². Uma primeira análise é o traço dicotômico entre sedentarismo e atividade física. Tal dicotomia se estende aos significados constituídos em torno daqueles que realizam atividade física e daqueles que não o fazem. Dando eco ao processo de (des)medicalização que dita os padrões corretos de alimentação, sono, etc. e, em especial, ao discurso da vida ativa, percebemos que os entrevistados retratam os sedentários como figuras prejudiciais ao bem-estar individual e os não sedentários como figuras positivas. Um traço moral, elaborado em torno da “certeza” de que a atividade física faz sempre bem à saúde.

A figura do sedentário parece ocupar um lugar de fiel depositário, catalisador de tudo aquilo que é ruim, “errado” e “patológico”. Tais traços são perceptíveis nas descrições dos colaboradores, especialmente quando eles foram solicitados a responder se conheciam algum sedentário:

[...] inclusive eu tenho sim, na própria família existe pessoa sedentária, parente minha, né, existe. Ela de forma ou de outra ela não pratica nenhuma, nenhum exercício, é fumante, quer dizer, aquela rotina, demais dentro de casa, às vezes deitada, televisão e aquela coisa toda eu acho que faz parte do sedentarismo, não sei (Entrevistado 3).

O entrevistado associa sedentarismo não apenas à (falta de) exercício físico, mas também à prática de fumar. Outro entrevistado associa sedentarismo à obesidade e, quando questionado se é capaz de identificar uma pessoa

¹² Mas assim como algumas pessoas responderam associando sedentarismo à preguiça, à depressão e à falta de atividades, também tivemos pessoas que não conseguiram elaborar nenhuma resposta sobre o que significa sedentarismo. Como o Entrevistado 15 que, por não conhecer a palavra e por trabalhar como motorista confundiu sedentarismo com “assidentarismo” no sentido de acidente. Ao iniciar a entrevista e perceber que ele se referia a “assidentarismo”, no lugar de sedentarismo, a dicção do termo foi reforçada e percebeu-se que ele realmente não conhecia a palavra. Por analogia, pensou em algo do seu contexto de vida e, assim, saiu “assidentarismo”, relacionando-o com acidente de trânsito.

sedentária, diz: “Ah pelo grau de gordura no corpo, a barriguinha” (Entrevistado 17). De forma semelhante comenta outro entrevistado:

Porque eu não consigo ficar sem caminhar, eu não consigo, a minha pressão é 10 por 7. Com 59 anos não tomo medicação. Inclusive essa minha irmã que te falei a pressão dela é sempre 18, 19, ela é obesa, ela não se movimenta, é uma pessoa que não se movimenta (Entrevistado 8).

A atividade física como um medicamento “tomado” em substituição ao remédio da pressão é uma das formas de entender-se o sedentarismo como elemento central no processo de medicalização das práticas corporais. Contudo o ele não está associado, apenas, a aspectos anatomofisiológicos. Os nossos colaboradores os relacionam à preguiça e ao estado de humor, como se percebe nos trechos a seguir:

Aquela pessoa que não faz nada, só come e dorme, olha TV, só isso!! (Entrevistado 1)

[...] uma pessoa estressada, entendeu, uma pessoa sem atividade física, por que eu acho que isso faz parte da vida da pessoa, né, tu tem que ter uma atividade física, ou que seja uma caminhada seja qualquer coisa que te movimente, tu não pode ficar uma pessoa parada, né. [...] Ah, uma pessoa sedentária pra mim, pra mim na minha forma de eu pensar é aquela pessoa desanimada, que tá sempre cansada, aquela pessoa assim que tá sempre de mal com a vida, porque as que eu conheço são assim, entendeu, são pessoas que não fazem, não praticam nenhum exercício físico (Entrevistado 8).

[De onde você tirou as informações sobre sedentarismo?] Foi desde o momento que comecei a entrar em depressão, que eu comecei a ficar muito gorda, eu comecei a ficar muito triste comigo mesma e um dia pensei o que que eu posso fazer, eu mesmo. (Entrevistado 8).

O sedentarismo é atrelado à preguiça, à falta de vontade para caminhar, a ficar em casa, a não trabalhar. Os relatos demonstram ênfase na idéia de que ser sedentário é ficar trancado em casa assistindo à televisão. Como o relato a seguir sobre uma pessoa conhecida considerada sedentária pelo entrevistado:

Eu acho que pela, pela, pela, preguiça de caminhar, uns são pela preguiça de sair, às vezes o comportamento psi-

cológico também é importante, tem pessoas que se trançam em casa, uma coisa assim, não tem alegria de sair pra caminhar (Entrevistado 11).

É associada, também, a forma de relacionar-se e comunicar-se:

sedentária é uma pessoa mais parada, mais, até pra se comunicar, sabe assim tudo, pra se movimentar, né, é bem diferente de uma pessoa que tem uma atividade né, quem tem atividade é mais rápida, mais elétrica, né, é o que eu observo nas pessoas” (Entrevistado 1).

O fato de estarmos entrevistando pessoas que fazem caminhadas no parque pode favorecer o entendimento de que ser sedentário é aquela pessoa que não faz caminhada. Algumas falas se reportam a caminhada como um exemplo antisedentarismo, e por isso as pessoas sedentárias deveriam seguir o exemplo, mexer-se e caminhar. Quando questionados se conhecem algum sedentário, afirmam:

[...] ela é uma pessoa que prefere ficar deitada, “aaahhh, mas caminhar é ruim”, “aaahhh, mas eu não gosto”, fazer exercício físico, sair, se movimentar, nada ela, entende? (Entrevistado 8).

Conheço, tem em casa até, acho que meu filho é um sedentário, não caminha, mesmo, né. (Entrevistado 11).

A maioria dos entrevistados reconhece que é possível deixar de ser sedentário, basta ter boa vontade e motivação para isso. Boa vontade de dizer a si mesmo:

hoje eu vou começar meu dia diferente, vou sair de casa, e vou fazer uma boa de uma caminhada, nem que seja uma caminhada de passeio num parque, respirar um ar diferente” (Entrevistado 1).

Ou então,

bom, a partir de hoje eu vou deixar de ser uma pessoa sedentária, vou começar a praticar esporte, né, deixar de fumar, deixar de tá muito tempo deitada, olhando televisão durante muitas e muitas horas (Entrevistado 3).

Os entrevistados concordam que as pessoas sedentárias precisam mudar seu estilo de vida para evitar doenças, principalmente, aquelas que se adquire com o passar dos anos,

talvez quando a pessoa é moço pode ser sedentário e não ter notado que a atividade física faz falta (Entrevistado 11).

Afirmações desse tipo estão presentes na maioria das falas. Nossos colaboradores parecem impregnados pela crença de que o sedentarismo é um mal nem sempre visível que está sempre à espreita e a prática de caminhadas, ou qualquer outra atividade física, como uma forma de evitar essa ameaça à saúde (FRAGA, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o sedentarismo estar intimamente associado à falta de alguma atividade física, as pessoas entrevistadas referem-se ao “sedentário” como alguém que, além de não fazer exercícios, é depressivo, tabagista, possui maus hábitos alimentares, está acima do peso, é mal-humorado, não se relaciona socialmente, assiste à televisão em demasia, etc. Ele representa um “pacote” de comportamentos considerados negativos sob o ponto de vista dos saberes médicos que destoam dos preceitos do bem-viver.

Nas falas dos caminhantes do Parque Humaitá, o sedentarismo ganha contornos pejorativos, é um mal que nos espreita, um estilo de vida “daniño” que pode evitado ou alterado com boa vontade. Para deixar de ser sedentário, na opinião de nossos colaboradores, basta seguir as orientações disponíveis sobre os benefícios de uma vida fisicamente ativa e empenhar-se para mudar o estilo de vida, movimentando-se mais, saindo de casa, conversando com as pessoas, enfim, relacionando-se de modo mais ativo com a sociedade.

Tal simplificação é uma das tantas formas de mostrar que o sedentário não é apenas aquele sujeito fisicamente descuidado, é também um sujeito moralmente decadente, um errante que dá sentido positivo aos preceitos da vida ativa, um elemento central no processo de medicalização das práticas corporais.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Augusto C. Nuevas tendencias de la medicalización. *Ciência saúde coletiva*, v.13, p.579-587, abr. 2008.

BUSS, Paulo Marchiori. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003 p. 15-38.

CENTRO DE ESTUDOS DO LABORATÓRIO DE APTIDÃO FÍSICA DE SÃO CAETANO DO SUL. *Isto é Agita São Paulo*. São Caetano do Sul: CELAFISCS/Governo do Estado de São Paulo, 2002b.

_____. *Atividade física e a saúde da mulher: mulher ativa, mulher sadia*. São Caetano do Sul: CELAFISCS, 2002a. Disponível em: <<http://www.agitasp.com.br/mulher.asp>> Acesso em: 27 fev. 2002.

COSTA, T. et al. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Butucatu, SP, v.10, n.20, p.363-80, jul. dez. 2006.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.1, p. 151-161, jan./abr. 2007.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FRAGA, Alex Branco. *Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FRAGA, Alex Branco et al. Significados de atividade física e saúde em caminantes: das camadas metodológicas à construção de uma agenda analítica. In: FRAGA, Alex Branco; WACHS, Felipe. *Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HASKELL, L.M. et al. Physical activity and public health: updated recommendation for adults from the ACSM and the American Heart Association. *Journal of the American Heart Association*, 2007. Disponível em: <<http://>

circ.ahajournals.org/cgi/reprint/CIRCULATIONAHA.107.185649> Acesso em 16 fev. 2009.

IGNÁCIO, V.; NARDI, H. A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul. *Psicologia & Sociedade*, v.19, n.3, p.88-95, 2007.

LOVISOLO, Hugo R. *Atividade física, educação e saúde*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Move for Health: World Health Day 2002 Report*. Genebra: WHO, 2002. Disponível em: <http://www.who.int/hpr/physactiv/docs/whd_2002_report.pdf> Acesso em 5 jul. 2004b.

_____. *Annual Global Move for Health Day Initiative*. Genebra: WHO, 2003. Disponível em: <<http://www.who.int/hpr/physactiv/mfh.day.shtml>> Acesso em 5 jul. 2004a.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. *Doenças crônico-degenerativas e obesidade: estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde*. Brasília: OPAS/OMS, 2003. Disponível em: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/d_cronic.pdf> Acesso em 28 ago. 2003.

PARDINI, Renato et al. Validação do questionário internacional de nível de atividade física (IPAQ – versão 6): estudo piloto em adultos jovens brasileiros. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 9, n. 3, p. 45-51, jul. 2001.

PATE, Russel et al. Physical Activity and Public Health: A Recommendation from Centers for Disease Control and Prevention and the American College of Sports Medicine. *JAMA*, v.273, n.5, p.402-407, 1995.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA. *Observatório da Cidade de Porto Alegre*. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/>> Acesso em 10 jul. 2006a.

_____. *Programa Lazer e Saúde*. Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/sme>> Acesso em 8 jul. 2006.

_____. *Programa Lazer e Saúde*. Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme>> Acesso em 17 mar. 2009.

POLINETO, P.; CAPONI, S.N.C. A medicalização da beleza. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, SP, v.11, n.23, p.569-84, set/dez 2007.

REBELO, F.; CAPONI, S. A medicalização do crime: a Penitenciária de Florianópolis como espaço de saber e poder (1933-1945). *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, SP, v.11, n.22, p.193-206, maio/ago 2007.

SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos. *Biopolíticas de HIV/AIDS no Brasil: uma análise dos anúncios televisivos das campanhas oficiais de prevenção (1986-2000)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. *Escolhas sobre o corpo: valores e práticas físicas em tempo de mudança*. São Paulo: SESC, 2003.

TESSER, C. D. Medicalização social (II): limites biomédicos e propostas para a clínica na atenção básica. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, SP, v. 10, n. 20, p. 347-362, 2006.

Parques públicos, sociabilidades urbanas e políticas de lazer

Marco Paulo Stigger
Edson Bertuol Trentini
Maitê Venuto de Freitas

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de um estudo que faz parte de uma investigação maior, desenvolvida pelo Núcleo UFRGS da REDE CEDES do Ministério do Esporte, que busca compreender aspectos relativos às políticas de saúde na gestão pública do lazer em Porto Alegre. Tem como ponto de partida os achados dos primeiros projetos desenvolvidos pelo Núcleo UFRGS da Rede CEDES¹ e vincula-se ao objetivo geral de verificar o impacto social das políticas de saúde e de lazer no processo de significação da prática física como elemento de promoção da saúde, das sociabilidades aí decorrentes e no estilo de vida da população urbana frequentadora de parques e praças da cidade.

Visando a dar sequência e aprofundar as investigações empreendidas no ano de 2006, o grupo optou pelo desenvolvimento das atividades de campo no Parque Mascarenhas de Moraes (Parque Humaitá)², um espaço público de grande dimensão, onde, além da significativa presença de usuários, é um dos locais onde é desenvolvido o “Programa Lazer e Saúde”, promovido pela Secretaria de Esportes do Município.

Nesse contexto investigativo, esta pesquisa, em particular, iniciou com o intuito de ser observadas as relações de sociabilidade que se estabelecem no Parque Humaitá, nos momentos de lazer da população. Ela foi desenvolvida a partir do pressuposto de que, apesar de o lazer ser ainda tratado como uma parte *não séria* da vida, muitas evidências levam a considerar a sua relevância para a vida social das populações, o que se identifica tanto no crescimento que o *mercado do lazer* tem experimentado (oferecendo inúmeros bens e serviços para diversos públicos), assim como pela demanda social para a qual muitos governantes têm-se preocupado em dar respostas aos seus eleitores.

Sobre esse último aspecto, entre outras evidências que demonstrariam a relevância social do lazer, chama a atenção a presença de enormes parcelas das populações urbanas que se aglomeram nos parques e nas praças das

¹ FRAGA; WACHS (2007), STIGGER; GONZÁLES; SILVEIRA (2007), GOELLNER; JAEGER (2007).

² Denominado, oficialmente de Parque Mascarenhas de Moraes, é chamado, popularmente de “Parque Humaitá”. Isso se deve ao fato dele estar situado no bairro Humaitá.

idades, em especial, aos fins de semana. No caso brasileiro – e, porventura paradoxalmente, tendo em vista a violência urbana crescente que tenderia a fazer as pessoas ficar nas suas casas, ou conduzi-las para locais mais seguros e *previsíveis*, como os *shopping centers*³ -, ao que parece, esses espaços têm-se, ao longo do tempo, mostrado importantes, como lugares de encontro de grandes parcelas dos habitantes das cidades, que os têm ocupado no seu tempo livre, na busca de realizar as mais diversas atividades.

Sendo áreas de encontros, de desencontros, de reencontros, de conflitos e de negociações, tanto lugares para ficar, como pontos de passagem, que, mesmo sendo parcialmente planejados, são também parcialmente aleatórios, os espaços públicos de lazer põem em evidência uma diversidade de expressões e os mais diversos tipos de usos individuais e coletivos. É nesse sentido que um sem-número de práticas ali realizadas acontecem dentro de lógicas bastante diferenciadas, que estão vinculadas a protagonistas bastante diversificados e que coexistem em inúmeras formas de convivência e de organização.

Essa heterogeneidade reforça a centralidade que adquiriram esses espaços como lugares importantes no que se refere à constituição da vida urbana, o que se evidencia na fala, hoje comum, tanto de governantes, quanto da população das cidades. Expressões, como “qualificação dos espaços”, democratização dos espaços”, “espaços verdes”, “espaços de lazer”, mesmo que possam fazer parte de um modismo linguístico pouco esclarecedor, como aponta Rossari (1990), ao contrário de retirar-lhes a importância, significam que algum sentido a eles está incorporado, como forma de ser e de estar do corpo social, o que, por si só, sugere aos estudiosos uma observação atenta.

Com esse olhar, mesmo que se esteja falando de *espaço*, o termo *lugar* parece mais adequado. Sustentando-se no pensamento de Tuan (1983), Rossari (1990) considera que - em se tratando da atividade humana – a palavra *lugar* é um conceito social mais esclarecedor do que *espaço*, não apenas por oferecer uma designação mais específica de certos locais, mas também por aproximar-se mais do conteúdo social subjacente à idéia de *espaço existencial*, ou seja, um espaço carregado de significados. Nessa perspectiva, à medida que o espaço adquire definição e significado, ele se transforma em lugar, sendo “instância definida pelo sentimento, pela experiência íntima, bem como pelos sentidos (visão, tato, cinestesia, olfato) carregados de afetividade” (ROSSARI, 1990, p. 51). Essa *noção social da espacialidade* também está presente na constituição do conceito de *pedaço* utilizado por Magnani (1984)

³ Segundo Frúgoli Júnior (1990, p.28), o *shopping* “torna-se uma alternativa às deficiências na infraestrutura de serviços urbanos. Lá os frequentadores imaginam encontrar um lugar a salvo das estatísticas da violência, das intempéries climáticas, dos transtornos do trânsito, das desordens da geografia urbana”.

que se relaciona a um espaço intermediário entre a casa⁴ e a rua⁵, onde as pessoas se reconhecem como partes de um mesmo espaço existencial e também remete à idéia da heterogeneidade e da particularidade que eles adquirem no contexto urbano.

Na busca de compreender aspectos dessa dimensão social da espacialidade no que se refere aos espaços públicos das cidades, propusemo-nos a investigar as relações de sociabilidade que se estabeleceriam num espaço público particular (o Parque Humaitá), nos momentos de lazer da população que o frequenta. Passado um semestre de observação (diários de campo) percebeu-se que, apesar de o parque ser relativamente bastante utilizado por grande quantidade de pessoas, a forma de utilização acontecia, quase exclusivamente, aos sábados e domingos à tarde e a partir de pequenos grupos de três a quatro pessoas, na maior parte famílias e/ou vizinhos muito próximos. Diferente disso, por outras fontes de informação (outras pesquisas e mesmo pela experiência pessoal na cidade), sabíamos que outros parques são apropriados e utilizados durante toda a semana e com base em relações de sociabilidade muito intensa, muitas delas por grupos de convivência que existem há muitos anos.

Isso nos levou a reformular os nossos objetivos iniciais. Ao invés de estudarmos as relações de sociabilidade no Parque Humaitá, decidimos buscar elementos para compreender alguns fatores que interferem ou podem vir a interferir na construção dessas relações. Isso nos remeteu a várias perguntas: como se dão, em diferentes parques da cidade, as relações de utilização desses espaços públicos? Por que alguns parques são utilizados essencialmente nos fins de semana, enquanto outros têm a sua utilização em diferentes dias e horários da semana? Porque, em alguns parques, são identificadas relações próximas entre as pessoas, que os utilizam a ponto de ser possível identificá-los como um “pedaço” (MAGNANI, 1984), enquanto em outros essas relações existem, mas são – em grande medida – estabelecidas “no anonimato” (STIGGER, 2002). Acreditando que um estudo como esse pode oferecer elementos para o desenvolvimento de políticas públicas de lazer, perguntamos também: como as ações das políticas públicas interferem ou podem interferir na forma de utilização desses espaços? O que a população espera das políticas públicas, sobre esses aspectos?

Mesmo que as perguntas formuladas pareçam que a nossa intenção seja a de *explicar* aspectos da dinâmica social dos parques estudados, vale destacar que não é intenção deste estudo encontrar informações capazes de oferecer respostas ao modo da explicação: não é nossa intenção *explicar*

⁴ Espaço da intimidade e do privado.

⁵ Espaço do anonimato e do público.

como ocorrem as relações de sociabilidade nos parques, mas pontuar elementos capazes de oferecer luzes para a sua *compreensão*. Também não pretendemos buscar resultados na perspectiva da *generalização*: ao estudar aspectos relativos a esses dois parques, não é nossa pretensão estender as nossas conclusões a outros contextos públicos urbanos, mesmo da cidade de Porto Alegre. A nossa intenção é, a partir de um estudo particular, oferecer elementos para a reflexão acerca de outras situações similares.

Em termos metodológicos, a busca das respostas nos levou a desenvolver uma pesquisa sustentada por relatos obtidos em entrevistas semiestruturadas, realizadas com frequentadores de dois parques da cidade, o Parque Humaitá (onde tínhamos feito as observações iniciais) e no Parque Alim Pedro, o qual - segundo informações e observações realizadas - parecia caracterizar-se por um tipo de presença dos usuários que se aproximava das relações do “pedaço”. Nesses locais, entrevistamos usuários e profissionais que neles atuam há diversos anos: no Parque Humaitá, entrevistamos a professora de Educação Física (que é moradora do local, há 18 anos), um dos funcionários da manutenção (que, sendo morador das redondezas, também é frequentador do local) e dois frequentadores que têm presença sistemática no parque; no Parque Alim Pedro, as informações foram obtidas em entrevistas com três usuários bastante assíduos e com a coordenadora das atividades da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), que atua no local.

Além dessas informações e de dados obtidos a partir de observações diretas, registradas em diários de campo, buscamos elementos para responder às perguntas formuladas na análise de material documental da SME (disponíveis em *sites* dessa entidade governamental) e em outros materiais (pesquisas) acerca do tema.

Nas páginas que se seguem, apresentamos os resultados da investigação, divididos em quatro tópicos. No primeiro, como forma de inserir os leitores no contexto da investigação, apresentaremos uma breve descrição dos dois universos onde se deu o estudo. São breves aspectos da história do Parque Humaitá e do Parque Alim Pedro, algumas características físicas e alguns elementos relativos a sua contextualização no universo social de Porto Alegre. No segundo momento, ofereceremos elementos para que se possa pensar sobre como vêm-se dando as relações comunitárias nos dois parques. No terceiro tópico, Traremos à pauta as relações que se estabelecem entre a utilização dos parques e a ação das políticas públicas de lazer da cidade. Finalmente, apresentaremos as conclusões do trabalho.

2 OS PARQUES HUMAITÁ E ALIM PEDRO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS.

O Parque Mascarenhas de Moraes (conhecido como Parque Humaitá) faz parte do bairro Humaitá, um bairro considerado populoso que tem 10.470 habitantes, distribuídos em uma área de 417 hectares⁶. O bairro foi planejado para amenizar o problema de habitação urbana vivenciada no início da década de 60 e, por volta de 1990 e início de 2000, nele foram construídos conjuntos residenciais voltados para a classe média, o que se deu pelos custos mais acessíveis das moradias afastadas do centro urbano.

Nesse local, em 17 de agosto de 1982, foi construído o Parque Humaitá, que recebeu o nome de Parque Mascarenhas de Moraes após sugestão do prefeito da época, Guilherme Sociais Villela, que propôs uma homenagem a João Batista Mascarenhas de Moraes, militar brasileiro que foi um dos comandantes da participação do Brasil na II Guerra Mundial. Localizado numa área identificada pela grande presença de indústrias, ele é constituído por aproximadamente 18 hectares de área, onde habitam muitas espécies da flora e da fauna da região; do seu total, seis hectares são considerados reserva ecológica, o que é uma das suas características, conforme apontam os seus gestores e seus frequentadores⁷.

Circundado por duas avenidas principais e por duas ruas secundárias (figura 1⁸ e 2⁹), o parque tem um formato triangular e alongado de aproximadamente 850m de comprimento. As suas extremidades são avizinhas por dois conjuntos de blocos de apartamentos, habitados por população frequentadora do local, que parece se caracterizar por serem assalariados e proprietários das residências; nas suas laterais – delimitadas pelas avenidas – estão localizadas, lado a lado, diversas empresas do âmbito industrial. Além da população dos blocos de apartamento, também é identificado como frequentadores do parque um conjunto de pessoas advindas de vilas próximas (de uma a quatro quadras de distância), essas caracterizadas como moradias irregulares e/ou vinculadas a políticas de habitação popular resultante de remoções. Essa diferenciação quanto à população frequentadora - por nós aqui desenvolvida de maneira pouco aprofundada – dá uma idéia da realidade local e não se afasta muito de como ela é percebida pelos nossos colaboradores. As expressões “vilas” e “blocos” foram repetidas por mais de um deles, como denominações distintivas das populações locais: “uns moram aqui no Humaitá mesmo, e outros moram na vila” (Fernando); “eles eram um grupo só dos blocos aqui, não tinha o pessoal da vila” (Clara).

⁶ Censo de 2000 (encontrado em www.parquehumaita.com.br)

⁷ Nas entrevistas e em conversas informais realizadas no local, sistematicamente apareceram comentários vinculados à dimensão *ecológica* que o parque representa.

⁸ Fonte: www.parquehumaita.com.br

⁹ Fonte: google earth

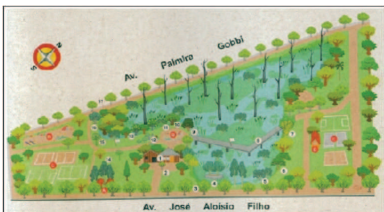


Figura 1 - Parque Humaitá¹⁰



Figura 2- Parque Humaitá¹¹

Internamente, o que poderíamos chamar de *ala sul* do parque conta com *playground*, uma quadra de vôlei de praia e campos de futebol; na parte central, localizam-se a administração do parque, alguns quiosques cobertos (churrasqueiras), e um *playground*. Na ala norte, há quadras polivalentes, campos de futebol de areia e grama, uma sala para atividades múltiplas¹² e uma cancha de bocha, atualmente desativada, com previsão de reconstrução¹³. Nesse mesmo setor, há, ainda, um campo de futebol com dimensões oficiais, o qual tem uma arquibancada numa das suas laterais.

Sob o ponto de vista administrativo, o parque é dirigido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), contando ainda com a presença de uma professora da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME), que administra o campo de futebol e, conforme consta no *site* da Prefeitura, oferece atividades de ginástica, alongamento e yoga para as comunidades próximas¹⁴. Há ainda atividades de categorias de base de clubes de futebol da capital¹⁵, os quais, conveniados com a SME, utilizam os campos para treinos e jogos. Além disso, o campo de dimensões oficiais é utilizado para jogos de campeonatos do bairro.

O outro parque estudado, o Parque Alim Pedro, foi construído na década de 40 e faz parte do projeto de criação do Conjunto Habitacional IAPI, que neste período foi planejado para moradia da população operária. O projeto da construção desse conjunto habitacional foi produto da política pública implantada pelo Governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de conter a expansão de favelas, que se encontravam em torno dos grandes centros urbanos

¹⁰ Fonte: Pagina eletrônica <www.parquehumaita.com.br>

¹¹ Fonte: google earth

¹² Onde a SME realiza aulas de ginástica.

¹³ Já há algum tempo, a cobertura da cancha de bocha, assim como o próprio espaço de jogo, foram desmanchados e há previsão de reconstrução.

¹⁴ Segundo as nossas observações e relatos da professora que atua no parque, atualmente acontecem apenas as aulas de ginástica.

¹⁵ Sport Clube Internacional e Esporte Clube São José.

brasileiros. A sua estrutura arquitetônica é considerada singular na cidade de Porto Alegre, em cujo projeto as residências unifamiliares ganharam destaque, e as ruas e edificações foram caracterizadas por traçados orgânicos com a presença de jardins. Por possuir tais singularidades na sua arquitetura e uma história cultural expressiva¹⁶, o IAPI¹⁷ é considerado patrimônio arquitetônico e cultural da cidade. (LAPOLLI, 2006; DEROIS, 2004).

Situado na zona norte de Porto Alegre no bairro Passo d' Areia, a comunidade do bairro caracteriza-se por serem de nível socioeconômico médio. Com o fim do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, o qual deu origem ao IAPI, e o surgimento do Sistema Financeiro de Habitação, iniciou-se um processo de descaracterização da classe social do conjunto residencial. A nova diretriz da política habitacional permitiu que, além dos locatários que já habitavam o conjunto, a camada média urbana também obtivesse o direito de tornar-se proprietária das residências. Dessa forma, foram percebidas mudanças mais sofisticadas na arquitetura, que contrastam com outras mais simples e antigas. Porém, apesar da heterogeneidade hoje existente na vila do IAPI, a memória do antigo conjunto habitacional destinado aos industriários, ainda está presente tanto nos moradores mais antigos quanto naqueles mais jovens (Derois, 2004).

Conforme informações da administradora do local, o Parque Alim Pedro “foi inspirado no Estádio Olímpico de Tóquio” (Solange) e destinado às práticas esportivas e de lazer dos moradores do conjunto habitacional, fazendo parte de uma estratégia do projeto de proporcionar maior autonomia para os moradores. Com 4,5 hectares de área, no seu espaço estão distribuídos um campo de futebol circundado por uma pista de corrida/caminhada; duas quadras poliesportivas; um *playground*; um campo de futebol de areia; uma cancha de bocha; e um módulo administrativo, onde se encontram os vestiários e a sala multiuso¹⁸. Além disso, o parque conta com grande área verde, constituída por ampla vegetação e de árvores frondosas que, por se localizarem num aclave e numa das laterais do campo de futebol, é considerada uma “arquibancada natural” (César).

A administração do Parque Alim Pedro está vinculada à Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), que conta com o apoio de manutenção da Secretaria do Meio Ambiente (SMAM). No local, a SME

¹⁶ Entre outros aspectos que expressam um sentimento de pertencimento ao bairro, as pessoas com quem se tem contato sempre destacam o reconhecimento nacional da cantora Elis Regina e do grupo Liverpool, ambos originários do IAPI; numa das ruas do bairro, vizinha ao parque, há uma pequena praça e um recanto (placa alusiva) em homenagem à Elis Regina.

¹⁷ Como é tratado pela população local.

¹⁸ Sala onde a SME realiza diversas atividades.

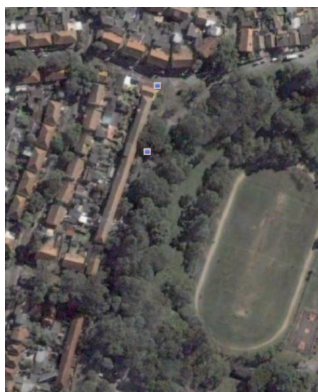


Figura 3 - Parque Alim Pedro¹⁹

promove diversas atividades, entre as quais as escolinhas de futebol, de futsal e de vôlei e de basquete; aulas de alongamento e de ginástica; atividades e eventos recreativos direcionados a crianças e portadores de deficiência física²⁰. O parque também serve de espaço para a realização de atividades autonomamente organizadas por moradores do bairro como, por exemplo, as oficinas de desenho e de pintura, os encontros beneficentes, campeonatos de futebol do bairro, os jogos de bocha, e até missas campais²¹.

3 LAZERE VIDA COMUNITÁRIA

Com essa configuração e características, ambos os parques são identificados, pela população, como espaços importantes das comunidades do seu entorno. Afirmando que “o parque é o coração do bairro”, Clara (professora de Educação Física da SME) busca diferenciar as repercussões da presença do parque na vida do bairro, comparando com outros locais dos grandes centros urbanos: “as pessoas ainda cultivam descer para o parque e tomar chimarrão, conversar com os vizinhos do lado; nos grandes centros, isso não existe”. Da mesma forma, Solange, professora que atua no Parque Alim Pedro, considera que “o parque se presta para [...] essa coisa assim da integração, da efervescência da própria vila”²².

Em que pesem essas afirmações se encaminharem numa mesma direção, um olhar atento nos levou a perceber muitas diferenças entre os dois locais, o que foi identificado logo nas primeiras observações. Enquanto o

¹⁹ Fonte: google earth

²⁰ Estas atividades, além de estarem referidas no site da Prefeitura de Porto Alegre, foram identificadas nas visitas dos pesquisadores e citadas por mais de um dos entrevistados.

²¹ “No final do ano passado, nós encerramos [as atividades do ano] com uma missa dentro do campo” (Solange).

²² Ela refere-se à *vila* IAPI.

Parque Humaitá se caracteriza pela presença de frequentadores principalmente nos sábados e domingos à tarde, o Alim Pedro mantém uma constante presença de pessoas, em diferentes dias e horários da semana e fim de semana. Numa das situações em que dois observadores estiveram presentes, um em cada parque e no mesmo horário (fim de tarde, durante a semana), percebeu-se que o Parque Humaitá estava “deserto”, enquanto o Alim Pedro estava “bombando” (expressões usadas pelos observadores). Essa diferença também aparece na visão dos seus usuários: “durante a semana, de segunda a sexta, é mais deserto [...] tu vê pequenos núcleos nos *playgrounds* com crianças” (Clara, referindo-se ao Parque Humaitá); “o movimento sempre é grande, tanto com crianças e com jovens que jogam; sempre está movimentado” (Valter, frequentador do Alim Pedro). Essa diferença quanto ao uso dos espaços também aparece no que se refere à sua apropriação, em especial por grupos de pessoas presentes em atividades coletivas e auto-organizadas.

Sobre o Parque Alim Pedro, os informantes relatam que “o futebol à tardinha é todos os dias” (Cézar); nos finais de semana tem um grupo de vôlei” (Solange); “fim da tarde sempre está cheio o campo, sempre está cheio as quadras de vôlei e de basquete também” (Rosane); “a bocha é todos os dias [...] agora são duas e meia da tarde, e o pessoal já está jogando” (Cezar); “tem dias que tem 50, 60, 70, uns jogando bocha e carta à moda deles [...] tem uns que são observadores, é um espaço independente” (Solange). Essas posições dos frequentadores são confirmadas pelas observações dos pesquisadores, que identificaram o parque Alim Pedro como um evidente espaço de sociabilidade urbana, onde pessoas de todas as idades circulam e se relacionam. E mais do que estarem no mesmo lugar, os usuários se reconhecem como parte dele, como expressa Cezar:

Eu acho que é um parque bem explorado, em todos os aspectos, inclusive em um aspecto que eu não gosto né, um aspecto ruim do uso de drogas, essas coisas, mas como as pessoas, a maioria são antigas aqui, até essas pessoas respeitam as outras pessoas, porque eles são filhos é do João que conhecia a Dona Maria [...]; então eles respeitam mais por esse aspecto, assim, de serem mais antigas aqui, eles respeitam, eu não sei se isso acontece em outros parques [...]. Aqui todo mundo se conhece [...] aquele que está na bocha lá, ele conhece o outro que está jogando bola lá na outra ponta, se não conhece o guri que está jogando lá conhece ou se dá com o pai dele [...] ou jogou bocha com o avô dele, ou joga futebol [...]; *sempre tem uma ligação*. (Grifo nosso).

Esse depoimento e outros semelhantes, advindos de outros informantes, retratam a forma como, já há muito tempo, vêm-se estabelecendo as relações de sociabilidade naquele lugar. As palavras de César - inclusive incorporando os usuários de drogas que também estão, sistematicamente, no local²³ - descrevem o que Magnani (1984, p.33), denominaria de relações no “pedaço”, um espaço existencial onde são reforçados “os laços de sociabilidade, desde o núcleo familiar até o círculo mais amplo que envolve amigos, colegas, ‘chegados’.

Já no Parque Humaitá, as relações não foram identificadas da mesma forma. Tanto os observadores como os entrevistados identificam o Parque Humaitá como um espaço onde as relações sociais são mais distantes e, mesmo “no anonimato” (STIGGER, 2002)²⁴, no sentido de serem isoladas (pessoas caminhando e/ou correndo, sozinhas, ao redor do parque) e/ou restritas a pequenos grupos (família e vizinhos mais próximos tomando chimarrão e/ou acompanhando crianças no *playground*) que não estabelecem contatos com outros. Há também diferenças e conflitos entre, pelo menos, dois grupos sociais que mostram clara distinção sob o ponto de vista econômico²⁵.

No local, chamou-nos atenção a quantidade de pessoas e pequenos grupos *mais soltos*²⁶ (Fernando: “família, amigos”) que frequentam o parque e o fato de que pessoas que moram nos condomínios que estão nas suas extremidades, pouco sabem sobre o que acontece *do outro lado*²⁷. Foi o que nos transmitiu o Sr. Luis (morador do bloco da ala sul), ao afirmar, em conversa informal, que pouco sabia a respeito do que ocorria *do outro lado* do parque. Também Fernando (morador do bloco da ala norte), ao tentar descrever como acontece a sua circulação pelo local, utilizou-se da mesma expressão: “eu frequento mais aqui, *mas o outro lado*²⁸ eu conheço também; lá eu nunca joguei (Fernando). O mesmo informante, mesmo mostrando que há um reconhecimento acerca de outros usuários do parque, acaba por confirmar que esse reconhecimento é superficial: “quando tu passa por alguém tu co-

²³ Os pesquisadores observaram o uso cotidiano de maconha no local, por parte de grupos de jovens que o fazem *discretamente*. Foi percebido, também, que esse fato acontece sem que pareça causar constrangimentos aos demais presentes. Mais de um dos entrevistados se referiu a esses frequentadores de forma semelhante à de César.

²⁴ Em estudo etnográfico realizado na cidade do Porto/Portugal, Stigger observou pessoas que praticavam, já há muito tempo (meses, anos) o futebol no parque da cidade, sem saber, efetivamente, quem eram os seus parceiros de jogo; desconhecendo seus nomes, profissões e local de moradia, conviviam no parque, unicamente no momento do futebol.

²⁵ Assunto que vai ser tratado mais adiante.

²⁶ Ao formular a pergunta, a expressão foi usada pelo entrevistador e confirmada pelo entrevistado, no sentido de *grupos pequenos e desvinculados de outros grupos*.

²⁷ Quando se referem *ao outro lado*, estão mencionando, como oposição, os lados *norte* e *sul*, distantes aproximadamente 850 m.

²⁸ Grifo nosso.

nece, às vezes na hora tu não lembra, tu passa na rua na hora ‘pô, da onde eu conheço? Ah, de lá do parque’”.

Essas relações que - comparadas com as que ocorrem no Parque Alim Pedro - se mostram distantes, também aparecem a partir de distinções econômicas e as suas repercussões no âmbito das relações sociais. Referimo-nos aqui ao que já relatamos anteriormente: o espaço social do bairro e do parque é delimitado fortemente entre “as vilas” e “os blocos”. É isto que expressa Clara, ao dizer que “os blocos interagem com os blocos, a vila com a vila, não existe essa interação assim ó, eu tô tomando chimarrão, vem um carroceiro²⁹, senta aqui comigo, vamos tomar chimarrão; não existe isso”. Palmira nos dá um relato que ajuda a entender como essa divisão se deu historicamente. Moradora dos blocos e líder de diversos movimentos que se mostraram interessados pelas melhorias do bairro, ela nos deu o seguinte depoimento:

Nós dizíamos para eles [os moradores das vilas] que [...] o parque é do Humaitá; [...] o parque é da comunidade, não interessa se é a vila x, se é a vila preta, a vila branca, amarela, rica, ela é de toda uma comunidade; isso foi muito ruim na época para a gente fazer as pessoas criarem raízes dentro do parque, criar raiz era só do Humaitá, só dos prédios. As vilas pareciam que eram abandonadas, porque eles faziam isso [...] já está mudando graças a Deus, mas de primeiro era só o parque, os moradores do Humaitá mandavam, eram eles que mandavam aqui.

Esse relato vai ao encontro dos achados de Stigger (1992) que, em pesquisa desenvolvida em 1991, entrevistou o presidente da Associação de Moradores do Bairro Humaitá à época e percebeu a mesma divisão. Quando perguntado sobre “quem deveria decidir sobre as coisas do parque”, o líder comunitário (e morador de um dos blocos) defendeu a idéia de que o poder de decisão sobre *as coisas do parque* deveria ser apenas dos proprietários dos apartamentos e não daqueles provenientes das vilas. Conforme pudemos perceber, posições distintivas como essa ainda persistem, o que foi relatado pela coordenadora do parque (a agrônoma Sandra) e confirmado pela professora de Educação Física (da SME) que atuam no local. Ambas se referiram ao fato de que, atualmente, muitas pessoas vinculadas aos moradores dos blocos vêm lhe solicitando, repetidamente, atitudes no sentido de coibir a presença dos *carroceiros* no parque; segundo ela, essas pessoas sugeriram, inclusive, a destruição das churrasqueiras que existem no local, as quais os moradores das vilas (os *carroceiros*) costumam utilizar, com suas famílias, aos finais de semana.

²⁹ Muitos dos moradores das vilas sobrevivem coletando lixo, fazendo uso de carroças.

4AS POLÍTICAS DE LAZER

Já desde 1926, com a criação do primeiro Jardim de Recreio de Porto Alegre, identifica-se, na cidade, uma iniciativa governamental que visa a oferecer serviços no âmbito do lazer para os cidadãos. De lá para cá, vários órgãos foram transformados e criados³⁰, e hoje esse serviço é realizado pela Secretaria Municipal de Esportes. Uma das suas ações principais desta secretaria é a manutenção de parques e de praças da cidade e o oferecimento – nestes locais – de diferentes atividades destinadas ao tempo de lazer da população. Como já foi referido anteriormente, tanto no Parque Humaitá, como no Alim Pedro, encontram-se profissionais da área de Educação Física, destinados a promover essas atividades.

Segundo um frequentador do Parque Alim Pedro, a administração do parque (SME) “agita” inúmeras atividades no local, como escolinhas, eventos recreativos e práticas esportivas direcionadas para todas as idades, porém havendo maior ênfase naquelas direcionadas para crianças. Conforme o relato da coordenadora do parque, existe um planejamento administrativo no que diz respeito às atividades que são oferecidas à comunidade:

[...] essas coisas já fazem parte da nossa cultura como gestores, existe planejamento sim, se precisar utilizar uma estratégia se faz, essas coisas são pensadas, não são muito aleatórias, não se cria um grupo do nada; a gente tem um calendário que a gente procura manter esse calendário vivo.

Com uma grande preocupação de que os espaços não sejam privatizados e que não se percam as “rédeas” da administração, há um empenho, através de discursos e de planejamentos administrativos, em manter a legitimidade do poder público de forma que os espaços do parque sejam utilizados por todos. Um exemplo disso é a atitude de não estimular ligas de futebol, pois, segundo Solange, “as ligas em alguns locais acabam formando esses guetos, esses redutos que deixam da questão pública e passam a ser interesse de determinados grupos, exploram o espaço e vira um reduto”.

O mesmo discurso que ouvimos da administradora também percebemos nos relatos dos frequentadores do parque, fato que nos ajudou a pensar que a gestão do Alim Pedro é legitimada porque existe uma justificativa interna para que as “leis” do parque sejam incorporadas pelos seus frequentadores. Quando Cezar se refere ao papel dos professores no parque em relação às disputas por espaços, observamos que vai ao encontro da fala da gestora,

³⁰ Pelos limites desta trabalhos, não vamos, aqui, recuperar esta trajetória. Sobre a intitucionalização da recreação pública em Porto Alegre, ver Feix (2003).

quando se refere à função dela e dos demais professores como representantes administrativos do governo municipal: “acho que cada um tem um papel aqui dentro e eu não vejo dar briga por causa do campo, por causa das canchas, eu não vejo, caso acontecer isso, a professora Solange está aí para resolver... os professores”.

Apesar de bastante focada na figura da coordenadora do parque³¹, essa legitimidade que foi adquirida pela Prefeitura se vincula, também, a um serviço que, efetivamente, parece estar de acordo com o que a população espera que ocorra: “eu acho que é bom, [o parque] tá sempre limpinho (Valter); “eu largo o meu filho para jogar bola aqui, eu largo e daqui um pouco venho buscar, depois no final do treino e não me preocupo, porque eu sei que ele está bem assistido aqui” (César).

Sobre o primeiro aspecto (“tá sempre limpinho”), o Parque Alim Pedro e o Parque Humaitá se assemelham bastante. Tanto o olhar dos pesquisadores, quanto o de diferentes membros da comunidade enfatizam aspectos relativos às boas condições físicas e à manutenção dos dois espaços públicos estudados. Porém, sobre o segundo aspecto mencionado (as atividades oferecidas pela SME), não podemos dizer o mesmo. Diferente do que se percebe no Parque Alim Pedro, o Humaitá vem-se configurando como um espaço onde o caráter *ecológico* se evidencia mais do que o social. Mais do que as relações sociais entre os frequentadores, o que chamou atenção dos observadores é a exuberância *natural* daquele local, assim como a sua manutenção no que se refere à jardinagem.

Assim, se, por um lado, é a ação da SMAM, que lá se evidencia, por outro lado, a da SME, parece pouco presente. Conforme relatos obtidos, a maior parte das atividades que acontecem no Parque Humaitá é auto-organizada e desenvolvida por pequenos grupos sem a interferência da administração do parque. Em entrevista com a professora da SME, que lá atua, ela manifestou não saber o porquê que alguns grupos abandonavam suas atividades sistemáticas. Na mesma direção, os frequentadores consideram que a administração do parque não tem a mesma proximidade com seus usuários como a que encontramos no Parque Alim Pedro: : “falta só a comunicação assim né, mais de saber mesmo quem vem, quem frequenta, da onde são, né” (Fernando, frequentador do Parque Humaitá). Por outro lado, a mesma professora acima mencionada afirma que “sempre que se propõe um trabalho tem gente”; mas, ao mesmo tempo diz que lá “não tem um professor para estimular a vinda”.

Essa afirmativa - que coloca também no poder público a responsabilidade de incentivar a presença das pessoas nos parques - leva a pensar sobre

³¹ Que atua no local há 12 anos.

as razões das diferenças entre os dois locais. Sobre isso, as observações realizadas nos mostraram que, enquanto no Parque Alim Pedro as atividades são proporcionadas por uma equipe da SME composta por mais de quatro pessoas, somando uma carga horária de aproximadamente 140 horas semanais, no Humaitá, a professora Clara atua sozinha, com 40 horas semanais de trabalho; enquanto o Parque Humaitá é administrado pela SMAM, com a presença da SME (professora Clara) no local, o Parque Alim Pedro é administrado pela SME, com apoio de manutenção da SMAM. Percebe-se, então, que, enquanto, no Parque Alim, a presença do Estado é principalmente via SME, no Humaitá, o Estado está representado especialmente pela SMAM.

A partir dessas considerações, podemos levantar a hipótese de que as diferenças quanto à frequência e às características dos dois locais se vinculam, também, à forma como o Estado neles atua. Percebe-se que, em cada um dos locais, prevalece uma política, vinculada às especificidades de cada Secretaria, o que faz os parques configurem-se de maneira distinta: um como espaço de atividades, eventos e uma vida social bastante intensa; e o outro como espaço natural, de preservação ambiental e de um lazer, às vezes contemplativo, onde caminhadas e encontros casuais são frequentes³². Não podemos afirmar que os parques não tenham outras características em comum, como se constituírem espaços vinculados ao lazer e às atividades físicas da população, porém cada um possui características que lhes são peculiares e acabam configurando seus papéis nas comunidades.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi referido no início deste texto, não há dúvida de que os parques públicos das cidades são, reconhecidamente, importantes espaços de sociabilidade da população urbana. Mas, também percebendo que isso não acontece sempre da mesma forma, buscamos elementos que ajudassem a compreender alguns fatores que interferem ou podem vir a interferir na construção nas relações de sociabilidade que ocorrem (ou podem ocorrer) em diferentes espaços públicos das cidades. Com esse objetivo e percebendo diferenças bastante evidentes entre as dinâmicas sociais existentes nos Parques Humaitá e Alim Pedro, buscamos compreendê-las com base em dados obtidos em observações *de campo* e entrevistas semiestruturadas realizadas com frequentadores dos dois locais. Nesse contexto, alguns aspectos observados nos chamaram atenção. Por uma opção analítica, eles foram observa-

³² Norbert Elias, autor que enfatiza a busca da excitação no lazer, identifica algumas atividades como “simplesmente, sociáveis” e outras atividades de “lazer menos especializadas” que buscam a “agradável destruição da rotina”, dentre as quais “dar um passeio a pé” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 148-149).

dos e descritos acima de forma separada, mas, na realidade concreta, se apresentam bastante articulados.

De acordo com as descrições anteriores, não é difícil perceber que a história e o planejamento de cada parque, assim como a sua relação com o contexto urbano onde ele se situa, estão inseridos entre os elementos que interferem em como as dinâmicas sociais neles acontecem. O Parque Alim Pedro faz parte de um conjunto habitacional que tem uma memória cultural e arquitetônica muito forte, tendo sido planejado, originalmente, para um determinado grupo social. Esses aspectos históricos se relacionam com a forma como se veem os seus atuais moradores, estes que ainda se identificam como um grupo, apesar de, atualmente, já se observar uma certa heterogeneidade socioeconômica no local. Mesmo assim, pudemos perceber que o sentimento de comunidade presente entre os frequentadores do Parque Alim Pedro tem, até certo ponto, origem na história deste conjunto habitacional que perdura até hoje. Já o Parque Humaitá, situa-se num contexto urbano diferenciado, marcado pela proximidade com muitas indústrias e por uma evidente heterogeneidade socioeconômica, que se materializa nas disputas entre os “blocos” e as “vilas”. O parque é um local onde - nos momentos de lazer - esses diferentes grupos sociais se encontram e expressam as suas diferenças.

Se isso tem vínculos com as diferentes dinâmicas observadas, relaciona-se, também, com a forma e com os investimentos que a administração de cada parque conduz as suas atividades; é nossa posição que a presença do Estado, diferente em cada um deles, tem efetiva interferência nas dinâmicas sociais que lá acontecem. No Parque Mascarenhas de Moraes, percebe-se que a sua administração, que é de responsabilidade da SMAM, está fortemente voltada para as questões ambientais e contribui para torná-lo - na perspectiva dos informantes - um reduto *natural*; com essa característica, e talvez por não haver um forte investimento da SME no local, as atividades desenvolvidas pelos moradores são caracterizadas pela autonomia, pelo quase anonimato e pela contemplação. Já no Parque Alim Pedro, a administração da SME, com um grande investimento de profissionais, realiza muitas atividades que mobilizam os moradores próximos e contribuem para a caracterização da vida comunitária do parque; a frequência de pessoas no local, assim como a articulação entre elas, parecem contribuir para a intensificação do sentimento de comunidade no local.

De acordo com as análises e as interpretações apresentadas, as diferentes configurações locais se constituem em aspectos que interferem - em diferentes âmbitos - na forma como cada um dos parques públicos estudados vem sendo apropriado pela população; nesse contexto, identificamos que a presença do Estado, através das suas políticas públicas, pode ter um papel importante como dinamizador desses locais.

Sem termos a pretensão de explicar as relações sociais que acontecem nos espaços urbanos de lazer nem de generalizar as nossas considerações, este trabalho busca oferecer elementos que podem vir a contribuir para a sua compreensão. Acreditamos que esse esforço, além de apontar para a heterogeneidade das dinâmicas sociais que ocorrem nos parques, assim como para a sua importância, como espaço de lazer das populações, nos leva a refletir sobre diferentes possibilidades para a ação pública nesses locais. Na perspectiva das políticas públicas, cada parque deve ser visto a partir da sua dinâmica e de sua configuração particular, e essa diversidade deve ser considerada quando neles o Estado pretender atuar.

REFERÊNCIAS

DEROIS, Rafael. *Primeiros passos na “Vila do IAPI”*: introdução a um estudo etnográfico das práticas cotidianas de um bairro de Porto Alegre. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www.iluminuras.ufrgs.br/artigos/2005-14-primeiros-passos-iapi.pdf>>. Acesso em: nov. 2008.

ELIAS, Norbert ; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

FEIX, Eneida. *Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX*: [institucionalização da recreação pública]. 2003. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento) - Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2781/000376336.pdf?sequence=1>>. Acesso em: mar. 2009.

FRAGA, Alex Branco; WACHS, Felipe. *Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. Shopping-centers: avenidas de sonho. *Ciência Hoje*, São Paulo, V. 12, n. 67, p. 27-34, out. de 1990.

GOELLNER, Silvana Vilodre; JAEGER, Angelita Alice. *Garimpendo memórias: esporte, educação física, lazer e dança*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

LAPOLLI, André. *Como destruir um patrimônio cultural urbano: a vila do IAPI, “Crônica de Uma Morte Anunciada”!* 2006. Dissertação (Mestrado em

Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10269/000592983.pdf?sequence=1>>. Acesso em: dez. 2008

MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PORTAL de Produtos e Serviços do Bairro Parque Humaitá. Disponível em: <www.parquehumaita.com.br>. Acesso em: dez. 2008.

ROSSARI, Tânia Torres. *Lá não tem bagaceiro – shopping-center Iguatemi de Porto Alegre: o significado de um espaço coletivo como indicador de identidade social*. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1990.

STIGGER, Marco Paulo. *Administração de parques públicos e democracia: um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas: Autores Associados, 2002.

STIGGER, Marco Paulo; GONZÁLES, Fernando Jaime; SILVEIRA, Raquel. *O esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007

Lazer e gênero: considerações iniciais a partir da experiência do Programa Esporte e Lazer na Cidade

*Silvana Vilodre Goellner
Márcia Luíza Machado Figueira
Carolina de Campos Derós
Caroline Canabarro de Oliveira¹*

Na agenda política e pedagógica de muitos projetos sociais pautados pelo oferecimento de práticas corporais e esportivas, os termos *saúde e lazer* aparecem comumente associados e, não raras vezes, integram um rol de metas a ser almejadas pelos seus usuários e usuárias. Sem entrar na especificidade de cada termo e na sua ampla e diversa utilização (outros textos publicados neste livro abordam essa relação), gostaríamos de chamar a atenção para uma questão importante e que, muitas vezes, não aparece contemplada na proposição de políticas públicas voltada para o esporte e para o lazer no Brasil, qual seja, a perspectiva das relações de gênero.

Partimos do pressuposto de que o lazer, como qualquer outra prática humana, é um espaço generificado e generificador. É um espaço onde se produz e reproduz representações de feminilidade e de masculinidade e, em torno dessas representações travam-se distintas disputas, sejam elas por significação, reconhecimento, protagonismo, visibilidade, entre outras.

Considerando a questão de gênero como um elemento a interferir na adesão e na permanência de homens e mulheres nas atividades de lazer, o presente estudo recai sobre essa análise particularizada constituindo-se em um dos eixos de uma pesquisa mais ampla, intitulada “Políticas de Promoção da Saúde na Gestão do Lazer em Porto Alegre” desenvolvida pelo Núcleo da Rede CEDES da ESEF/UFRGS.

A escolha por esse marcador social não se deu por acaso. Na literatura específica de programas de promoção da atividade física, tem sido destacado que o índice de sedentarismo entre as mulheres é bastante significativo, o que demandaria estratégias de intervenção voltadas para o público feminino. De acordo com dados levantados no Brasil, em 1998 pelo CELAFISCS, entidade responsável pela coordenação de um dos programas de promoção da saúde mais destacados do país, o Agita São Paulo², 70% dos sedentários de todo o

¹ Fizeram parte da equipe que realizou essa pesquisa os mestrandos Johanna Coelho von Muhlen e Renato Machado Saldanha.

² Sobre esse tema ler Fraga (2006).

país são mulheres, tendência essa que tem levado a considerar internacionalmente a mulher como um grupo de risco.

Mais do que investigar se esse índice corresponde ou não ao contexto investigado na cidade de Porto Alegre, optamos por desenvolver uma análise que desloca o eixo da questão da vulnerabilidade atribuída às mulheres como grupo de risco para tentar apreender alguns dos impeditivos para sua menor adesão à prática de atividades de esporte e de lazer.

Para tanto, algumas decisões foram necessárias no desenrolar desta pesquisa. A primeira delas foi tentar mapear as atividades desenvolvidas no Parque Humaitá, *locus* do nosso estudo, para tentar conhecer como se dava a adesão de homens e de mulheres nas práticas corporais lá vivenciadas. Desse mapeamento percebemos uma distinção de gênero bastante evidente em duas atividades com boa participação da comunidade: os homens, grosso modo, participam do futebol no campo, ar livre, e as mulheres frequentam as aulas de ginástica e de alongamento que acontecem em uma sala específica localizado nas dependências do parque.

Interessou-nos, também, verificar a participação de homens e de mulheres no “Programa Lazer e Saúde”, promovido pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) que se constitui, basicamente, na orientação de caminhadas contemplando, ainda, o controle de pressão arterial e frequência cardíaca dos caminhantes.

Transcorrido três meses de observação, percebemos que tanto homens quanto mulheres participavam das caminhadas, por vezes, de forma sistemática, outras com grande irregularidade na participação, para ambos os sexos. Ou seja, não foram evidenciadas grandes discrepâncias entre a adesão de homens e de mulheres nessa atividade e as relações que estabeleciam. Quando questionados, acerca das razões pelas quais aderiram ao programa, em sua grande maioria, constatou-se que se destinava à questões afetas à saúde e à qualidade de vida³, conforme podemos perceber nos depoimentos abaixo:

É eu tenho uma amiga, ta, que ela, eu digo olha tu leva uma vida sedentária, tu tem todas as mesmas doenças que eu tenho e tu não procura fazer uma caminhada, ou seja, de 10, 15, 20 minutos que já te ajuda. E ela se queixa muito de dor nos ossos, ela tem diabetes, ela tem osteoporose, tem artrose, tem tendinite, e é uma pessoa sedentária, não faz nada (mulher, 60 anos, aposentada).

³ Sobre esse tema, ler neste livro o texto de Alex Branco Fraga, Felipe Wachs, Ivana dos Santos Teixeira, Rute Viégas Nunes e Igor Ghelman Sordi Zidenberg, intitulado “Sedentarismo é...”: concepções de praticantes de caminhada e a medicalização das práticas corporais.

[...] quando, pra mim a primeira coisa que vem é a saúde, cara que não pratica esporte, ele é propício a ter alguma tipo de doença, diabetes, tanto é que eu tô caminhando por causa da minha diabetes também, né. Eu não caminhava, eu jogava bola depois parei um bom tempo de praticar esporte, aí depois eu vi que tava diabético do tipo II aí comecei a fazer exercício, faz um ano que tô caminhando no parque aí e já melhorou bastante (homem, 48 anos, desempregado).

A relação linear entre prática de atividade física e saúde emergiu em vários dos discursos dos caminhantes, o que nos leva a perceber a centralidade que esse binômio adquiriu nas sociedades urbanas contemporâneas. Em nome da saúde, cotidianamente, prescrevem-se muitas orientações, entre elas, a adesão à atividades físicas tanto para homens como para mulheres.

Considerando que o Parque Humaitá abrigava atividades integrantes do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), decidimos não apenas observar esse núcleo específico mas aqueles que estavam em desenvolvimento, na cidade de Porto Alegre, no segundo semestre de 2008. Tal decisão pautou-se na percepção de que poderíamos ampliar o horizonte investigativo acerca das relações de gênero no âmbito de programas de esporte e lazer o que, no nosso entendimento, se mostrou oportuno.

Desse modo, fizemos contato com a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer para identificar os núcleos em funcionamento⁴. A partir desse contato, tivemos a oportunidade de ampliar nossos conhecimentos sobre o PELC e, mais especificamente, sobre a sua realização na cidade de Porto Alegre. Diante desse contexto, percebemos que não apenas o Parque Humaitá e o “Programa Lazer e Saúde” seriam objeto de nossa análise, mas os cinco núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

1 O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Implementado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) do Ministério do Esporte, o PELC foi elaborado com o objetivo de suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendessem às crescentes necessidades e às demandas da população pela oferta de atividades direcionadas para esporte recreativo e o lazer. Sua formulação buscava atingir dois objetivos principais: democratizar o acesso às práticas esportivas e de lazer e universalizar o direito social ao

⁴ Gostaríamos de agradecer à professora Cleizi Fernanda Zanatte da Silva (Coordenadora Geral) pela gentileza e atenção com que sempre atendeu a nossas demandas acerca do PELC, fornecendo informações fundamentais para a nossa pesquisa e, ainda, para a elaboração deste texto.

esporte e ao lazer proporcionando, além da prática de atividades físicas e esportivas, outras atividades que envolvessem todas as faixas etárias da comunidade na qual seria desenvolvida. A razão para tal empreendimento “traz na sua essência o estímulo à convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, contribuindo que o esporte e o lazer sejam assumidos como políticas públicas e de direitos de todos”. (BONALUME et al, 2008, p. 63).

Em 2008, a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, assinou a renovação do seu convênio com o Ministério do Esporte através da aprovação do projeto intitulado “Programa Esporte e Lazer na Cidade: por uma perspectiva de construção da cidadania, inclusão social e contribuição à redução dos índices de violência através do esporte e lazer” com duração prevista até maio de 2009.

Os cinco núcleos previstos no projeto localizam-se em comunidades que possuem uma elevada densidade populacional e altos índices de violência e de tráfico de drogas, assim como um número crescente de crianças e de adolescentes em situação de rua, mendicância, com índices preocupantes de gravidez precoce, de violência física e de psicológica. Por conta disso, a justificativa para a implantação do PELC nestes bairros recai na possibilidade de poder “contribuir com a prevenção e com o combate a todos os tipos de violência e à exclusão social e, acima de tudo, garantindo o direito constitucional de acesso às práticas de esporte e lazer” (PORTO ALEGRE, 2007, p. 3), em áreas da cidade vulneráveis socialmente e carentes de espaços públicos de lazer, o que dificulta o desenvolvimento dos trabalhos da Secretaria Municipal de Esportes de Porto Alegre.

Estes núcleos localizam-se nas seguintes regiões: Núcleo 1 - Associação de Moradores do Loteamento Pampa; Núcleo 2 - Parque Mascarenhas de Moraes (Humaitá); Núcleo 3 - Praça Rejane Vieira (Vila Cruzeiro); Núcleo 4 - Associação dos Amigos da Safira (Vila Safira); e Núcleo 5 - Associação de Amparo aos Necessitados (Vila Bom Jesus). O atendimento ocorre em vários locais dessas comunidades, tais como praças, quadras, associações de bairros, creches e demais locais disponíveis.

Cada um desses núcleos desenvolveu atividades consoante as demandas específicas de acordo com o interesse e com a cultura local das comunidades envolvendo, desde o voleibol, o futsal, o futebol de campo, o handebol, o basquete, a capoeira, o judô, o jiu-jitsu, a dança, a expressão corporal, o alongamento e a ginástica, até oficinas de artesanato, de *Hip-Hop*, de percussão, grafiteagem, entre outras, além de grupos de convivência de adultos e de terceira idade, de grupos multiesportivos e de brinquedotecas.

Para tentar apreender as questões de gênero que perpassavam o cotidiano desses núcleos, passamos a observar algumas das atividades desenvolvidas bem como nos debruçamos sobre a análise de um instrumento elaborado e aplicado pela Coordenação do PELC de Porto Alegre⁵ para diagnosticar as expectativas dos sujeitos a ser contemplados com a implementação do programa.

Três perguntas que integravam esse instrumento (no formato de questionário) foram minuciosamente analisadas dado que poderiam fornecer elementos importantes para apreendermos a relação entre as questões de gênero e o lazer, a saber: 1) O que você gosta de fazer no seu tempo livre?; 2) O que você entende por lazer? E 3) O que impossibilita você a praticar atividade física?

Esse questionário foi aplicado a 140 mulheres e 109 homens, e sua sistematização permitiu algumas análises e reflexões no que tange ao espaço que homens e mulheres destinam ao lazer em sua vida, bem como o que compreendem por tal dimensão. Vejamos:

À exceção do Núcleo 3 - Vila Cruzeiro - , que teve um grande número de entrevistados/as abaixo dos 14 anos e apontaram a realização de esportes como prática comum do seu tempo livre, a preferência das mulheres esteve marcada pela realização de atividades no espaço doméstico e, dos homens, no espaço público.

Das 140 entrevistadas, 77 afirmaram que não realizam nenhuma atividade física, seja como atividade de lazer, seja como uma forma de cuidar da saúde. Em sua imensa maioria, atribuem aos cuidados domésticos o principal fator que as impede de ter uma atividade física regular, pois, dada as demandas que essa tarefa exige, não sobra tempo para cuidar de si mesmas. Já a maior parte dos entrevistados mencionou a prática do futebol como preferência para ocuparem seu tempo livre. Somente 28 homens dizem não realizar atividades físicas regularmente, tendo como principais justificativas a falta de tempo por conta do trabalho ou por apresentarem alguma doença.

Esses dados podem ser lidos através de diferentes perspectivas: uma delas, certamente, relaciona-se com a questão da divisão social do trabalho no qual as mulheres, em sua imensa maioria, são as responsáveis pelos cuidados da casa e da família. Segundo Gross (2008), a maior categoria de profissionais no nosso país é formada por mulheres e por mulheres negras, das quais, grande parte não tem seus direitos trabalhistas respeitados. Isso se deve, entre outros fatores à relação que se estabelece entre trabalho remunera e não remunerado. Para a autora,

⁵ Os questionários foram cedidos pela Coordenação Geral do PECL/SME, a quem agradecemos,

os homens se ocupam, majoritariamente, de um trabalho considerado produtivo, que tem mensuração, que você pode valorar, ou seja, pelo produto produzido ou pela mão de obra empregada para realizá-lo. Às mulheres lhes compete o trabalho considerado reprodutivo, o que significa a manutenção da perpetuação da espécie humana, o cuidado cotidiano com as pessoas com as quais elas convivem, que estão ao seu redor, como seus filhos e filhas, pessoas mais idosas, as pessoas com deficiência e doentes, para as quais elas têm que preparar alimentação, se responsabilizar pela vestimenta, organizar o lugar onde núcleo familiar vive, etc. (GROSS, 2008, p. 240).

Essa questão afeta de forma particular não apenas a questão da divisão sexual do trabalho, mas ainda do próprio lazer. Não é sem razão que a grande maioria das mulheres adultas entrevistadas afirmou que seu lazer estava voltado para atividades realizadas com a própria família e no espaço doméstico. Quando questionadas sobre o que entendem por tempo livre, quase todas responderam que não têm tempo algum livre e, quando pensam em lazer, pensam em descanso, em assistir à televisão, em conversar, em tomar chimarrão ou em dormir. Algumas das respostas à pergunta “O que você gosta de fazer no seu tempo livre?” elucidam a relação das mulheres com o trabalho e, conseqüentemente com o lazer, pois não raras vezes algumas tarefas domésticas identificadas como “mais leves” são observadas como de lazer. Entre as atividades de lazer mencionadas, destacamos a) limpar a casa e olhar TV; b) cuidar da filha/o pequeno/a; c) ficar deitada e d) levar o/a filho/a para passear.

Dados semelhantes a esses foram identificados pela Fundação Perseu Abramo na pesquisa que realizou, em 2001, com 2502 mulheres em todas as regiões do país. Quando inquiridas sobre as atividades realizadas nas horas de lazer, nos finais de semana ou no tempo livre, as respostas apontaram que 63% têm o lazer voltado para as atividades domésticas: assistir à televisão, dormir, trabalhos manuais, descansar, conversar com as vizinhas, cuidar de plantas ou horta, ficar com a família, ficar na porta da casa olhando os movimentos da rua, etc. (VENTURI; RACAMÁN; OLIVEIRA, 2004).

Nos questionários aplicados nos núcleos do PELC, verificamos que a percepção dos homens acerca do tempo livre e das atividades de lazer se deu noutra direção. Para eles, grosso modo, lazer é sinônimo de diversão e de fazer algo que está fora da rotina. Nenhum deles mencionou como lazer atividades familiares, e, sim, beber com os amigos, assistir ao futebol ou ouvi-lo, etc.

Já para os entrevistados com idade inferior a 14 anos, o que se percebeu é que a compreensão de lazer, para meninos e meninas, não difere tanto

quanto os adultos. Para ambos, lazer relaciona-se à diversão e à prática de esportes. No entanto chama à atenção a preferência e, de certo modo, a reivindicação que algumas meninas fazem para aderirem e para permanecerem em atividades comumente designadas como mais própria aos meninos, tais como futebol, capoeira e jiu-jitsu.

Essa fala das meninas aponta, mesmo que sutilmente, a presença de distinções da ordem do gênero nas atividades, sejam elas imaginadas ou realizadas. Um dos pontos positivos por nós avaliados foi a presença, em todos os núcleos, de esforços para realização de atividades conjuntas entre meninos e meninas bem como a efetiva participação de meninas e jovens em atividades, tais como futebol e lutas.

Com relação ao Parque Humaitá, não percebemos muitas diferenças em relação aos demais núcleos do PELC.

Das 34 entrevistadas, 30 não praticam atividades físicas. A maioria mencionou que as atividades que gostam de fazer no tempo livre são relacionadas à família e ao lar: lavar, limpar, assistir à TV, descansar, dormir, comer churrasco, ficar com a família). Somente três entrevistadas apontaram a prática de esportes como forma de lazer, todas elas, participantes do “Programa Lazer e Saúde”.

Segundo a maior parte dessas mulheres, os impedimentos estão relacionados ao tempo, seja por conta do trabalho fora de casa ou com os cuidados da família, dos filhos e da casa. Vale a pena reproduzir algumas de suas respostas quando questionadas sobre o que compreendem ser o lazer: “Lazer é ter um monte de descanso”; “Lazer é a casa onde mora”; “Lazer é ficar tranquila fazendo o que eu gosto, sem me preocupar com horários”; “Lazer é não fazer nada”; “Lazer é poder fazer coisas que eu gosto” e “Lazer é descanso para a memória”.

Dos 13 homens entrevistados, nove citaram a prática do futebol como sua atividade preferida, mas oito deles dizem não realizar atividades físicas. Entre os motivos apresentados, os que se destacam são doenças ou falta de interesse já que não apresentam impedimento algum. Ou seja, não identificam, por exemplo, as atividades familiares como algo que possa fazer parte de sua rotina, tornando-se e, assim, uma tarefa a restringir o tempo que tem disponível para o lazer. Essa questão simplesmente não figura como uma de suas preocupações.

Segundo dados oriundos da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, já mencionada anteriormente, em 96% dos domicílios pesquisados, a principal responsável pelas tarefas domésticas era a mulher. Os homens apresentaram uma participação mais pontual sendo mais marcante em atividades que envolviam uma mediação entre a família e o espaço público tal como, por exemplo, fazer compras. Segundo Bila Sorj (2004, p.113) “a

participação masculina no domínio privado é, portanto, não só limitada, mas seletiva, e corresponde às tarefas socialmente mais valorizadas”.

Na fala dos homens, o lazer significa algo que está vinculado à ação. Vejamos algumas delas: “Lazer é tranquilidade de viver e um espaço saudável para as crianças”; “Lazer é divertir-se, realizando algum esporte”; “Lazer é se divertir e melhorar a sua saúde”; “Lazer é um meio de diversão a todos, especialmente uma caminhada”.

Os depoimentos advindos dos questionários confirmam aquilo que dissemos no início desse texto: o lazer como qualquer outra prática humana é um espaço generificado e generificador.

Por tal razão, pensamos ser necessário aos gestores estarem atentos às questões de gênero no momento da elaboração de políticas públicas de esporte e de lazer, pois esse marcador identitário interfere, sim, na adesão e na permanência de homens e mulheres de formas distintas e desiguais. Por certo, outros fatores também reforçam essas e outras desigualdades. No entanto, não podemos negar que as relações de gênero configuram espaços diferenciados para eles e para elas. E isso é uma questão política e como tal merece ser amplamente discutida e referenciada.

REFERÊNCIAS

BONALUME, Cláudia R. et al. O Programa Esporte e Lazer na Cidade. In: PINTO, Leila Mirtes S. de M. et al. (Org.). *Brincar, jogar e viver: lazer e intersetorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, v.1., p. 61-67.

FRAGA, Alex. B. *Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa*. Campinas: Autores Associados, 2006.

GROSS, Dirce M. Estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais: perspectivas de parceria com o lazer I. In: PINTO, Leila Mirtes S. de M. et al. (Org.). *Brincar, jogar e viver: lazer e intersetorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. v.1., p. 238-247.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Educação. *Programa esporte e lazer da cidade: projeto básico - 2007-2008/ Renovação do convênio e implantação de núcleos de esporte e lazer*. nov/2007.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-120.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2004.

Lazer, promoção da saúde e espaços públicos: encontros e desencontros

*Fabio de Farias Peres
Victor Andrade de Melo*

1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente, pode parecer evidente a necessidade de adoção de perspectivas plurais, abrangentes e abertas para lidar com os processos saúde-adoecimento-cuidado. Nem sempre foi assim, contudo. Ainda que o reconhecimento das relações entre condições sociais e saúde date do século XIX e faça parte da própria *gênese* da saúde pública, até meados da década de 80, a concepção biomédica se constituiu em modelo hegemônico.

Mesmo reconhecendo que o conceito de saúde sofreu consideráveis mudanças, inclusive institucionalmente (como no caso da Organização Mundial de Saúde, na década de 40), o modelo biomédico se consolidou como dominante e, portanto, legitimado. Há 40 ou 50 anos, por exemplo, pareceria espantosa a naturalidade com que usamos a categoria saúde, bem como as “exigências” que qualificam as pessoas como saudáveis ou não.

Nas últimas décadas, presenciamos no Brasil um processo considerável de transformação desse quadro. Embora ainda presente, inclusive em função da força das promessas que envolvem os avanços biotecnológicos, a univocidade do modelo biomédico sofreu reveses que, pelo menos hoje, nos parecem irreversíveis. Os debates em torno da reforma sanitária e, posteriormente, do que se convencionou chamar de promoção da saúde acabaram por consolidar a percepção de uma intrincada e complexa trama de inter-relações - em graus e planos variados - entre condições sociais, saúde e qualidade de vida.

Grupos e movimentos, que se autorrepresentavam como portadores de uma perspectiva heterodoxa, ao aglutinarem em torno de si demandas e reivindicações de segmentos variados, conseguiram legitimar ou exercer influência não apenas nos modos de conceber a saúde, mas também na maneira de geri-la, o que surgiu como heterodoxia hoje se trata de um conjunto de idéias amplamente aceitas. Uma das faces significativas dessa transição pode ser percebida no uso frequente (e muitas vezes indiscriminado) de termos como “dialética”, “desigualdade” e, recentemente, “complexidade” nos discursos do campo.

O campo da promoção da saúde é, sem dúvida, um dos principais responsáveis pela atual legitimação dessa perspectiva que relaciona de maneira enredada saúde, condições sociais e qualidade de vida, inclusive porque reivindica para si o papel de porta-voz de estratégias consideradas “inova-

doras” para o enfrentamento de problemas sanitários (de ampla e plural magnitude) no cenário contemporâneo.

A despeito das possíveis imprecisões conceituais (que não são poucas) e da heterogeneidade dos usos e das práticas em torno do termo, a promoção da saúde vem-se consolidando como uma das tendências mais aclamadas da saúde coletiva, cuja importância adquiriu relativo consenso não só acadêmico, mas também no espaço de interseção com o campo político (da qual a face mais emblemática é o aumento da visibilidade de *burocratas esclarecidos*). Ao longo das últimas décadas, o campo da promoção da saúde no Brasil construiu, apesar das divergências, um ideário com alguns princípios e estratégias convergentes.

Neste capítulo, pretendemos apresentar algumas reflexões sobre os usos desse ideário quando associado ao que se entende – muitas vezes de maneira equivocada - por lazer. Ao fim, buscaremos situar a discussão do acesso aos espaços como um dos componentes que compõe a relação saúde-lazer.

2 PROMOÇÃO DA SAÚDE E LAZER: ENCONTROS E DESENCONTROS

Segundo Najjar e Peres (2007), o campo da promoção da saúde acabou por agrupar - ainda que de maneira não necessariamente harmoniosa - uma diversidade de demandas e anseios de segmentos variados, que buscavam enfrentar, de modo abrangente e plural, os desafios que se colocavam à saúde da população brasileira.

Em linhas gerais, os atores envolvidos no campo atribuem para si um *ethos* e uma *vocação* que, entre outros fatores, reconhecem: a) a insuficiência do modelo biomédico tradicional de conceber o processo saúde-adoecimento; b) a pluralidade dos determinantes da saúde; c) a inter-relação entre qualidade de vida e saúde; d) a dimensão social e coletiva da saúde e da qualidade de vida; e) a necessidade de ações e políticas intersetoriais e interdisciplinares – e não apenas as do setor da saúde, especificamente; f) a equidade como princípio ético e norteador das estratégias de redução das desigualdades sociais e, por conseguinte, em saúde; g) a imprescindibilidade da educação e difusão de conhecimentos na construção da autonomia dos indivíduos; h) a importância da ação comunitária e mobilização social no processo de fortalecimento do exercício da cidadania e, conseqüentemente, nos foros de decisão, de formulação, de implantação e de avaliação de ações e de políticas; e i) a idéia de “responsabilização múltipla” ou “corresponsabilidade” que envolve não apenas o Estado, mas também o indivíduo, o que se convencionou chamar por comunidade e a sociedade no processo de promoção da saúde.

Por certo, esse rol de aspirações não dá conta de todas as possibilidades e peculiaridades das iniciativas e dos programas que se autorrepresentam como propostas de promoção da saúde. Há numerosas perspectivas, ênfases e afiliações teóricas. Sem dúvida, existem diferenças, por exemplo, entre a proposta do Banco Mundial (cujo slogan é *Healthy Changes Start Today*)¹, a defendida pela Organização Mundial da Saúde (WHO)² e as proposições de diversas agências, de secretarias e de instituições acadêmicas (como, por exemplo, as do Canadá e do Reino Unido)³.

Não é nosso intuito apresentar os limites e as críticas a esses princípios e a essas estratégias. Nossa proposta é evidenciar, primeiro, a distância desses eixos norteadores daquilo que se constitui a Política Nacional de Promoção da Saúde (aprovada pela Portaria nº 687, de 30 de março de 2006), do Governo Federal⁴. Em seguida, tentaremos apontar como tal distanciamento pode ser entendido como traço de uma questão mais geral que permeia, via de regra, a relação promoção da saúde e do lazer na sociedade brasileira. Ao fim, pretendemos situar nesse cenário a questão do espaço.

3 A POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

Ao menos no plano político, no que se refere ao Poder Executivo, o modelo de atenção à saúde no Brasil apresenta consideráveis diferenças no que se refere à concepção e à gestão.

A própria elaboração de uma Política Nacional de Promoção da Saúde – ainda que tardia, mas bem-vinda – é um reflexo de tais mudanças, apresentando-se como estratégia que busca conter em si uma perspectiva mais ampla, matizada e complexa dos processos saúde-adoecimento-cuidado:

No SUS, a estratégia de promoção da saúde é retomada como uma possibilidade de enfocar os aspectos que determinam o processo saúde-adoecimento em nosso país – como, por exemplo, violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada e/ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, qualidade do ar e da água ameaçada e deteriorada; e potencializam formas mais amplas de intervir em saúde (BRASIL, 2006, p.14).

¹ Para mais informações, ver <http://www.worldbank.org/>.

² Para mais informações, ver <http://www.who.int/healthpromotion/en/>

³ Para mais informações, ver os sítios da Public Health Agency of Canada (<http://www.phac-aspc.gc.ca>), da Health Promotion Agency - Northern Ireland (<http://www.healthpromotionagency.org.uk>); e do Department of Health -England (<http://www.dh.gov.uk>);

⁴ O texto da Política Nacional de Promoção da Saúde pode ser encontrado em: http://portal.saude.gov.br/portal/svs/area.cfm?id_area=462.

São essas mudanças - antes restritas aos movimentos sociais e às instituições acadêmicas, e que, contemporaneamente, já se encontram presentes nas diversas esferas de governo - que permitem, inclusive, uma aproximação maior com a temática lazer. É significativo, por exemplo, a incorporação do tema em um mesmo patamar e de maneira inter-relacionada com outras esferas da vida social, anteriormente classificadas hierarquicamente e *a priori* como mais necessárias. A Política Nacional de Promoção da Saúde dá claras evidências dessas transformações, quando aponta que seu objetivo é o seguinte:

Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e a serviços essenciais (BRASIL, 2006, p. 20).

É fato que a Política Nacional de Promoção da Saúde aponta desde a insuficiência do modelo biomédico e a necessidade de ações intersetoriais até a idéia de “corresponsabilidade” e de participação social. No entanto, ao nos determos nas “Ações específicas”, propostas para o biênio 2006 - 2007, percebemos uma ênfase em iniciativas que estimulam condutas, hábitos e estilos de vida “saudáveis”. Basicamente, os princípios relativos à educação, à cidadania e à participação social ficam restritos à promoção da alimentação saudável e da prática corporal e/ou atividade física, à prevenção e ao controle do tabagismo, à redução do uso abusivo de álcool e outras drogas, à prevenção da violência e ao estímulo à cultura de paz, à promoção do desenvolvimento sustentável e à redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito.

Assim sendo, ainda que se defenda o afastamento de um modelo “tradicional”, que concebe os modos de viver a partir de uma “perspectiva individualizante e fragmentária”, no qual os “sujeitos e as comunidades” são “os responsáveis únicos pelas várias mudanças-arranjos ocorridos no processo saúde-adoecimento ao longo da vida”, há um descompasso entre os princípios anunciados e os meios utilizados para o alcance dos objetivos propostos ao longo do texto.

Os avanços do conjunto de reflexões e de práticas da promoção da saúde acabam por ser traduzidos em meras mudanças de hábitos: não fume, não beba (ou beba pouco), não seja sedentário, não use drogas e por assim vai. As estratégias e o foco da ação se diferenciam muito pouco dos velhos movimentos higienistas, inclusive em sua conotação moral e ascética (obviamente considerando as peculiaridades históricas do higienismo).

Ainda que possamos, no limite, considerar a necessidade de estímulo à adoção de estilos de vida saudáveis (diga-se de passagem, conjugado no plural), isso significa muito pouco quando analisamos as potencialidades que a promoção da saúde traz ao abrigar a dimensão social. Aspectos centrais que deveriam ser enfatizados se esvaem em propagandas publicitárias que tratam de forma limitada e não poucas vezes pouco complexa do cigarro, do sedentarismo e do sexo “seguro”.

Sem dúvida, o acesso à informação (como, no caso, dos malefícios do cigarro, da importância do uso de preservativos, etc.) ou o acesso a serviços (como os oferecidos pelo Programa da Saúde da Família) são imprescindíveis. Mas tal modelo de política e de ação passa ao largo justamente de questões fundamentais para consolidação dos eixos e dos princípios norteadores da promoção da saúde.

A nosso ver, a preocupação deveria ser menos em se as pessoas fumam ou não, se fazem sexo ou não, se praticam atividades física ou não e mais em questões do tipo, como construir estratégias pedagógicas que estimulem a participação social e o desenvolvimento comunitário? Como promover a autonomia dos indivíduos a partir de uma perspectiva crítica e, portanto, não dogmática a fim de fortalecer o exercício da cidadania?

A ênfase em normas, em valores e em condutas “saudáveis” como sinônimo de estratégia “educativa” permeia a maior parte das iniciativas de promoção da saúde, sobretudo as voltadas para as vivências e para as práticas de lazer.

4 ESPORTE É SAÚDE? LAZER É SAÚDE? “MODELOS” DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

No Brasil, desde a década de 20, podemos identificar a existência de projetos e de programas, geralmente estatais, que tinham as atividades chamadas de recreativas como motivos-estratégias principais de intervenção. Destacam-se, nesse âmbito, as experiências pioneiras das cidades de Porto Alegre (com a organização de parques públicos, conduzida por Frederico Gaelzer) e de São Paulo (conduzida por Nicanor Miranda), bem como a posterior organização do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, na cidade do Rio de Janeiro (na época Distrito Federal).

Ainda que essas propostas possuíssem claras diferenças na sua concepção e na sua execução, eram explícitos alguns pontos em comum: a) a compreensão de que era necessário controlar o espaço público no intuito de evitar “desordens” no tecido urbano; isto é, acreditava-se que as atividades de lazer poderiam funcionar como elementos disciplinadores e de manutenção da ordem; e b) o entendimento que essas atividades seriam úteis como

forma de manutenção da saúde e da recuperação da força de trabalho, importantes para um país que se industrializava e sentia os impactos desse processo.

Enfim, eram em geral compreendidas como atenuadoras das “mazelas” da modernidade. Robert Ezra Park, um dos pensadores centrais do que viria a ser chamada de Escola de Chicago, já mencionava em 1916:

Em cidades americanas têm-se tentado renovar vizinhanças ruins pela construção de pátios de recreio e pela introdução da prática supervisionada de esportes de vários tipos, inclusive bailes municipais. Essas e outras atitudes, destinadas em primeiro lugar a elevar a moral das populações, devem ser estudadas em conexão com a investigação da vizinhança em geral. (PARK, 1979, p.33).

De certa forma, o lazer – ao ser objeto de ações e de iniciativas políticas – esteve ao longo do século XX relacionado à saúde, seja pelo um viés fisiológico (no qual as atividades físicas desempenhavam um papel central), seja sob por uma perspectiva moralizadora (a qual se traduzia em busca por uma “saúde da sociedade”, cuja ênfase se dava na manutenção da ordem social)⁵. Contudo, seria um equívoco histórico considerar tais propostas e políticas como iniciativas *stricto sensu* de promoção da saúde.

Ainda que possa haver proximidades (como no caso dos modos e das estratégias de intervenção), o campo da promoção da saúde só começara estruturar-se em meados da década de 70⁶, dando uma nova roupagem e consolidando uma perspectiva supostamente diferente sobre os momentos de lazer. É a partir dessa década que podemos identificar um crescimento dessas iniciativas, como as campanhas “Mexa-se” e “Movimento Esporte para Todos” já articuladas – ora mais, ora menos – com os princípios e com os eixos norteadores da nova perspectiva⁷. De toda forma, a associação entre o lazer e a promoção da saúde continuará, via de regra, sendo lida por um viés moral, cuja força se baseia na construção e na adoção de valores, de hábitos e de normas.

No contexto contemporâneo, podemos identificar ao menos dois cenários que estruturam a elaboração das políticas e das iniciativas de promoção da saúde relacionadas ao lazer. No primeiro, as ações estão focadas em mudanças de hábitos. Isto é, objetivam promover o que se convencionou a

⁵ Deve-se ter em vista que essas duas perspectivas – uma mais voltada para aspectos fisiológicos e outra para construção de uma saúde social - não eram incompatíveis entre si e, na maior parte das vezes, estavam articuladas em uma mesma iniciativa.

⁶ A elaboração da Carta de Ottawa – documento considerado legitimador e *sistematizador* dos princípios que orientavam o campo da promoção da saúde – será realizada apenas em 1986.

⁷ Esse processo estava articulado com outras mudanças propostas por organismos internacionais como, por exemplo, as da Unesco no que se refere, principalmente, aos direitos humanos e à educação.

chamar de “estilos de vida saudáveis”. As práticas e as vivências de lazer, nesse cenário, ficam restritas a uma perspectiva fisiológica e/ou psicológica, na qual o esporte e, sobretudo, as atividades físicas são as principais “armas” no combate ao sedentarismo ou, como se diz, à “falta de autoestima”.

Em geral, essas políticas e essas iniciativas são imaginadas para um público-alvo: principalmente idosos e pessoas com idade acima de 30 anos, de classe média, média-baixa⁸. São realizadas em praças públicas, em praias e, em alguns casos, nas próprias ruas. A ação comunitária e a participação social que lhe dá suporte se resumem equivocadamente à frequência e à aderência dos usuários ao que está sendo proposto pela iniciativa.

Nesse sentido, são particularmente expressivos os esforços da Organização Mundial de Saúde (OMS). O modelo do programa “*Move for Health*” e, em especial, do “*Move for Health Day*” são desenvolvidos em diversos países do mundo, inclusive no Brasil (em alguns casos, com algumas variações). Não por acaso, a OMS classifica a inatividade física como um problema de saúde pública global, publicando uma série de relatórios e de informativos, entre eles o “*Promoting physical activity and active living in urban environments - the role of Local Governments*” (2006)⁹, que aponta não apenas o papel dos governos locais europeus no estímulo a um “viver ativo”, mas também com o fazer por meio de algumas iniciativas e estratégias.

No segundo cenário, as atividades esportivas (e menos as atividades físicas em geral) continuam a ser apresentadas como o meio para o alcance dos objetivos almejados pelos formuladores e pelos gestores de políticas e de iniciativas de lazer relacionadas à promoção da saúde. Mas, nesse caso, o objeto é menos a dimensão “estilos de vida saudáveis” e mais o desenvolvimento de valores e de normas com caráter “disciplinador”, “formador” e mesmo “civilizador” que tais iniciativas possam vir a construir.

O foco são os jovens moradores de regiões encaradas como pobres, violentas e perigosas. Ocupar de forma “saudável” – nos diversos sentidos que esse adjetivo comporta contemporaneamente – o tempo livre parece ser um forte ponto em comum nesse cenário (um dos grandes problemas a ser combatido).

Deve-se ter em vista que a associação entre juventude, tempo livre e violência adquiriu maior visibilidade à medida em os próprios jovens passaram a organizar-se a partir de produções artísticas culturais, como *rap*, grafite, *funk*, *hip-hop*, entre outras. (ALVIM, 2002). Tais atividades, a partir do

⁸ Mais recentemente, em função, sobretudo, do aumento da incidência de sedentarismo associado à obesidade em crianças (algo visto até mesmo como uma epidemia), as iniciativas têm-se voltado para esse público especificamente.

⁹ Para mais informações, ver <http://www.euro.who.int/document/e89498.pdf>

começo da década de 90, passaram a ser identificadas como “chamarizes” capazes de garantir a aderência dessa faixa etária aos projetos propostos.

Como já destacamos em outra ocasião (PERES; MELO, 2007), em geral, essas políticas e esses projetos procuram-se apresentar como alternativa para essa população, ampliando oportunidades e fortalecendo vínculos e redes sociais. Tal argumento se justifica, sobretudo, pelo aumento da violência, somada à situação de vulnerabilidade advinda da falta de oportunidades e de exclusão a que esses jovens estão supostamente submetidos (PERES, 2004).

Tais iniciativas, não poucas vezes, buscam articular a ocupação do tempo desses jovens com a suposta diminuição de seu “recrutamento” por atividades criminosas, sobretudo, pelo tráfico de drogas (PERES, 2005).

É interessante perceber – por exemplo - como se articula a intenção de modificar trajetórias (isto é, “oferecer” um futuro diferente da criminalidade e do tráfico de drogas) com a questão de gênero. O propósito de “tirar meninos do tráfico” (e não meninas) explicita - mesmo que de maneira não deliberada e intencional - o público-alvo dos projetos: jovem, do sexo masculino, com baixa qualificação profissional, poucas perspectivas, vivendo em favelas.

Isso não significa que não há participação feminina, mas sim que ela nem sempre é tomada como objeto e foco específico desses projetos. As poucas exceções que aparentemente confrontam à concepção de invisibilidade são as propostas voltadas para a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e de gravidez na adolescência. Em geral, esses projetos são voltados para mulheres jovens e acabam por evidenciar as representações do que é ser mulher em tais segmentos sociais (em contraposição às concepções de masculinidade): sexo, maternidade e família aparecem associados ao universo feminino, ao passo que sexo, paternidade e família não são percebidos, pelo menos de maneira evidente, como questões para o universo masculino.

Além disso, parte significativa das propostas com jovens apresenta a empregabilidade como uma preocupação geral, o que parece a princípio interessante, já que isso se constitui em um dos desafios para pensar a inclusão social. Mas não seria um risco somente focar as iniciativas nessa questão, abandonando a formação do cidadão em seu sentido mais amplo? Mais ainda, quantos projetos realmente se constituem em iniciativas eficazes de gerar possibilidade de aumentar a empregabilidade?

Não são poucas as propostas supostamente de inclusão social pautadas na possibilidade bastante limitada e polêmica de inserção profissional. Isso não ocorre só com o campo esportivo em sentido estrito. Há também projetos que induzem seus alunos a pensarem que podem-se tornar grandes estrelas; ou que afirmam que seu parâmetro de sucesso é ter inserido profissionais (sejam bailarinos, atletas, etc.) em importantes companhias mundiais.

Fundamentalmente, isso ocorre por tais iniciativas incorporarem a lógica do mercado e do espetáculo como o principal eixo desencadeador de suas ações, ainda que despreziosamente buscam, em maior ou menor grau, valorizar ou selecionar os melhores ou, como dizem, “*descobrir talentos*”. Observa-se assim uma exclusão entre aqueles que supostamente já são excluídos.

Nesse segundo cenário, a ação comunitária (tão cara à promoção da saúde) é tratada como sinônimo de projetos desenvolvidos *em* favelas e *para* os jovens, destituídos de participação social efetiva.

* * *

Independentemente do cenário, há ver a falta de uma compreensão teórica mais aprofundada, algo que se articula com uma implementação que desconsidera as peculiaridades dos locais em que se inserem.

No caso do esporte, em particular, e das atividades culturais, em geral, há ainda um sem-número de compreensões ingênuas e até mesmo equivocadas que estão presentes nos discursos de quem defende suas possíveis contribuições. É comum ouvirmos frases do tipo: “quem pratica esporte se torna-se mais disciplinado”, “esporte é saúde”, “aprender música faz bem para alma”; “quem faz esporte tem uma saúde melhor”, “arte e cultura melhora a autoestima”; “quem se envolve com a prática esportiva, respeita os outros”. Essas visões carregam em si uma visão de essencialidade das atividades, como se fossem portadoras *per se* de um dom imanente.

Por outro lado, para potencializarmos os programas e para contribuirmos para exponenciar suas possibilidades de contribuição política a partir da perspectiva de promoção da saúde, deveríamos buscar o maior envolvimento possível da comunidade interessada (esteja ela em espaços favelizados ou não). Isto é, procurar pensar os projetos não *para* os cidadãos, e sim em conjunto *com* eles. Quando deixamos de tomar tal procedimento, mesmo com boa vontade, corremos o risco de implementar ações despropositadas. Temos muitos exemplos de fracassos no que se refere à construção e à gestão de programas de lazer devido ao fato de a população não ter sido envolvida.

Muitos projetos chegam às comunidades e pretendem determinar exatamente o que os moradores e o público envolvido necessita. Com um olhar de “fora”, muitas vezes eivado de desconhecimento e de preconceitos, não é incomum que os objetivos inicialmente traçados não sejam atingidos. E não poucas vezes a própria comunidade é responsabilizada por isso, já que supostamente não teria “entendido” a proposta do projeto. Ora, por que a comunidade não foi consultada? Por que não foi envolvida em todas as fases do desenvolvimento do projeto, desde a elaboração da proposta, passando pela implementação, chegando até a avaliação?

Por vezes a comunidade só é envolvida em uma das etapas, não raramente para minimizar alguma deficiência do projeto. Ao contrário disso, sugerimos que os envolvidos devem ser radicalmente convocados a participar, inclusive porque essa atitude em si já expressa uma intencionalidade política para além das atividades e das estratégias utilizadas.

Contudo, estejamos atentos: um projeto não é nem o que os seus responsáveis desejam, nem aquilo que a comunidade quer, ele é o fruto do *encontro* e da *interação* de ambos, e aqui se encontra a necessidade de desenvolver uma postura de mediação radical, o que obviamente exige grande habilidade e alguma experiência.

Essa é uma proposta, sem dúvida, mais trabalhosa. Contudo, sem isso, estamos correndo o risco de desrespeitar as comunidades, não exponenciar o aspecto político de nossa proposta, investir com pouca garantia de retorno (isso é, correndo o risco de a ação não ser nem eficiente, tampouco efetiva), e, do ponto de vista financeiro, ainda ter mais gastos no futuro, já que a população pode não se envolver na preservação dos espaços e das iniciativas geradas (logo, também não será eficaz).

5 O ESPAÇO: SAÚDE E LAZER

Até esse momento, esperamos ter argumentado o suficiente acerca das relações entre saúde e lazer, bem como dos equívocos que ainda persistem ao considerar-se tal relação. O que a questão dos espaços públicos tem a ver com isso?

Uma das dimensões de acesso ao lazer é a sua *espacialidade*. Ou seja, a cultura, compreendida de forma ampliada e plural (um conceito que engloba o imaginário, as linguagens, o cotidiano e tantos outros aspectos da vida social), possui uma espacialidade própria tanto em seu sentido mais restrito (no que se refere ao aspecto físico e geográfico propriamente dito dos equipamentos) quanto em seu sentido mais amplo, considerando sua relação com o contexto social, político e econômico (FORTUNA; SILVA, 2002).

Podemos elencar pelo menos três dimensões de grande importância no que se refere ao acesso aos equipamentos da cidade, inclusive os de lazer: o aspecto físico (se há equipamento propriamente dito); o aspecto financeiro (se o valor cobrado e os gastos adicionais são acessíveis) e o aspecto relacionado à formação-predisposição (se há estímulo e intervenção pedagógica, mediação, que possibilite a compreensão dos significados das diversas manifestações culturais).

Trata-se, na verdade, de uma questão de educação e de vontade política. Não podemos concordar com a compreensão de produção cultural como oferecimento de eventos esporádicos. Há que se investir em um projeto pedagógico contínuo e prolongado, que procure despertar em cada indivíduo a

compreensão de que mais do que consumidor de cultura é também produtor de cultura. Devem-se criar condições para que as pessoas tenham o direito *sine qua non* da escolha.

Uma das peculiaridades da relativamente recente intensa midialização da cultura é a restrição de sua compreensão como mercadoria a ser consumida em eventos, o que contribui para obliterar a autocompreensão dos indivíduos como agentes e não só pacientes do processo cultural, o que bem se presta a um processo de controle social. Como bem afirma Prigge (2002), devemos pensar em um processo de mediação cultural que pressupõe

uma transformação da situação dos meios de produção cultural interativa, que são programados cada vez mais segundo critérios de empresas privadas; em vez disso deveria existir a possibilidade de fazer do consumidor privado de bens culturais um produtor público de cultura. Para chegar a esse ponto é necessário descobrir [...] interligações criativas entre a mídia virtual “privada” e o espaço “público” urbano que permitam o aproveitamento produtivo dos processos de midialização de ação global na cultura urbana. (PRIGGE, 2002, p.56).

Queremos reforçar a idéia de que o conceito de produção cultural não está somente relacionado à confecção de algum objeto, de alguma obra. Trata-se também de uma postura crítica perante o que é consumido, o que é assistido. Cremos que há inclusive uma forte articulação entre a possibilidade de acessar o que tem sido socialmente produzido e o estímulo para que cada indivíduo se perceba como capaz de também produzir criativamente.

Tendo em vista esse conjunto de reflexões, é de grande importância discutir a distribuição de equipamentos culturais pela cidade. Em estudo aprofundado recém-concluído (MELO, 2009), identificamos, de fato, uma grande desigualdade nessa distribuição em sete grandes cidades da América do Sul (Rio de Janeiro, Niterói, Buenos Aires, Bogotá, Medellín, Caracas e Maracaibo), indicando que a diferenciação sócio-cultural se revela também espacialmente. Isto, por sua vez evidencia não apenas os desafios que os agentes/animadores culturais encontram quando pretendem dinamizar sua intervenção pedagógica no âmbito da cultura, como também a necessidade de pensarmos em um processo de *redistribuição e desconcentração cultural*¹⁰.

É também necessário questionar os sentidos de *status* e distinção que persistem insistentemente entre muitos daqueles responsáveis pela “cultu-

¹⁰ A analogia entre os termos redistribuição cultural e redistribuição de renda não é mera coincidência: tem sentido e implicações similares, à medida que as políticas públicas devem ter em vista a preocupação com uma distribuição mais equitativa dos bens.

ra” na cidade (“produtores e promotores culturais”). A própria maneira como se organizam os equipamentos culturais pode-se constituir em constrangimento para quem não pertence àquele “mundo”.

Esse cenário, mesmo não sendo totalmente determinante no comportamento dos indivíduos, tem influência e representa a situação de desigualdade e de exclusão que as cidades comportam. As palavras de Molotch (apud ARANTES, 2002, p.67) ajudam-nos a entender os sentidos dessa diferenciação:

O processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão, atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar, gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas.

O estudo da distribuição dos equipamentos e de sua relação com o desenvolvimento social se insere num contexto mais amplo, à medida que aponta alguns desafios para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Como afirma Hamilton Faria,

As políticas públicas de cultura devem, urgentemente, estimular o debate, as experiências e as vivências sobre valores e paradigmas, os comportamentos e sociabilidades urbanas, enfim, caminhos da construção do desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha no seu horizonte o direito à vida em todas as suas manifestações. (FARIA, 2003, p.35).

Por fim, é bom ter em conta o alerta de Enrique Saravia:

A política cultural poderá asfixiar ou proteger, ser eficaz, prejudicial ou inócua: tudo dependerá da sua adequação à comunidade, a seus códigos e afazeres. Ou, mais especificamente, da sua sintonia com a estrutura cultural – perspectiva, crenças e valores – com o processo cultural – comportamento, modos de criação, formas de relacionamento – e à consciência de como os dois elementos – estrutura e processo – se influem e se modificam mutuamente. Essa sintonia, essa busca de harmonia é o grande desafio da política cultural contemporânea. (SARAVIA, 2001, p.65).

Parece-nos claro que, sem garantir irrestritamente o direito de escolha e de acesso, e um processo de formação pedagógica que oportunize os indi-

vídus a melhor conhecer suas diferentes possíveis alternativas, a idéia de que o lazer possui fortes conexões com a saúde, algo que todos nós concordamos, não passará de mais uma das novas bandeiras e dos novos discursos, com poucas possibilidades de real concretização.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Rosilene. Olhares sobre a juventude. *Comunicações do ISER: Juventude, Cultura e Cidadania*, Rio de Janeiro, v.21, Edição Especial, 2002.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, Vera (Org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BRASIL. *Política nacional de promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, 2003.

FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos. A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.

MELO, Victor Andrade de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas: Papirus, 2006.

_____. *Equipamentos culturais na América do Sul: desigualdades*. Rio de Janeiro: Apicuri/CNPq, 2009. No prelo.

NAJAR, Alberto Lopes; PERES, Fabio de Faria. A divisão social da cidade e a promoção da saúde: a importância de novas informações e níveis de decupagem. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, jun. 2007.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PERES, Fabio de Faria. *Lazer e cultura na agenda local: mobilização e ação coletiva em Manguinhos*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004.

PERES, Fabio de Faria et al. Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2005.

PERES, Fabio de Faria; MELO, Victor Andrade de. *Promoção da saúde e “projetos sociais de cultura, esporte e lazer”*: notas e reflexões. Rio de Janeiro, 2007. mimeo.

SARAVIA, Enrique. Política e estrutura institucional do setor cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. *Cultura e Democracia*. Cadernos do nosso tempo, Rio de Janeiro, v.1, n.5, 2001.

Planejamento dos espaços e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”

Simone Rechia

1 INTRODUÇÃO

As cidades passaram a ter na sociedade moderna, espaços reduzidos para potencializar experiências lúdicas no âmbito do tempo-espaço do lazer. Tal fato se dá em função das várias transformações sociais percebidas nas cidades, entre as quais identificamos uma sensível limitação dos espaços destinados a essas experiências, uma forte fragmentação no tecido urbano, uma rígida separação de funções sociais institucionalizadas, ao aumento do tráfego e do nível de poluição ambiental e, conseqüentemente, aos problemas relacionados à saúde dos sujeitos que vivem nos grandes centros urbanos. Para Simmel (1998), essa nova configuração é decorrente das grandes mudanças estruturais do mundo moderno, sendo “a urbanização, a divisão social do trabalho e, acima de tudo, o advento da economia monetária” fatores determinantes desse processo. Pacheco corrobora com essa perspectiva:

Os grandes aglomerados urbanos ressentem-se da falta de espaços públicos para o usufruto do lazer em função do crescimento desordenado, do amplo processo de especulação imobiliária, da falta de políticas públicas e sociais e da ausência de um planejamento adequado das cidades. (PACHECO , 2006, p.173).

Diante desse contexto, torna-se relevante para pesquisadores preocupados com a “vida de qualidade” dos cidadãos brasileiros investigarem como o planejamento adequado de espaços e os equipamentos destinados às experiências no âmbito do esporte e lazer podem, em certa medida, sanar tal problemática urbana. Se, associado a esse planejamento, forem realizados projetos de intervenção no campo da saúde, da educação e da cultura de forma inter-relacionada a longo prazo, poderá ser possível prevenir diversas doenças causadas pela imobilidade corporal, a qual pode gerar a incapacidade de viver, de sentir e de perceber as diferentes possibilidades da vida cotidiana de milhares de crianças que, com certeza, se tornarão adultos desmotivados e com pouca autonomia para experienciarem a cultura de maneira ampliada na idade adulta e madura, reconhecendo o valor dessas práticas para o “bem viver” no ambiente urbano.

Para refletir sobre essas questões, faz-se necessário investigar qual a principal função dos espaços públicos de esporte e lazer a partir do planejamento dos modelos de equipamentos existentes. Portanto, o interesse do GEPLC é salientar a importância de mantermos esses espaços públicos, os quais estão-se tornando cada vez mais raros nos ambientes urbanos. Além da raridade, outro fator que merece ser explicitado é a desvalorização dos espaços públicos em detrimento de outros espaços privados, os quais atendem, com mais ênfase, aos interesses capitalistas. Entretanto, mesmo diante desses aspectos desfavoráveis, nossos estudos pretendem mostrar que uma das características mais interessantes dos ambientes públicos é a possibilidade de tornarem-se lugares de encontro por meio dos usos combinados e cruzados, pois se mostram como expressão da vida coletiva de uma sociedade.

Nessa perspectiva, Jacobs (2000) afirma que determinados espaços das cidades funcionam com dois tipos de uso: *Usos Principais* – funcionam como âncora e atraem as pessoas àquele determinado lugar, como escolas, centros de saúde, empresas, igrejas, parques, praças, centros esportivos e culturais, entre outros. E *Usos Derivados* – coretos, quiosques, bares, restaurantes, lanchonetes, lojas, práticas corporais, os quais são movimentos que surgem em consequência da presença dos *usos principais*. Assim, conclui-se que essa combinação dos usos é que torna o lugar vivo, pois gera a diversidade urbana.

Acredito que alguns resultados de nossas pesquisas podem colaborar com o debate referente à temática, fornecendo subsídios para políticas públicas que concretamente favoreçam a população, a partir da interpretação das formas dos usos dos espaços de esporte e lazer, pois potencializarão a relação entre os usos principais e derivados, gerando a combinação de usos, qual seja, contemplar e brincar, jogar e caminhar, passear e pensar, descansar e correr, conversar e silenciar, admirar e repudiar, entre outras infinitas combinações possíveis.

2 OS ESPAÇOS DAS CIDADES E SUAS POSSIBILIDADES MÚLTIPLAS NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE, DE HABITAÇÃO, DE EDUCAÇÃO, DE SAÚDE, DE LAZER, DE CULTURA E DE ESPORTE

Para Lefebvre (2001), no curso do desenvolvimento das sociedades modernas, a metamorfose entre cidade e urbano causa continuidades e descontinuidades. Sendo assim, não pode ser concebida apenas como **um** sistema significativa, determinado e fechado, mas como sistema, ela - a cidade - possui a capacidade apoderar-se de diferentes significações, oriundas do campo de relações, da vida imediata, da religião, da ideologia política e, simultaneamente, de momentos de festa, de manifestações culturais gerais, de caos, de violência. Essa simultaneidade demonstra que as significações es-

tão conectadas a um sistema **múltiplo**, ou seja, as manifestações sociais e culturais ocorrentes no âmbito do tempo-espço do lazer estão alheadas aos sentidos econômicos, materiais, políticos e sociais. Para o referido autor, a vida urbana “não é uma essência atemporal, nem um sistema entre os sistemas, ou acima de outros sistemas. É uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro, ou antes, dos encontros.” (LEFEBVRE, 2001, p.57).

Portanto, o urbano não pode ser definido nem como apegado a uma morfologia material (na prática ou no prático-sensível), nem como algo que pode-se separar dela. A cidade produz tanto bens materiais quanto bens simbólicos, e a compreensão do fenômeno lazer está atrelada, entre outros fatores, a essas conexões. Nessa perspectiva, pensar sobre a categoria espacial é pensar em uma dimensão importante para a compreensão dessa realidade, se considerarmos que o espaço não é apenas um “palco inerte”¹ onde os atores sociais desenvolvem suas ações, mas lugar do desejo e ligação dos tempos cujos significados se transformam a todo instante. Nessa relação dialética, tanto o espaço é determinado pelo sujeito, quanto pode determinar suas ações, constituindo-se como um instrumento de dominação e de poder.

Dessa maneira, o estudo da constituição dos espaços em nossa sociedade dá-nos subsídios para a elucidação de fenômenos sociais complexos. No que se refere ao planejamento urbano no século XIX, pela influência cultural exercida por França e Inglaterra, houve o surgimento de campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades. Essa campanha foi

embalada pelas políticas sanitaristas vigentes, as quais geraram um processo de remodelação urbana, usada como justificativa para expulsar as camadas mais pobres da população, que porventura, ocupassem as áreas centrais. (MACEDO; ROBBA, 2003, p.27).

Nesse contexto, a construção de praças ajardinadas e de grandes avenidas arborizadas causou a demolição de muitos imóveis, e a população pobre foi desalojada e transferida para a periferia das cidades. Já a partir da segunda metade do século XX,

o adensamento da cidade leva a uma consequente diminuição da quantidade de espaços livres entranhados na malha urbana, valorizando ainda mais os remanescentes. Os espaços livres, principalmente os informais, como

¹ Maria Tereza D.P. Luchiari aponta a importância da compreensão do espaço para a análise social em seu texto *A categoria espaço na teoria social (1996)*.

várzeas, campos e arrabaldes, passam a ser ocupados por edificações. Nessa etapa, o espaço livre público e urbano torna-se uma das opções de área de lazer existentes na cidade. Os parques e as praças públicas passam a ser utilizados para tal fim, ainda que dedicados exclusivamente a atividades contemplativas. (MACEDO; ROBA, 2003, p.32).

Esse adensamento fez os espaços urbanos serem planejados funcionalmente para suprir as necessidades relativas à habitação, ao trabalho, ao lazer e à circulação. Portanto, o lazer foi um dos itens que o urbanismo moderno estabeleceu como de suma importância para o habitante urbano do século XX, tornando os espaços livres públicos uma opção significativa. Entretanto, a lógica que sustentou tais projetos foi a do lazer ativo, que envolvia principalmente as atividades esportivas e a recreação infantil. Isso caracterizou uma nova linha de projetos paisagísticos urbanos, concretizados com a implantação de quadras esportivas, *playgrounds* e pistas de caminhada nas praças. É importante ressaltar que, mesmo com ênfase nessa perspectiva, o lazer entendido como possibilidade de contemplação e de experiência cultural, nunca deixou de ser proposto através da inovação dos projetos como, por exemplo, a implantação de museus, anfiteatros e conchas acústicas.

Nesse contexto, salienta-se que espaços multifuncionais e adaptáveis a diferentes interesses culturais, os quais podem ser utilizados pela população das mais diversas formas, são ambientes interessantes, pois a não determinação de um uso específico possibilita ao frequentador apropriar-se do espaço da maneira que lhe for mais agradável e necessária. Entretanto, em função do crescimento populacional e das mudanças das relações de trabalho, percebemos a redução desses espaços de convívio social público, tornando-os cada vez mais raros nos meios urbanos. Segundo Pina, citado por Müller ,

com esse aumento exacerbado da população no meio urbano é necessário que existam mais áreas e sistemas operacionais de circulação, comunicação, energia, serviços e outros, uma vez que o território passa a ser solicitado por um número crescente de habitantes. Com esses aspectos não solucionados, foram reduzidos gradativamente o espaço urbano e a qualidade de vida de seus habitantes. (MÜLLER, 2002, p.3).

Isso ocorre porque o crescimento populacional no meio urbano não foi acompanhado de um paralelo desenvolvimento de infraestrutura, gerando não só a escassez dos espaços, mas conseqüentemente uma desigual distri-

buição dos espaços de lazer na cidade, centralizando os principais meios disponibilizados e restringindo o acesso de alguns segmentos sociais. Marcellino aponta que

essa situação é agravada, sobretudo, se considerarmos que, cada vez mais, as camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia e, portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos: justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Nesse processo, cada vez menos encontramos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea, ou que sirvam como pontos de encontro de comunidades locais. (MARCELLINO, 2002, p.72).

É interessante refletirmos também sobre *quem* nas cidades está oferecendo espaços e serviços de esporte e lazer, *para quem* eles se destinam, *como* foram planejados e *com que* objetivos. Percebemos que as ações da iniciativa privada vêm-se constituindo como as principais alternativas para vivências no tempo e no espaço de lazer nas cidades, que não há conexão entre interesses dos usuários, planejamento e programas sociais. Esse fato torna o acesso ao lazer restrito às camadas sociais mais privilegiadas economicamente e a exclusão das classes trabalhadoras.

Por esta ótica, o lazer é nocivamente entendido como mercadoria, em que a lógica capitalista transforma os sujeitos em meros consumidores que acabam absorvendo uma determinada “cultura”, que, segundo Mascarenhas (2006), é a do “mercolazer”, estando totalmente à mercê da lógica dominante no meio social. Tal entendimento acaba por contribuir para a permanência de um espírito de passividade do usuário desses serviços diante da “indústria cultural”. Marcassa alerta que, no tempo e no espaço de lazer,

são consumidos produtos culturais intimamente articulados aos interesses do capital e das classes dominantes, cujo objetivo é disseminar saberes, valores, significados e formas de relacionamento, reproduzindo determinada ordem social e seus modos de ser, de viver e de compreender a vida correspondente. Essa é a manifestação do lazer como indústria cultural. (MARCASSA, 2003, p. 5).

Notamos assim uma necessidade emergencial na proposição de espaços e equipamentos de lazer públicos, os quais venham romper com essa

tendência possibilitando diversificadas experiências aos cidadãos, visto que de nada adianta a luta dos trabalhadores para o aumento do tempo livre se esse acabar por utilizá-lo na afirmação dessa cultura do “mercolazer”.

Nesse sentido, concordamos com Marcellino (2006), quando aponta que a “democratização do lazer no ambiente urbano depende da democratização do espaço”. Para que a população possa usufruir o seu tempo de lazer com qualidade, é necessário que o tempo disponível corresponda a um espaço disponível e acessível. Em nosso entendimento, uma das alternativas para que isso aconteça efetivamente é uma gestão pública que priorize a construção e a manutenção dos espaços públicos de lazer de acordo com as necessidades e os anseios da população.

As praças públicas, os centros de recreação e de cultura popular, entre tantas outras atividades [possíveis] de fortalecimento do uso emancipatório do tempo livre, constituem alguns exemplos de que a inatividade somente pode ser aprofundada se houver o que fazer fora do trabalho tradicional, principalmente fundado na existência de mecanismos de financiamento do tempo livre. De outra forma, lamentavelmente, deverá ser cada vez mais o *shopping center*, o local de exercício do ócio não criativo, praticado apenas pelos que têm dinheiro. (POCHMANN apud MASCARENHAS, 2005, p.57).

Nesse sentido, o espaço, o público para contrapor-se à lógica do consumo e da ocupação produtiva do ócio, deve-se caracterizar como lugar privilegiado para o desenvolvimento de manifestações lúdicas, culturais e políticas. Lefebvre ressalta que a *centralidade lúdica* tem suas implicações,

Em restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia – dar ao tempo prioridade sobre espaço, não sem considerar que o tempo vem-se inscrever e se escrever num espaço – pôr a apropriação acima do domínio [...] o espaço lúdico coexistiu e coexiste ainda com espaços de trocas e de circulação, com espaço político, com espaço cultural. (LEFEBVRE, 2001, p.132).

No entanto, podemos notar que, muitas vezes há negligência com relação aos espaços públicos disponibilizados à população pela administração pública. Isso é agravado pela falta de educação política dos usuários, os quais não são estimulados a perceber a importância de conquistar o direito a ambientes adequados e que proporcionem diversificadas experiências no

tempo-espaço de lazer. Pesquisas² apontam que não há reivindicações acentuadas de usuários por equipamentos de lazer, portanto não são entendidos como uma das prioridades da administração pública, ocasionando muitas vezes um sucateamento e um descaso nos já ínfimos e inadequados espaços públicos existentes. Para Müller, entretanto

o espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio, podem acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados, conservados e principalmente animados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem num direito dos brasileiros. (MÜLLER, 2002, p.5).

Esse direito, na verdade, é uma necessidade, uma ponte para a realização dos seres humanos que se ocupam majoritariamente, em seu cotidiano, com as atividades ligadas ao trabalho. Para Lefebvre,

o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitar e ao habitat. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p.134).

Assim, mostra-se pertinente buscar alternativas e possibilidades que possam despertar nos cidadãos um anseio que extrapole o mero “sobreviver” humano. A partir de experiências significativas e efetivas no âmbito do tempo/espaço do lazer, acredito ser possível alcançar parte desse ideal. Contudo, faz-se necessário orientar a população para que exerça sua cidadania e lute pela obtenção de novos espaços bem como pela conservação dos já existentes, e por transformação, por recuperação e por revitalização de outros.

3 MAS... COMO VIVENCIAR AS PRÁTICAS CORPORAIS NO MEIO URBANO?

Hoje, a cidade não pode ser considerada de todos – o planejamento urbano da maioria das cidades privilegia o adulto produtivo – e a evidente demonstração desse fato é a supervalorização do espaço para automóveis, que poderíamos considerar o “brinquedo” favorito dos jovens e dos adultos. O ambiente urbano, dessa forma, transforma-se profundamente para atender

² Pesquisa divulgada no jornal “Gazeta do Povo”, dia 14 de setembro de 2008, sessão “VIDA PÚBLICA”, p.06-07.

a tal demanda de deslocamento com largas avenidas, as quais devem proporcionar velocidade de locomoção em menor tempo e maior espaço.

Para Jacobs (2001),

atualmente, todos os que prezam as cidades estão incomodados com os automóveis [...] as artérias viárias, junto com estacionamentos e postos de gasolina, são instrumentos de destruição urbana, poderosos e persistentes. Para lhes dar lugar, as ruas são destruídas e transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para qualquer pessoa a pé. (JACOBS, 2001, p.377).

A partir dessa profunda mudança no ambiente urbano, deixamos de visualizar crianças, jovens e adultos brincando, circulando, passeando ou vivenciando práticas corporais regularmente e com autonomia em ruas, em calçadas, em praças, parques e/ou em outros ambientes públicos. Alguns desses lugares até são considerados, na atualidade, perigosos.

Para as crianças, restam, nesse contexto, espaços privados, controlados e especializados, uma espécie de território delimitado, nos quais possam ser garantidas suas necessidades de lazer, de desenvolvimento e de aprendizagem. Entre eles, podemos citar as creches, as escolas de educação infantil, as pracinhas em condomínios, os parques de diversão privados, shoppings e até o quarto das casas.

Nesse sentido, Tonucci (2005, p.204) cita a pesquisa de ARMONSTRANG, que analisou a influência da mobilidade autônoma no desenvolvimento das crianças, e “evidenciou que 50% das meninas entre 10 e 16 anos e 30% dos meninos da mesma idade não fazem um percurso de 10 minutos por dia, a pé”.

Diante das argumentações levantadas no tópico anterior, percebe-se que, se, por um lado, para crianças com maior poder aquisitivo há uma tendência mundial a institucionalizar as atividades de tempo livre, por outro, para crianças sem acesso a uma condição digna de sobrevivência, só há uma alternativa: o trabalho infantil precoce. Em ambos os casos, há um esforço de transformar as crianças intelectualmente ativas e corporalmente passivas. Portanto, na atualidade, as crianças não estão tendo tempo de serem simplesmente “crianças”. Nesse contexto, há um descaso com a vida da criança que - ao longo de seu crescimento e no curso de sua vida adulta - precisa de experiências lúdicas para a estruturação de um desenvolvimento sadio a partir da integração de seu equilíbrio físico, emocional, intelectual, social e ambiental.

Esses fatos implicam uma atenção especial por parte de especialistas ligados à saúde, à educação, ao lazer e políticas públicas, pois a necessidade

de atividades lúdicas diversificadas na infância é crucial, senão decisiva na delimitação de hábitos saudáveis para uma vida de qualidade.

Segundo nossos dados de pesquisa, a falta de planejamento adequado, associado à falta de programas sociais efetivos em espaços físicos destinados às experiências lúdicas nos grandes centros urbanos, somados à sobrecarga de atividades (tarefas escolares, cursos paralelos ou trabalho infantil precoce), inibem a potencialidade das brincadeiras infantis e tomam todo o tempo das crianças, obrigando-as a tornarem-se adultos de maneira precoce, com todas as implicações que esse fato acarreta na sociedade capitalista e de consumo.

Considero que uma criança sem tempo de ser criança, que não brinca, não joga bola, não convive em grupo, não anda de bicicleta, de patins, de *skate*, entre outras, práticas da cultura corporal, terá dificuldades em compreender o seu corpo e suas múltiplas possibilidades. Essa criança pode tornar-se um adulto, cuja rotina entre o espaço privado e o espaço de trabalho ficará cada vez mais acentuada, abandonando quase por completo o espaço público “aberto” como possibilidade de vivências lúdicas. Portanto, poderão ter corpos frágeis e provavelmente sem motivação para vivenciá-lo de forma ampliada.

Tonucci (2005, p.203) adverte que esse fenômeno é preocupante porque, além de gerar “a diminuição da autonomia de deslocamento das crianças”, também pode inibir a “aquisição de conhecimento ambiental”, deixando de oportunizar a experiência pessoal sensível que as crianças podem ter de um determinado ambiente. Tonucci ressalta que essa autonomia influencia as crianças, “tanto em relação à representação dos percursos familiares quanto à representação do bairro”. Nesse sentido, para que possamos preservar e valorizar o ambiente em que vivemos, é preciso conhecê-lo.

Já para os adultos, segundo Guedes e Grondin (2002), a falta de mobilidade autônoma pode afetar, além desses elementos, “fatores fisiológicos associados, predispondo ao surgimento de fatores de risco relacionados às doenças crônico-degenerativas”. Nesse sentido,

As informações epidemiológicas relacionadas ao sedentarismo e ao comportamento dietético, de populações jovens, revelam que, ao perpetuarem tendências observadas atualmente, estima-se que, em 2020, 73% dos adultos deverão apresentar disfunções orgânicas atribuídas à aquisição de hábitos alimentares e de prática de atividade física, inadequados. (GUEDES; GRONDIN, 2002, p. 24).

Tonucci, ao citar uma pesquisa realizada pela Comunidade Européia, constata esse fato, pois tal investigação revela que

Cada litro de gasolina utilizada pelos automóveis corresponde a custos elevados em despesas de saúde. Nesse sentido, poderiam ser poupados, todos os anos, centenas de milhares de recursos financeiros com saúde e ser gasta essa importância para favorecer a mobilidade das cidades, com a conseqüente redução do consumo de gasolina. (TONUCCI, 2005, p.91)

Ações como estimular a convivência de crianças, de jovens, de adultos e de idosos a partir da cultura local, através do uso e da apropriação de espaços e de equipamentos públicos de esporte, de lazer e de cultura nos bairros, planejando espaços adequados para essas práticas, associando-as às políticas de saúde, à cultura, à educação e à preservação ambiental, parece-nos fundamental nesse contexto.

Acredito que as conseqüências dessa falta de mobilidade autônoma de crianças e de adolescentes, podem, a longo prazo, representar um grave problema econômico e social para as estruturas de saúde. Para tanto, faz-se necessário que o Estado implemente políticas públicas que permitam às pessoas de diferentes segmentos sociais e em diferentes fases da vida algum tipo de prática vinculada à cultura corporal gratuita e de qualidade em ambientes públicos.

Além dos fatores ambientais e biológicos salientados nos tópicos anteriores, para Jacobs (2000), as cidades são também geradoras naturais da diversidade e de sociabilidade e, para que possamos usufruir dessas vantagens, é necessário admitirmos a combinação entre usos e valores, os quais se efetivam com a apropriação dos espaços pelos pedestres. Essa dinâmica dá-se a partir do encontro das pessoas que se apresentam próximas e que possuem gostos, habilidades e necessidades diferentes. A autora ressalta que o grande conflito está entre pedestres e veículos, em que quem ganha é a grande quantidade de veículos em detrimento ao sacrifício das necessidades dos pedestres, no caso da mobilidade autônoma. Tal fato gera o esvaziamento das pessoas das ruas, causando a dependência excessiva dos carros. Assim, a quantidade de carros e a possibilidade de diversidade de usos dos espaços públicos das cidades são incompatíveis. Essa forma de viver o cotidiano pode ocasionar problemas tanto de ordem individual quanto de ordem social.

Entretanto, de acordo com Jacobs (2000), as ruas, calçadas, os parques, as praças e todos os demais espaços públicos de uma cidade são locais importantes, definidos por ela como “órgãos vitais” que, a partir dos diversos usos, mantêm a segurança. Tal fato se dá porque a vida social em locais públicos, nos quais ocorre uma reunião de pessoas que não se conhecem de

maneira íntima, mas realizam um contato trivial de pequenos grupos, pode provocar confiança e um apoio eventual nos momentos de dificuldade. Para Jacobs (2000), esse fato pode trazer a “confiança pública informal”. Ressalto que a saúde dos sujeitos no meio urbano se dá justamente na possibilidade de adquirir o equilíbrio entre a saúde individual/biológica e a saúde social, em cujo interior de um automóvel e /ou de transporte público, é impossível adquirir tal estado.

Outra grave consequência dos fatos levantados até aqui é a questão da falta de conscientização ambiental percebida nos grandes centros urbanos, gerada a partir do distanciamento da vida pública e da intensa individualização dos sujeitos em espaços privados onde pensamos estar protegidos.

Não adianta uma cidade ter muitos parques, muitos bosques e muitas praças, com espaços verdes conservados e largas avenidas, porém, sem estudos para um melhor aproveitamento desses espaços. Fazem-se necessários projetos para uso e apropriação dessas áreas. Os investimentos financeiros que tais projetos requerem são certamente compensados pelos menores custos em tratamentos médicos, que a agitada vida moderna produz e que incidem pesadamente nos cofres públicos e em uma vida cotidiana sem qualidade. Assim, uma gestão pública que considere essas questões e deseje promover uma retomada da mobilidade autônoma dos cidadãos, não apenas com eventos estanques e pontuais, mas com decisões urbanísticas, será considerada uma boa administração no futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU INÍCIO DE NOVAS INDAGAÇÕES...

Para finalizar este texto, devemos enfatizar que a ação que pode nortear a gestão dos espaços públicos é o **planejamento e a variabilidade dos modelos de espaços e de equipamentos associados a programas realmente eficazes**. Tais modelos esses podem variar tanto de cidade para cidade, como de ambiente para ambiente, em uma mesma cidade. Isso se torna benéfico porque traz a possibilidade de o administrador público inovar e propor espaços singulares e diferenciados. Essa ação pode-se tornar uma saída ao preestabelecido. Assim, os estudos realizados no GEPEC/CEPELS/UFPR, apontam que atualmente os espaços e os equipamentos de esporte, lazer e cultura, em algumas cidades do Paraná, tendem mais a restringir do que estimular a apropriação por parte dos usuários. O descaso com o espaço público pode ser percebido desde o descuido com a manutenção até a falta de segurança, de acessibilidade, de democratização, e a falta de projetos sociais que estimulem práticas corporais ampliadas além do esporte de alto rendimento.

Nesse contexto, não há articulação entre as Secretarias das Prefeituras (Cultura, Meio Ambiente, Educação, Esporte e Lazer, Saúde, Planejamento, entre outras). Portanto, não existe diálogo para a proposição dos espaços

públicos articulados entre si. Como resultado dessa desarticulação, muitas vezes, identifica-se a falta de investimentos destinados ao lazer, no escopo do orçamento municipal.

Porém, mesmo diante das difíceis condições de sobrevivência, no seio de uma sociedade que não para, algumas brechas se abrem, como a luta pelo direito ao lazer. Esse direito social mal reconhecido, se efetivado e compreendido na sua amplitude, e conectado ao direito à educação, à saúde, à habitação, à cultura, ao trabalho, à vida, pode mudar essa realidade.

Vale ressaltar que, entre esses direitos em formação, figura o direito à cidade. Para Lefebvre (2001, p.139), “não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontros e de trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais”.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Rodrigo de; RECHIA, Simone. O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação. In: CAVICHIOLLI, F. R.; MEZZADRI, F. M.; SOUZA, D. L.(Org.). *Esporte e Lazer: Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas*. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p.61-74.

GEERTZ. C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

JACOBS, JANE. *Morte e vida das grandes cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE. Henri . *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. A categoria espaço na teoria social. *Revista Temáticas*, Campinas, v.4, n.7, p.191-238, jan./jun. 1996.

MACEDO, Silvio Soares; ROBBIA, Fabio. *Praças Brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MARCISSA, Luciana. As faces do lazer: categorias necessárias a sua compreensão. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 15., Santo André, 2003. [Anais...].

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer, espaço urbano e transversalidade. In: CARVALHO, João Eloir (Org.) *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006, p.71-82.

_____. *Lazer e educação*. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e Utopia: limites e possibilidades de ação política. *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n.3, p.155-182, set./dez. 2005.

MÜLLER, Ademir. Espaços e equipamentos de lazer e recreação e as políticas públicas. In: MÜLLER, Ademir, BURGOS, Maria Suzana. (Org.). *Coletânea de Textos do Encontro Nacional de Recreação e Lazer*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. v.1.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. A escola pública e o lazer: impasses e perspectivas. In: PADILHA, Valquíria (Org) *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 173- 212.

PEREIRA, Maria Beatriz Oliveira. Lazer e Educação na infância: pensar os espaços de recreio. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006

RECHIA, Simone. O Pulsar da Vida Urbana: O espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: Carvalho, João Eloir (Org.) *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006, p. 91-102.

_____. O jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas da cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.27, n.2, p.91-104, 2006.

SIMMEL, George. *Simmel e a modernidade*. Tradução Jessé Souza. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

TONUCCI, Francesco. *Quando as crianças dizem: agora não!* Tradução Alba Olmi. Porto Alegre; Artmed, 2005.

TUAN. Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

O esporte nos projetos sociais e a produção dos sujeitos vulneráveis

*Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer
Mérid Rosane Santos da Silva
Rose Mérid Santos da Silva*

1 INTRODUÇÃO

O esporte é um direito social e uma prática cultural que, com suas formas múltiplas, produz subjetividades e constitui o homem moderno. O esporte forja códigos, valores e experiências com diversos significados, por isso é fundamental que problematizemos aquelas propostas que o integrem em suas políticas. O sentido do esporte, seu vínculo com o contexto social e, conseqüentemente, as políticas públicas que viabilizam e socializam o acesso às práticas esportivas são focos de estudo largamente enfatizados por muitos estudiosos, contudo, de maneira alguma, se esgotam, pois, considerando o saber e a verdade como construções contínuas e não fixas, e a realidade social como um processo em constante mudança, seria impossível exaurir e ter clareza conceitual dos referidos temas.

Voltar o olhar e a análise para os projetos sociais vinculados ao esporte se justifica, pois somos constantemente interpelados por práticas discursivas que estabelecem o esporte, independentemente da forma como for vivenciado, como a grande salvação para sujeitos considerados vulneráveis. Nesses discursos, identificamos outra prática que nomeia e constitui determinado estrato da população como em vulnerabilidade social.

Segundo Garcia (2002, p.14), no mundo atual, com seus saberes e suas verdades em mudança, constatamos que “existimos a partir de uma miríade de discursos, de práticas, de tempos e de lugares, de táticas e de estratégias, de tecnologias particulares pertencentes a tradições culturais identificáveis, não coerentes e não unificadas”. Sendo assim, tais práticas discursivas produzem sujeitos e surtem neles efeitos, ditam normas, conduzem procedimentos, assim como estabelecem os “vulneráveis sociais” como necessários de proteção e de atendimento.

Quando classificamos e nomeamos os indivíduos, vimos surgir elementos constitutivos de uma cultura, pois, como afirma Foucault (1995, p. 10), “os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar”. Emerge, então, um estrato social, trazido à luz por formações discursivas

próprias que tornaram possíveis sua existência e que os tornam sujeitos “vulneráveis”, ou seja, é no entrecruzamento do que é dito e no que é visto, que vemos surgir essa realidade até então não nomeada, apesar de já existente. Ela é constituída por saberes, por valores, por experiências que aqui gostaríamos de problematizar.

No sentido de contextualizar a relação entre esporte/projetos sociais/vulnerabilidade, é preciso considerar que o esporte é um direito social, viabilizado por políticas públicas que socializam o acesso às práticas esportivas, condição essa que, em princípio, pressupunha a extensão desse benefício a todos os indivíduos e não somente a um determinado grupo social, no caso deste estudo, o dos denominados vulneráveis. Por isso, enfatizamos o esporte como uma construção humana, reconhecido como um direito social no art. 217 da Constituição Brasileira, caracterizando-se como uma prática cultural que constitui/constituído o homem moderno.

Em termos de princípios gerais, as políticas públicas, sejam de origem estatal, privada ou decorrentes do terceiro setor, podem ser agrupadas em dois grandes grupos: as universalizantes, que se caracterizam como aqueles empreendimentos políticos que visam ao atendimento de um determinado direito social envolvendo o conjunto da sociedade, sem direcionamento ou sem a restrição a um ou a mais grupos específicos; e às denominadas políticas focais, que são dirigidas a uma ou mais parcelas particulares da sociedade, atualmente, sustentadas no argumento de que algumas injustiças sociais só podem ser resolvidas se as parcelas menos favorecidas da população tiverem atendimento especial e “privilegiado” a esses direitos sociais.

Com relação especificamente às políticas públicas de esporte desenvolvidas no país, elas têm-se caracterizado como ações focais, marcadamente, dirigidas às crianças e aos adolescentes denominados em situação de risco ou vulnerabilidade social. Nesse contexto, as práticas esportivas se estabelecem a partir de uma idéia generalista e naturalizada, prescritas para a grande maioria desses sujeitos considerados como em vulnerabilidade social.

Ainda que a problematização aqui apresentada seja decorrente de análises do uso do esporte e das práticas esportivas como pretensamente redentoras da condição dos vulneráveis, neste texto, dedicar-nos-emos especialmente à maneira como determinada nomenclatura – vulnerabilidade – encerra paradoxo, quando tomado como fundante em intervenções decorrentes de políticas sociais associadas a instituições e a programas/projetos por nós¹ analisados. Argumentamos que a situação paradoxal se situa justamente na

¹ Os desdobramentos apresentados neste texto são decorrentes de dois trabalhos investigativos: uma dissertação de mestrado intitulada “O discurso da vulnerabilidade social e os processos de constituição dos sujeitos “assematizáveis” e outro, que faz parte dos estudos de doutoramento e toma os projetos/programas sociais como foco de análise.

relação entre práticas dirigidas aos vulneráveis (fundadas na vulnerabilidade) e a constituição de corpos vulneráveis (vulnerabilização) que essas práticas podem produzir.

Mas, para que o processo de constituição do vocábulo vulnerabilidade, e mais especificamente da expressão vulnerabilidade social, seja compreendido, é imprescindível ressaltar o significado das palavras, problematizar o sentido dos diversos elementos utilizados, pois um vocábulo não pode ser reduzido simplesmente à expressão de uma idéia; ele é temporal, circunstancial e, assim sendo, pode remeter a significações e a ações diferentes. Para cumprir com tal tarefa, é importante recorrer a Deleuze (1988, p. 61), quando aponta que “é preciso então rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados²”, faz-se necessário “esmiuçar” o seu processo de constituição.

2 PRODUZINDO OS VULNERÁVEIS

Vulnerabilidade é a “qualidade de vulnerável”, mas o termo significa “suscetível de ser ferido ou atacado; diz-se do ponto por onde uma pessoa pode ser atacada ou ferida.” (CARVALHO; PEIXOTO, 1972, p. 1054). Partindo dessa conceituação inicial, vamos perscrutar um pouco das andanças, ao longo do tempo, para tentar compreender os caminhos percorridos pelo referido tema, até assumir a dimensão e os sentidos utilizados em nossos dias.

Em princípio, sua utilização está atrelada à área da advocacia internacional, como podemos observar na obra “Os Direitos Humanos como Tema Global” de Lindgren Alves, quando se refere a “grupos ou a indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, na proteção ou na garantia de seus direitos de cidadania.” (ALVES apud AYRES et al., 2003, p. 118). Posteriormente, vamos assistir a uma potencialização, bastante significativa, no emprego do conceito de vulnerabilidade, ao estabelecer seu vínculo com as análises na área da saúde e, mais especificamente, das pesquisas sobre o HIV/Aids.

Ayres et al. (2003, p. 118) ressaltam que “o conceito de vulnerabilidade, especificamente aplicado à saúde, pode ser considerado o resultado do processo de progressivas interseções entre o ativismo diante da epidemia da Aids e o movimento dos Direitos Humanos”. Nesse cenário, ele passa a ser adotado nos discursos voltados para as temáticas da saúde pública, principalmente, para as formas de prevenção da referida doença, assim como das questões de intervenção junto às pessoas, aos grupos e às populações.

² Para Foucault (2002, p. 113), enunciado não é “simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de certo número de elementos e de regras linguísticas”, mas ele o considera como uma sequência de elementos linguísticos que está imersa em um campo enunciativo em que aparece como elemento singular, ou seja, ele tem uma substância, um suporte, um lugar, uma data.

É nesse contexto que a expressão vulnerabilidade se consolida como “o resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para proteger-se de ambos.” (AYRES et al., 2003, p. 123).

Somente a partir do final da década de 90 é que encontramos referências à questão da vulnerabilidade social, mas ainda relacionada à Aids e às chances de exposição das pessoas ao adoecimento. Entrando um pouco mais no universo conceitual do vocábulo vulnerabilidade social, encontrar-se-ão relações com outras temáticas, tais como com a pobreza e com a fome, assim como com o crime e com a violência.

Nessa perspectiva, pode-se considerar vulnerabilidade social como “o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 13).

Mas, segundo a referida autora, essas aproximações ainda não davam conta da complexidade desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores quantitativos de renda ou de carências, ou seja, restringiam-se somente a delimitar e a constatar a insatisfação das necessidades básicas a que determinados seres humanos eram submetidos.

Desse contexto, vai-se esboçando uma trajetória da expressão vulnerabilidade social, percorrendo caminhos que vão desde o vínculo com a questão do direito internacional, penetrando na área da saúde e da temática da Aids/HIV, até entrar pelas vias das condições socioeconômicas. Saliento que essa conceituação, ainda hoje, é muito mutável e, assim sendo, muitas vezes, fica difícil definir as frágeis linhas demarcatórias que delimitam seus campos de abrangência e seus limites.

Somente a partir das pesquisas realizadas por Caroline Moser e seu grupo do Banco Mundial, datadas de 1998, é que uma geração de estudiosos passou a trabalhar com uma abordagem de vulnerabilidade social mais no sentido sintético, ou seja, tentando atribuir os riscos das configurações vulneráveis não somente àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população.

O conceito de vulnerabilidade social passa a ser tomado como o “resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.” (SANCHES, 1999, p. 111).

Filgueira e Peri (2004, p. 8-10) apontam ainda algumas considerações interessantes ao definir o referido termo como “la escasa capacidad de respu-

esta individual o grupal ante riesgos y contingencia.[...] Por extensión, se puede afirmar que es también una predisposición negativa para la superación de condiciones adversas”. Ainda, segundo o mesmo autor, nessa perspectiva, vulnerabilidade social pode ser definida como “una configuración particular, negativa, resultante de la intersección de dos conjuntos; uno, definido a nivel ‘macro’ relativo a la estructura de oportunidades y otro definido a nivel ‘micro’, referido a los activos de los actores.” (FILGUEIRA; PERI, 2004, p. 21).

Somente nos últimos anos, ocorreu uma aproximação da questão da vulnerabilidade social com uma reflexão voltada às condições socioeconômicas, passando, assim, a ser assumida pelas políticas públicas adotadas pelo Estado. Essa concepção pode ser verificada na definição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atribui o conceito de vulnerabilidade social àqueles indivíduos que vivem em situação de pobreza ou de privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos entre outros), ou mesmo que tenham fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação étnica, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras), (SUAS - Resolução nº 130/2005).

Mas os múltiplos discursos, produzidos em torno da temática da vulnerabilidade social, mantêm como ponto em comum a questão da ameaça, do medo, assim como da necessidade de controle e de gerenciamento das situações consideradas como de riscos, seja na dimensão individual seja no sentido da população. Segundo Traversini (2003, p.111), “a invenção do risco possibilitou classificar espaços e indivíduos, ou um conjunto deles, com determinadas características [...] como problemáticos, necessitando serem administrados de determinado modo para evitar sua multiplicação e a geração de elevadas despesas para o Estado”.

É nessa perspectiva que vemos surgir um outro aspecto de grande relevância nesta discussão, que é o envolvimento da noção de risco com a temática da vulnerabilidade. Segundo Spink (2003), a palavra risco passa a ser utilizada a partir do século XIV, contudo somente no século XVI é que adquire seu sentido moderno, constituindo-se como um “híbrido entre perigo e controle”. Ressalte-se, ainda, que “a noção de risco que é própria da modernidade está intimamente relacionada à incorporação cultural da noção de probabilidade.” (SPINK, 2003, p. 151)

Traversini (2003, p. 110) nos traz uma análise sobre a questão de risco como algo presente, mesmo antes da modernidade, mas vinculado a aspectos naturais (chuva, temporais, etc), sobrenaturais (fantasmas, bruxas, etc) e reais (bandidos, saqueadores etc), estando presentes muitas estratégias para “evitar os males e vigiar os perigos que se poderiam abater sobre as pessoas”. A referida autora, baseada em Lupton (1999), enfatiza, ainda, que a pro-

dução de insegurança não estava relacionada com a responsabilidade humana, mas com a vontade da natureza e do próprio sobrenatural.

A ampliação dos usos da noção de risco envolve diversas áreas de conhecimento, mas é no campo da saúde que sua utilização é bastante potencializada, principalmente vinculada às questões dos riscos de contaminação relacionados ao vírus do HIV/Aids. Esse panorama se estabeleceu, mais fortemente na década de 80, dando ênfase à questão dos mecanismos causais³ a comportamentos individuais para, em um segundo momento, a partir do final dessa década até nossos dias, passarem a coexistir também os enfoques que levam em conta as características mais contextuais e estruturais.

Assim, inicialmente, o foco da prevenção era destinado basicamente ao comportamento específico de alguns indivíduos, passando posteriormente a considerar também as relações e as interações estruturais em que ocorrem os riscos de contaminação. Com essa mudança, a expressão “vulnerabilidade” se fortalece, pois apresenta uma maior amplitude conceitual, comportando melhor esse caráter mais abrangente que a noção de risco não dava conta.

Ayres et al. (2003, p. 127) apontam que a diferença entre esses dois conceitos é o caráter iminente analítico do risco, em contraste com as aspirações sintéticas da vulnerabilidade, ou seja, toda a produção de conhecimento, elaborada a partir da noção de risco, era construída baseada em instrumentos capazes de isolar, de determinar, quase matematicamente, os processos de adoecimento, especificamente de um indivíduo. Já a questão da vulnerabilidade nasce de uma pretensão praticamente inversa, ou seja, todo o conhecimento sobre vulnerabilidade é fundamentado na consideração de situações que expressem as possibilidades ou não de adoecimento relacionados a todo e a cada indivíduo.

A partir da noção de risco associado ao conceito de vulnerabilidade, as práticas de intervenções, utilizadas pelos programas de saúde pública, também modificaram seu foco, passando a atuar mais em torno dos grupos com comportamentos qualificados como de riscos, considerando todas as possibilidades que interferem nos mecanismos de causalidade, ou seja, em todos os fatores estruturais que podem causar o risco de contaminação. Dessa forma, a expressão vulnerabilidade vai-se legitimando, como podemos observar com a caracterização apontada por Sanches (1999, p. 110), esse conceito aponta para um conjunto de fatores, de níveis e de magnitudes distintos, cuja interação amplia ou reduz as possibilidades de uma pessoa infectar-se com o HIV. Nessa perspectiva, os comportamentos individuais de maior ou menor

³ Utilizamos aqui a expressão “mecanismos causais” em um sentido mais biológico, que atribui uma relação direta entre as condições de causa-efeito das doenças, ou seja, refere-se à idéia de que o desenvolvimento de uma enfermidade poderia ser atribuído a uma causa determinada e específica.

exposição ao risco são considerados em relação a um conjunto mais amplo de determinantes, que devem ser contemplados no planejamento das intervenções preventivas.

É assim que é produzida uma série de estratégias, de dispositivos e de mecanismos múltiplos, tais como as políticas públicas de esporte, estabelecidas no sentido de administrar e de gerenciar tanto os indivíduos como as populações, que se formam a partir desse “espectro” do risco e/ou da vulnerabilidade social. Traversini (2003, p. 130) observa que esses grupos, considerados como em vulnerabilidade social, são a população alvo de programas governamentais planejados para conter o aumento do risco, ou seja, são ações planejadas para conter, diminuir ou eliminar os problemas identificados como um risco para si e/ou para a população.

Mas é importante destacar que a implementação de políticas públicas de esportes para atender àquelas crianças e/ou àqueles adolescentes que estão em risco, ou mesmo, que representam um risco para a sociedade foram produzidos como efeitos de práticas discursivas construídas historicamente, ou seja, elas são criadas a partir dos discursos que nomeiam e caracterizam determinada parcela da população como submetidas, ou mesmo, que submetem outras pessoas a situações de risco social. Esse processo não é um fenômeno social, atemporal ou mesmo a-histórico, mas, isso sim, ele deve ser entendido como resultado de práticas discursivas que também têm toda uma trajetória de construção histórica e cultural.

3 ENFIM....

Os processos de constituição de políticas sociais, entre elas, as esportivas, com todas as condições de possibilidades que as rodeiam, são tidas como biopolíticas⁴, operadas no sentido de controlar a população e de gerenciar os riscos gerados por elas. Além disso, concluímos que, mais do que serem políticas dirigidas a um estrato da população nominado de vulnerável, tais políticas criam, inventam tal estrato, marcando e produzindo os corpos como vulneráveis.

A produção de um estrato em que determinados indivíduos são nominados como num estado de vulnerabilidade, no âmbito deste estudo, é tomada como estratégia de governo que visa a agir sobre as ações desses indivíduos. É um processo estratégico de governo, porque visa a atuar duplamente: produzindo um estrato da população vulnerável e, ao mesmo tempo, os próprios (corpos) vulneráveis. Além disso, em termos de políticas sociais,

⁴ Segundo Revel (2005, p. 26) “o termo ‘biopolítica’ designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto de viventes constituídos em população.”

essa estratificação delimita não só a ação do Estado sobre tal estrato como também a biopolítica de governo das populações.

Nessa perspectiva, destacamos o trabalho desenvolvido pelas políticas públicas de esporte, que fazem do corpo dos vulneráveis sua superfície de intervenção, pois, como afirma Foucault (2007, p. 30), esse universo poder-saber forma um “corpo político”, ou seja, “um conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem nos corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber”.

Observa-se a organização do trabalho na área de políticas sociais, no sentido de uma disciplinarização dos corpos dos assistidos, pois, segundo Machado (1993, p. XIX), “o poder é produtor de individualidade”, ou seja, o poder disciplinar, aquele que atua sobre o corpo, que faz o “adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, faz aparecer, pela primeira vez na história, esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder, mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber”.

Nesse sentido, surge a questão do corpo, não como sede de instintos, de desejos e de sentimentos perenes ou como lugar de pura fisiologia; mas, isso sim, a noção de que “ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, de repouso e de festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente.” (FOUCAULT, 1993, p.27).

Apresenta-se, então, a disciplina ou o regime disciplinar, que se caracteriza por “um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadriçamento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos e que atingem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos” (REVEL, 2005, p. 35) e, assim sendo, se constituem como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.” (FOUCAULT, 2007, p. 118).

O corpo entra em uma trama de relações que atua não só sobre si mesmo, mas também sobre o domínio dos corpos dos outros, do âmbito individual para a dimensão das populações, configurando uma outra tecnologia de poder, diferente daquela até aqui caracterizada como poder disciplinar, típico das sociedades panópticas, que era aquela centrada essencialmente no esquadriçamento, no controle dos corpos individuais, ou seja, uma tecnologia de poder em que os sujeitos eram “encarcerados, subordinados a uma rotina de funcionamento e organizados em torno de um sistema vertical de vigilância” (FRAGA, 2000, p. 73) para um gerenciamento da população.

Ao analisarmos os projetos sociais não vinculados diretamente às instituições disciplinares tradicionais (escolas, prisões, quartéis, etc) as visibilidades são muito mais da ordem do governo das populações. Isso não quer dizer que umas não se apoiem nas outras, mas a situação paradoxal reside justamente nisto: ao nomear, ao atribuir uma qualidade a determinados indivíduos e ao intervir a partir desse procedimento produz-se uma população a ser controlada, conduzida, corrigida, que agora é sabedora de sua condição. De ações dirigidas a corpos vulneráveis produz-se a sua vulnerabilização através de saberes produzidos sobre esses ditos nesta condição.

Portanto, a relação entre os principais projetos sociais vinculados ao esporte e a vulnerabilidade social produz determinados efeitos, dos quais os mais imediatos podem ser assim proclamados:

a) a produção do sujeito vulnerável, a constituição de um determinado estrato social denominado como vulnerável e que precisa, necessariamente, caracterizar-se e ser sabedora de sua condição;

b) a produção de sujeitos necessários de proteção social e de novas políticas públicas focais, fabricando uma sucessão de ações consideradas como reparadoras socialmente e que, pretensamente, visam a saldar uma dívida social e histórica com os nominados como desprotegidos ou excluídos socialmente;

c) a produção e a demarcação da diferença, ou seja, associada à fixação dos vulneráveis, encontramos a identificação de outras fronteiras discursivas como as de gênero, as de etnias, as de classe, as de sexo e outras. Especificamente com relação aos projetos sociais direcionados aos vulneráveis, existe uma predominância de atendimento a determinados grupos étnicos, a jovens e a adolescentes do gênero masculino e pertencentes às classes sociais menos favorecidas. Esse aspecto merece uma investigação mais aprofundada, mas emerge como um elemento fundamental de análise;

d) por fim, a constituição de biopolíticas de controle do sujeito e da população, expressas, no Brasil, principalmente por projetos, tais como o

⁵ O Programa Esporte e Lazer da Cidade é uma ação do governo federal, implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, e visa, em síntese, a suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e às demandas *da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas*. (Ministério do Esporte, grifo nosso)

⁶ O Programa Segundo Tempo foi idealizado pelo governo federal, através do Ministério do Esporte, e é destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contraturno escolar. Essa ação anuncia que tem a finalidade de *colaborar para a inclusão social*, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania. Entre os objetivos apregoados está o de “democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de *crianças e adolescentes em situação de risco social*”. (Ministério do Esporte, grifo nosso)

Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)⁵ e o Segundo Tempo⁶. O detalhamento de como essas iniciativas podem ser analisadas na perspectiva das biopolíticas de controle do sujeito e da população merecem ser detalhadas, mas, em função dos limites e do foco central do presente texto, esse debate será tratado em outro momento e em documento específico.

Assim, os múltiplos discursos produzidos em torno da temática da vulnerabilidade social, inclusive nas políticas públicas de esporte, mantêm como ponto em comum a questão da ameaça, do medo, assim como da necessidade de controle e de gerenciamento das situações consideradas como de riscos, seja na dimensão individual seja no sentido da população.

São a identificação, a classificação, a nomeação, o enclausuramento, o cadastramento que, antes de mais nada, produzem o estrato de corpos vulneráveis, seja através de políticas públicas de esporte seja de outras políticas sociais. Por isso, talvez, em termos de políticas sociais, se trate menos da vulnerabilidade e mais de um processo de vulnerabilização.

REFERÊNCIAS

ABRAMORAY, Miriam et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AYRES José R. C. de M. et al. In: CZERESNIA, Dina (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social. *Norma Operacional do SUAS*. Resolução n. 130/2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2006.

CARVALHO, J., PEIXOTO, Vicente. *Dicionário da língua portuguesa*. 20 ed. São Paulo: Cultural Brasil, 1972.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo. Brasiliense, 1988.

FILGUEIRA, Carlos, PERI, Andrés. *América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes*. Santiago, Copyright, 2004.

_____. *A arqueologia do saber*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Em defesa da sociedade*: São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. *As palavras e as coisas*. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão* 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FRAGA, Alex Branco. Anatomias de consumo: investimentos na musculatura masculina. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, p. 35-150, jul./dez. 2000.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. *Pedagogias críticas e subjetivação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SANCHES, Kátia Regina de Barros. *A AIDS e as mulheres jovens: uma questão de vulnerabilidade*, 1999. Disponível em: <<http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php>>. Acesso em: 24 fev. 2007.
- SPINK, Mary Jane. *Esterisco: estudo sobre tecnobiociências na sociedade*. 2003 Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/suor2.htm>> Acesso em 22 jul. 2008.
- TRAVERSINI, Clarice Saete. *Programa alfabetização solidária: o governo de todos e de cada um*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

Interações sociais no espaço público: um estudo etnográfico em praças e parques

Édison Luis Gastaldo

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa “Espaços esportivos de lazer e sociabilidade cotidiana: um estudo etnográfico”, que buscou, mediante a participação sistemática de um grupo de pesquisadores na vida cotidiana de duas dezenas de praças e de parques, investigar as práticas esportivas e de lazer ali ocorrentes.

Neste trabalho, serão salientados alguns aspectos da ordem social estabelecida nas praças observadas, a partir de dados de observação etnográfica e de entrevistas com os frequentadores, bem como de depoimentos e de imagens gravados em vídeo¹.

2 O PROJETO

O projeto “Espaços esportivos de lazer e sociabilidade Cotidiana: um estudo etnográfico”, financiado pelo Ministério do Esporte através de edital da Rede CEDES, foi realizado de janeiro a dezembro de 2008, tendo sido executado por professores e por estudantes da Unisinos, Ulbra e UFSM, sob coordenação geral do autor deste ensaio. Metodologicamente, o projeto consistia em uma pesquisa etnográfica em diversas praças e parques das regiões metropolitanas de São Leopoldo, Canoas e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde se situam as universidades participantes do convênio.

A etnografia é um método de pesquisa muito utilizado na Antropologia e consiste na combinação de duas técnicas de pesquisa, a ‘observação participante’ e o ‘diário de campo etnográfico’². Originalmente, um método para pesquisar sociedades tribais, geralmente sem escrita (portanto, sem fontes documentais), os ‘documentos’ analisados em uma etnografia são os registros sistemáticos das observações do pesquisador, tomando a sua experiência pessoal na situação de campo como uma das fontes de dados da pesquisa.

A história da etnografia inicia, nos primórdios do século XX, como um método utilizado exclusivamente para analisar grupos sociais de lugares remotos, com pouca ou nenhuma relação com a sociedade do pesquisador, que

¹ As gravações realizadas em campo somam mais de sete horas. Uma parte deste material pode ser visto no vídeo “Praça Pública” (GASTALDO, 2008), produto da mesma pesquisa.

² Sobre o método etnográfico, suas potencialidades e limitações, ver Becker (1998), Geertz (1978) e Winkin (1999), entre outros.

necessitava aprender a língua, os costumes e as complexidades culturais dos povos investigados ao longo de um extenso período de interação com os membros do grupo.³ Ao longo do século passado, a etnografia foi-se desenvolvendo em complexidade e em abrangência, particularmente a partir de sua utilização por pesquisadores ligados à Escola de Chicago na pesquisa de grupos urbanos minoritários, como imigrantes ou delinquentes.⁴

Contemporaneamente, a etnografia tem sido muito utilizada em Antropologia urbana na análise de ‘situações sociais’, isto é, eventos que se desenrolam em certo lugar, no qual pessoas interagem, e fatos sociais ocorrem. O que distingue a etnografia de outros métodos de pesquisa é, assim, a ênfase na interação social, no modo como, a partir da relação entre os participantes de dada situação, aquilo a que chamamos ‘realidade social’ vem a manifestar-se.

A idéia do projeto de pesquisa era, a partir de pesquisa etnográfica, investigar os usos sociais das praças e dos parques pesquisados, isto é, o que as pessoas que frequentam aqueles espaços em seu dia a dia efetivamente ‘fazem’ com o espaço público que a elas é disponibilizado. Normalmente, o trabalho de campo etnográfico é um empreendimento solitário. Cada pesquisador encontra suas próprias soluções e caminhos frente aos desafios do campo escolhido. A dinâmica de trabalho de nosso grupo de pesquisa buscou articular teoria e método para atingir este objetivo coletivamente.

3 SOBRE MÉTODO

O processo de trabalho coletivo implicou uma série de procedimentos para uma atuação conjunta da equipe de pesquisadores. Assim, no começo dos trabalhos, realizou-se um curso de formação na técnica etnográfica para todos os participantes do projeto.

Tendo formado minimamente os participantes do projeto na prática de pesquisa etnográfica, o próximo passo foi definir os locais para realizar a investigação. Boa parte dos professores ligados ao projeto havia participado de um mapeamento de locais públicos de esporte e de lazer em São Leopoldo, em Canoas e em Santa Maria. Assim, com a planta urbana de cada município e o mapeamento desses locais, que incluía plantas baixas, descrições e fotografias, foram selecionadas 20 praças e parques nos três municípios, atendendo a critérios de dispersão geográfica por região, de modo a não enfatizar nem as regiões centrais, nem as periferias de cada município, mas construir

³ O exemplo clássico desta perspectiva inicial com relação à etnografia é o livro “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, de Bronislaw Malinowski (1978), publicado originalmente em 1922.

⁴ Dois bons exemplos desta ampliação do escopo da etnografia para grupos urbanos contemporâneos são “A Sociedade de Esquina”, de William Foote White (2007), originalmente publicado em 1943 e “Outsiders”, de Howard S. Becker (2008), originalmente publicado em 1963.

um balanço entre as distintas formas de oferta de espaços públicos de esporte e de lazer nos diferentes setores de cada cidade.

Com os locais para realização da pesquisa já definidos, para cada praça ou parque selecionado foi destacado um estudante, de acordo com critérios de facilidade de deslocamento e/ou interesse em cada espaço. A partir de então, cada estudante se responsabilizou pela investigação etnográfica cotidiana, escrevendo um relatório após cada visita a campo, chamado de ‘diário de campo etnográfico’.

De modo a reunir a produção dos alunos e a centralizar as evidências de trabalho de campo para compartilhamento, foram tomadas duas medidas: a primeira, estabelecer uma rotina de reuniões gerais do grupo de pesquisa a cada quinze dias, para acompanhamento do andamento dos trabalhos e para troca de experiências entre os estudantes; a segunda, criar um blog⁵ onde a experiência etnográfica coletiva pudesse ser facilmente arquivada e consultada por todos os participantes.

Ao longo do ano de 2008, essa etapa ocupou praticamente oito meses de trabalho de campo coletivo. A cada reunião de acompanhamento do projeto, cada etnógrafo relatava suas vivências e suas dificuldades na situação de campo ao restante do grupo de pesquisa, para sugestões, para comentários e para troca de experiências. Aos poucos, o processo de participação de cada estudante no cotidiano da praça produzia os primeiros contatos com os frequentadores e com as lógicas inerentes a cada praça: do tráfego intenso de passantes em uma praça à beira da BR-116, no centro de Canoas à calma bucólica de uma pracinha cuidadosamente ajardinada pelos moradores na periferia de São Leopoldo, cada espaço público de lazer tem suas particularidades, suas histórias, seus frequentadores, que os estudantes começavam a compreender.

A partir do começo do segundo semestre, em meados de agosto, começamos a planejar as entrevistas. Pelos diários de campo, sistematicamente organizados por uma das bolsistas do projeto, em cada praça, começavam a aparecer contatos com os frequentadores, que começavam a ter nome, histórias para contar e um lugar na vida da praça. Após uma entrevista prévia com cada estudante, em que os frequentadores eram consultados sobre a possibilidade de conceder entrevistas para um vídeo – convite que todos aceitaram – iniciaram as tratativas para o agendamento das filmagens: o vídeo ia começar a ser rodado.

Entre o final de agosto e o início de setembro, captamos as imagens, filmando cenas da vida cotidiana e elementos do equipamento de lazer de cada praça, além de uma entrevista com um informante (ou mais) de cada

⁵ Blog é um website de fácil configuração e atualização, onde se podem inserir textos escritos facilmente acessáveis pelos/as participantes do grupo.

praça ou de cada parque. No final de setembro, tínhamos mais de sete horas de material gravado.

4 A PRAÇA E O POVO: SOCIABILIDADE E CONFLITO NO ESPAÇO PÚBLICO

Nas entrevistas e nas conversas cotidianas com os frequentadores das diferentes praças ficou evidente a importância atribuída à existência daquele espaço público, como parte da história, tanto da coletividade como na história de vida de cada pessoa. Algumas das praças pesquisadas no projeto, no centro de São Leopoldo, têm quase duzentos anos e constam já na primeira planta da cidade, de 1833⁶. Na pesquisa para o projeto, algumas das estudantes descobriram um antigo livro sobre a história da fundação de São Leopoldo, onde consta a data de criação das praças. Elas encontraram o autor, sr. Germano Moehlecke, que havia sido um dos fundadores do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, que possuía farta documentação sobre o assunto e concordou em conceder uma entrevista. Entre diversos documentos, o mapa de 1833 ele nos mostrou em detalhe.

Cidades são fundadas em torno de praças. Cidades da Antiguidade grega tinham suas *ágoras*, amplos espaços públicos onde se debatiam as causas da *pólis*, criando uma forma de governo que se chamaria democracia. Na tradição antropológica, é frequente a referência à organização de aldeias indígenas em formato circular, com várias casas lado a lado e um amplo espaço público ao centro. O uso da palavra ‘taba’ para se referir a esse espaço em sociedades indígenas não chega a ser o termo mais exato, uma vez que os usos, o sentido atribuído e principalmente o nome pelo qual esse espaço social é chamado variam muito de uma sociedade para outra. O texto, assim, poderia estar reiterando de certa forma um estereótipo, aquele do ‘índio’ (‘igualando’ grupos muito diferentes, como Kaingang, Urubu-Kaapor, Bororo, etc.). Porém, trata-se justamente do contrário, de, falando das praças, não esquecer que a organização social do espaço na forma de praça é um fato global da cultura humana; em diferentes épocas e sociedades, existem esses amplos espaços públicos onde a vida em sociedade é mais intensa, a praça pública. Em outras praças, em áreas de urbanização recente, como na periferia, a história tinha sido escrita pelos próprios frequentadores, que se reuniram e, trabalhando associados, demandaram e construíram o espaço público qualificado, um processo histórico recente e cotidiano, uma conquista do coletivo.

Para além da ocupação de um território público na forma de praça e da construção dos equipamentos de lazer, é necessário que haja constante ma-

⁶ A fundação de São Leopoldo data de 1824.

nutenção desses equipamentos. Em algumas praças, há quadras, mas não goleiras, ou tabelas de basquete. Há postes de iluminação, mas as lâmpadas estão há muito tempo queimadas. Na periferia, os frequentadores reclamam da falta de manutenção e do interesse eleitoreiro do poder público, que só se interessa pelas comunidades às vésperas de eleições.

O simples fato de os equipamentos de lazer das praças ficarem expostos ao tempo já implica severo desgaste, principalmente estruturas de madeira e metal, como brinquedos de parquinhos infantis, cercas e equipamentos de quadras. Devem-se acrescer a isso os danos causados pelo vandalismo, queixa constante dos entrevistados em praticamente todas as praças. É curioso que os entrevistados, todos parte do 'povo', digam tantas vezes que a culpa pelo vandalismo é 'do povo', que não saberia cuidar do que é seu. De fato, a praça expressa as contradições da sociedade: se há violência, ela também se manifesta ali.

A interação com os frequentadores de diferentes espaços de lazer deixa clara a diferença da qualidade das relações humanas que se estabelecem quando a ocupação dos espaços públicos se dá por meio de políticas orientadas a esse fim. No Parque Eduardo Gomes, uma grande área (35ha), cedida pela Aeronáutica para a Prefeitura de Canoas, há um grande investimento em qualificação do lazer esportivo, com professores pagos pela Prefeitura para oferecerem aulas de ginástica, de futebol, de bocha, de basquete e outras modalidades, exigindo apenas um exame médico autorizando a participação na atividade. Nesse local, existem grupos de moradores que fazem ginástica à tarde. Em entrevistas com os participantes, donas de casa e aposentados, fica clara a importância atribuída àquela atividade no fluxo de suas atividades cotidianas, como no depoimento de Dona Maria Antonieta:

Eu venho já há uns dois anos, quando consigo vir. Faço sempre o possível pra vir, porque é muuuito bom, é tudo de grátis, que pra dona de casa nunca sobra um dinheiro[...]

O Parque Eduardo Gomes é também dos locais pesquisados aquele com menor incidência de vandalismo e de violência. Em boa parte, isso se deve ao fato de o parque ser cercado e ter uma guarita para controlar a entrada de visitantes e de ficar fechado das 22h às 6h. Entretanto, não se pode menosprezar a ocupação do parque por contingentes da população que, em circunstâncias de *laissez-faire* lúdico, provavelmente cederiam seu espaço a turmas de jovens, como idosos e donas de casa. A regulação do Estado, nesse caso, favorece uma ocupação do espaço público mais inclusiva, a partir do direcionamento de atividades esportivas e de lazer a diferentes perfis de público, configurando uma notável diferença entre as praças pesquisadas.

Quando a ocupação dos equipamentos públicos de lazer ocorre ao sabor das interações entre os frequentadores, as relações são de outra ordem. Não se pode dizer que não há organização, mas os protocolos são estabelecidos na própria situação, os conflitos são resolvidos na hora, em brigas ou discussões, que em geral duram apenas poucos segundos. O julgamento moral do coletivo envolvido é a sanção imediata, e a violência física, uma possibilidade constante.

Durante a gravação de uma entrevista, percebi que, na quadra de futebol de salão, um jogo se transformara em briga. Vi tudo a distância. Como de praxe acontece nesses casos, o conflito durou poucos segundos, até que separassem os contendores. Alguns minutos depois, fui entrevistar os rapazes que estavam jogando. O protagonista da briga, que aparece no vídeo, justifica o ocorrido com base na premissa de que ‘aqui na praça sempre foi assim: futebol é pra homem’. Em um jogo sem árbitro, a distinção entre ‘marcação viril’ e ‘violência desnecessária’ é bastante sutil, e os conflitos são sempre uma possibilidade. A transcrição de seu depoimento é reveladora:

Futebol aqui na praça sempre foi, futebol é pra homem, joga quem aguenta. E nós tava jogando, e o gurizão meio que se mordeu, começou a dar chutinho, e não pediu falta, aí eu dei um pegão nele, e ficou por essa. [vários companheiros que cercam a câmera e escutam a história intervêm:] Ficou por essa, nada! Daí vieram uns três em cima dele!

A sanção moral do coletivo se apresenta tanto no momento do conflito físico, negociando a ‘justiça’ ou não da causa em questão, quanto *a posteriori*, regulando o exagero do narrador no relato da briga que ele próprio provocara. O fato de ter sido cercado por três oponentes após agredir o primeiro adversário é apresentado pelos companheiros como uma retribuição merecida, pois o outro time era ‘de fora’ do bairro onde fica a praça. Valem aqui as regras do “pedaço”, os “de casa” têm precedência sobre os “de fora”, mas convém não extrapolar. Se o conflito se alongasse ou envolvesse muitos participantes, a briga poderia provocar retaliações indesejadas. Dadas a natureza do conflito e a causa da altercação, a contemporização acabou sendo a linha de conduta rapidamente adotada. A briga iniciou e terminou sem ‘estragar o jogo’. A partida continuou por vários minutos após o incidente.

A utilização do espaço da praça de modo espontâneo, entretanto, não pode ser reduzida às situações de conflito aberto. Brigas como a relatada são eventos esporádicos, dos quais se contam histórias e se guardam lembranças – às vezes, cicatrizes. No dia a dia das praças, a utilização coletiva dos equipamentos disponibilizados demonstra uma notável capacidade de orga-

nização interna. Sem uniformes, sem árbitros, sem placar nem apitos, o jogo segue. Os propósitos das práticas esportivas são eminentemente lúdicos, pouco importando os aspectos mais formais do esporte, como placar, árbitro, uniforme ou súmula. Regras são modificadas, a dinâmica do jogo é subvertida: a seriedade competitiva do esporte cede espaço à inconsequência brincalhona do jogo, mas não sem conflitos. Em uma das praças, na periferia de Canoas, havia duas quadras poliesportivas, e times de futebol e de basquete. Tudo ia bem, e cada grupo usava uma quadra, com as equipes alternando-se, na regra tácita de ‘quem ganha fica’. Porém, a ação de vândalos destruiu as goleiras e as tabelas de uma das quadras. Assim, para os jogadores, essa quadra tornou-se mero espaço vazio, e a outra quadra passou a ser disputada pelos dois grupos. Os jogadores de basquete, em menor número, organizam-se para chegar mais cedo à praça e começam a jogar, para ocupar a quadra. Se eles chegam aos poucos, precisam usar uma das tabelas, correndo o risco de chegarem os jogadores de futebol e começarem a bater bola na goleira oposta. Com a vantagem numérica dos boleiros, eles teriam de sair. A luta mais ou menos silenciosa pelo espaço da quadra foi presenciada durante as filmagens: enquanto os times de basquete se aproximaram da câmera e sentaram em torno de um banco para a entrevista, os jogadores de futebol aproveitaram para começar uma partida. Um chute para fora dos limites da praça deu aos jogadores de basquete a oportunidade de retomar seu espaço. É interessante notar que a competição pelo espaço de lazer só ocorreu – e só ocorre – por falta de manutenção dos equipamentos. Se as goleiras e as tabelas tivessem sido repostas, menos tensão resultaria. E, se houvesse lâmpadas, poderia haver jogos à noite. Quando o Estado se ausenta, a sociedade se auto-organiza.

Outra forma de ocupação do espaço público das praças é naquela forma de interação chamada de ‘sociabilidade’, forma lúdica da interação social (SIMMEL, 1984), estar com os outros pelo prazer de estar com os outros. E isso pode ocorrer em uma quadra ou pista, mas também em um banco à sombra das árvores, onde vizinhos se encontram para comentar as novidades do dia e (no Rio Grande do Sul, pelo menos) tomar chimarrão. No vídeo, o seguinte trecho da locução sintetiza este aspecto:

O acesso público e gratuito, os equipamentos de lazer colocados à disposição e os bancos na sombra das árvores tornam as praças locais particularmente adequados para a sociabilidade, para relações humanas calorosas e descomprometidas. Nesse espaço público privilegiado, a sociabilidade resulta em encontro, em interação, em arte: mesmo que as poéticas sejam distintas, a realidade da qual falam é uma só.

Esse último ponto faz menção às diferentes maneiras de fazer-se uso daquele espaço de sociabilidade. A referência às poéticas diz respeito a dois informantes que decidiram declamar poesias de sua autoria para a câmara, além de um grupo de B-Boy (dança de rua) ter feito uma apresentação na praça especialmente para o vídeo. Um dos entrevistados, um líder comunitário que mora em frente a uma praça que ele próprio ajardina e cuida, declamou um pequeno poema em quadras, dedicado à natureza e ao meio ambiente. O outro, um *rapper* do bairro Guajuviras, que cantou seu *hip-hop* sobre a vida cotidiana na periferia da cidade de Canoas, local onde ‘quem é fraco não se cria, no dia a dia tem de manter o proceder na picardia, firme e forte eu quero ver.’ A praça também é espaço de *shows*, de arte, de festas, de celebração: espaço público plenamente realizado.

A intensa atividade ocorrente nas praças decorre principalmente durante o dia. Cada praça se transforma quando anoitece. O mesmo local onde as crianças brincam durante o dia pode-se tornar palco de violência, de prostituição e de crime. Um consenso entre todos os entrevistados: a praça à noite é um local perigoso.

Uma das principais entrevistas nesse sentido ocorreu com um líder comunitário da Cohab-Feitoria, considerado como um dos bairros mais violentos de São Leopoldo. Nela ele comenta um fato ocorrido na praça poucos dias antes da entrevista, um homicídio durante a madrugada. O crime teria sido motivado por um acerto de contas de traficantes com um usuário de *crack* que estava devendo dinheiro. O depoimento é longo, mas vale a pena ser transcrito, pela lucidez no diagnóstico da violência e suas causas e pela esperança no trabalho da coletividade, ‘fazendo a diferença’:

E em qualquer ponto da cidade tanto aqui em São Leopoldo, como em qualquer cidade do mundo, de noite é terra de ninguém. A gente sabe, tu pode andar em qualquer parte de São Leopoldo, sabe qual é o número de PMs dentro da cidade? São em torno de 15 pra cobrir uma cidade de 210 mil habitantes. Então a gente diz assim, não existe segurança, claro que não existe: de noite, todo o efetivo da Brigada e Polícia Civil, eles não pagam hora extra, não tem ninguém.[...] Houve um homicídio aqui na praça, foi um acerto de contas, um era usuário de crack, e os outros estavam cobrando a conta: não tem dinheiro, tu paga com a vida. Então essas crianças que estão aqui na praça, quando elas praticam esporte, o que que a gente fala pra elas: “ó, tem que praticar esporte, faz parte da vida, é uma coisa bacana, uma coisa legal, mas tem que estudar.” [...] Esse nosso bairro aqui ele melhorou muito, muito mesmo. Eu já vi em várias gera-

ções as pessoas não passarem de 18 anos. As pessoas com potencial enorme, no outro dia, amanhecem com a boca cheia de formiga, morreram. Por quê? Porque não tiveram cabeça. As pessoas vêm fazem o convite. “Ó, meu velho, eu continuo teu amigo, faz a tua, eu não vou fazer”. No outro dia, os caras se azaram. Confronto com a Brigada é morte. Não tem. É uma .40 na cabeça, o melão vai estourar. É isso o que acontece. E a gente diz isso pras crianças. “Vocês querem ter uma vida bacana, uma vida legal? Vocês tem que construir a historia de vocês. E essa história tem que ser dentro da cidadania. Tem regra para isso. Saiu fora dessa regra, é a parte marginal.” [...] Ai a gente parece ser meio idealista. Tá, mas tu mora aqui, cara, a violência impera, e tu sonha com... sabe, só que eu estou fazendo a diferença, eu faço a minha parte.

5 PARA CONCLUIR

O estudo de fatos sociais em perspectiva etnográfica traz uma compreensão aprofundada do ponto de vista das pessoas que deles participam. A experiência do convívio intenso e prolongado nesses espaços públicos evidencia uma boa parte dos conflitos, dos dilemas e das contradições mais amplos da sociedade. Como oferecer liberdade sem que haja vandalismo? Como limitar a violência sem restringir a liberdade? O que se faz e como se vivem os momentos de lazer revela muito sobre uma sociedade, nesta manifestação de liberdade do uso do tempo, condensado na expressão ‘tempo livre’. Livres no uso de seu tempo, as pessoas ocupam o espaço público que lhes foi concedido: a qualificação dos equipamentos oferecidos e sua manutenção são o resultado de uma interação – nem sempre amistosa – entre sociedade civil e Estado. Se houver uma ampla oferta de equipamentos de lazer – quadras, bancos, brinquedos –, o conflito entre os participantes diminui. Se, além da mera oferta de equipamentos, houver também uma política para fomentar e ocupar aquele espaço público, as interações se tornam ainda mais qualificadas como relações humanas. Oficinas de artes, aulas de ginástica, de futebol, de vôlei e de basquete, por exemplo, fomentam uma outra relação das comunidades participantes com o Estado. Ao invés da regulação pela violência física ou sua ameaça, a ‘lei da selva’ tão comum quando da ausência do Estado, cria-se um ambiente de interação propício ao cultivo de valores como respeito, tolerância e cidadania. A vivência coletiva do espaço público mostrou a todos nós que há muito que se aprender em uma praça. É preciso saber lidar com os outros, é preciso saber brincar.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos em sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril, 1978.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.

WHITE, William F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus, 1999.

Heterotopias urbanas: a cidade e a praça

José Geraldo Soares Damico

*“Toda cidade recebe o nome do deserto a que se opõe”
Ítalo Calvino – Cidades Invisíveis*

A discussão em torno da importância dos espaços públicos de lazer em grandes cidades e principalmente em zonas de periferia urbana, bem como as formas de aproveitamento desses espaços através de projetos de promoção de saúde e/ou lazer têm aquecido o debate em torno desta temática.

O espaço público, principalmente a praça, como palco de disputa de diferentes intencionalidades no âmbito do lazer, não é algo que está dado. Diferentes projetos de ocupação desses espaços têm ajudado a compor quadros bastante variados no que se referem às funções, às formas e à paisagem dos espaços públicos de lazer.

Nesse sentido, as praças, como componentes indispensáveis da sociedade contemporânea foram concebidas e construídas a partir de uma pluralidade de intenções ao longo da história. A forma como a comunidade utiliza tais espaços ajuda a transformá-los de acordo com as suas necessidades.

A praça pública tem seu destaque potencializado em bairros populares e/ou periféricos, onde a comunidade parece carecer de alternativas de exercícios de lazer em espaços públicos, vendo então a praça como um lugar fundamental para o desenvolvimento das atividades esportivas, das festas do bairro e, além disso, como terreno fértil para construção de redes de sociabilidade. Por outro lado, alguns discursos da mídia destacam o caráter marginal da praça pública, caracterizando-a como espaço livre para o consumo e para a venda de drogas, para prática de assaltos e como ponto frequente de prostituição, projetando um olhar estigmatizado e contribuindo dessa forma para a adoção de políticas de “cercamento” dos espaços, acreditando reduzir assim a depredação e a criminalidade.

Entendo que esses discursos correntes não colaboram para uma compreensão das relações complexas que se estabelecem nestes locais. É neste sentido, então, que o olhar deste ensaio se desvia para tentar rasurar uma gramática moderna, que tradicionalmente busca nomear, classificar e julgar para uma outra gramática, em que a visão da paisagem urbana da praça pública se produza na potência das recodificações da linguagem e de uma poética de reinvenção e desorientação do tempo e do espaço.

Parto de um texto de Michel Foucault¹ em que o filósofo cunha o conceito de heterotopias, como contraposição múltipla, laica, histórica, real e concreta à irrealidade absolutizante das utopias, definidas como posicionamentos sem lugares reais.

Quando Foucault elabora o conceito de heterotopia, ele o faz seguindo este percurso: começa nos lembrando de que o espaço onde vivemos é já heterogêneo, que nos movemos num conjunto de relações que definem posições que ele considera irredutíveis e não superpostas. Neste domínio, o que lhe parece mais interessante é pensar, entre todos esses posicionamentos, aqueles que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas sob um modo tal que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram designados ou refletidos por eles.

O primeiro deles é a utopia, esse posicionamento sem lugar real que entretém com o espaço real da sociedade uma relação de analogia direta ou inversa: tratar-se-ia da própria sociedade aperfeiçoada ou da sua superação.

Mas há também em todas as culturas e em todas as civilizações lugares reais, efetivos, que funcionam quase como utopias realizadas, espécies de lugares que são fora de todos os lugares embora sejam efetivamente localizáveis. Exerceriam uma contestação ao mesmo tempo mítica e real dos espaços onde vivemos.

As heterotopias se produzem pela negação do instituído e pela ressignificação do marginal (no sentido de estar à margem). Do ponto de vista da ruptura, podemos pensar a heterotopia como espaço marginal, que engendra ações rebeldes – práticas que se materializam de forma diferenciada em lugares instituídos. Toda heterotopia engendra um acontecimento novo.

Para Carlos José Martins apoiado em Foucault, trata-se de borrar a causalidade única e analisar os múltiplos processos que constituem um acontecimento. Nas suas palavras:

O alijamento do pensador causal consistirá, então em construir, em torno do acontecimento singular analisado como processo, um polígono ou sobretudo, um poliedro de inteligibilidade, no qual o número de faces não é definido de antemão e não pode jamais ser considerado como acabado de pleno direito. É necessário proceder por saturação progressiva e por forçamento inacabado. (MARTINS, 2002, p.90).

¹ Des espaces autres, da autoria de Michel Foucault (1994, p.752-762) que apresenta, de saída, uma particularidade: trata-se de uma conferência proferida no Centro de Estudos de Arquitetura na Tunísia, em 14 de março de 1967, cuja publicação só foi autorizada pelo autor em outubro de 1984, no quinto número da revista *Architecture, Mouvement, Continuité*.

Entendo que, desse modo, incorporar o conceito de heterotopia como uma ferramenta para a pesquisa no cotidiano das praças públicas implica um deslocamento do olhar sobre o espaço, é procurar também embaralhar os posicionamentos que cotidianamente deslizam por entre as fronteiras do instituído.

No restante desse ensaio, partirei de algumas cenas-narrativas para auxiliar-me a demonstrar uma comunidade expansiva, constituinte, que resiste às formas da sociedade de controle.

O texto que apresento irá valer-se da idéia do pesquisador como um *bricoleur*, que reúne pedaços, utilizando-se de ferramentas teóricas, estéticas² e materiais empíricos que estiverem a sua disposição (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 19):

O bricoleur metodológico é adepto da performance em um grande número de tarefas diversas que vão desde a entrevista até a intensa autorreflexão e introspecção. O bricoleur teórico lê amplamente e tem conhecimento de muitos paradigmas interpretativos [...] que podem ser reunidos para qualquer questão em particular.

Em uma sociedade atravessada por processos societários diversos e por novas formas de sociabilidade, de subjetivação e de construção de identidades, são as linhas de força dessas mudanças que ainda será preciso compreender. “Não existem observações objetivas, apenas observações que se situam socialmente nos mundos do observador e do observado – e entre esses mundos” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.21).

Cena 1

Um aluno da Ulbra me encontra e vem falar comigo...

Lembrei-me do livro de Albert Camus *O estrangeiro* quando o personagem principal Meursault narra... “Esta pressa, esta correria, e talvez também os solavancos, o cheiro da gasolina, a luminosidade da estrada e do céu, tudo isto contribuiu para que eu adormecesse no caminho. Dormi quase todo o tempo. E quando acordei, estava apertado de encontro a um soldado, que me sorriu e me perguntou se eu vinha de longe. Disse que sim, para não ter que voltar a falar.” (CAMUS, 1997, p. 12).

² Com relação a ferramentas estéticas, pretendo lançar mão de imagens (paredes grafitadas), lembranças de filmes, de textos literários. Ou seja, ferramentas do belo, num agenciamento que faz funcionar outros corpos, instaurando o movimento, numa coreografia experimental. A Estética é o efeito da passagem de linhas de fuga por um campo vivencial.

Ao chegar à Mathias Velho, pela Avenida Rio Grande do Sul (principal avenida de acesso à região), fui percebendo que as casas e os prédios estão localizados às margens responsáveis pela entrada e pela saída de seus moradores. Chamou-me atenção que, a cada três ou quatro quadras, existe uma rótula, que abriga no seu centro uma pequena praça, e logo em seguida a avenida segue. As principais praças localizam-se no canteiro central da Avenida Rio Grande do Sul e cumprem um importante papel à medida que quebram a continuidade do olhar em direção ao fundo, tornando sua imagem menos inóspita.

Circular no bairro significa ver e ser visto, ou seja, pertencer ao cotidiano e dar uma visibilidade para si e também ver os outros. Certeau, Giard e Mayol explicam:

O bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social exigindo um tratamento especial. Sair de casa, andar pela rua é efetuar de tudo um ato cultural não-arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares etc. [...]) É sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social. (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 43).

O processo de expansão do bairro gerou um conjunto de salas ao longo da avenida que abriga uma complexa rede de serviços. Com exceção do serviço bancário, todos os outros são serviços podem ser realizados dentro do bairro. Existem, ainda, quatro escolas municipais e duas estaduais, um posto de saúde, templos religiosos, supermercados, lojas e posto policial. Em 2007, foi inaugurado um pronto-socorro municipal.

Os moradores estão distribuídos em uma faixa retangular de seis quilômetros de profundidade e com uma área de 7.150.000 m². Ao longo do tempo, diferentes cenários no processo de ocupação do bairro foram sendo constituídos. Cinco avenidas, posicionadas geometricamente³, acompanham os seis quilômetros de extensão do bairro em direção ao fundo. Perpendicularmente a elas, existe uma sequência de ruas posicionadas de forma equidistante umas das outras.

Alex Fraga, ao comentar sobre determinadas coordenadas, chama atenção de que

No interior deste conjunto, a cidade também produz suas distinções pela valorização de determinados traçados, fixados como referência dentro de uma organização funcional e centralizada, que formam saliências urbanas. Essas

³ Sua configuração espacial é produto de um urbanismo racionalista, com fortes traços higienistas.

saliências assumem limites visíveis em seu aspecto panorâmico, dando uma idéia de imortalidade das casas, das praças, das avenidas, das pontes. Nesse tipo de descrição os traçados se encontram graficamente racionalizados, configurando uma visão estabilizada de cidade que procura impor um modo de circulação aos sujeitos. (FRAGA, 2000, p.18).

Temos então uma interação entre a topologia do espaço, os trajetos desenhados pelo percurso dos usuários da cidade e os signos que vão sendo inscritos nos suportes urbanos. Pensei, assim, em uma escrita da região da Mathias Velho como um conjunto de textos que atuam na vida dos cidadãos e participa da constituição de um *diálogo público*, no qual o espaço físico é preenchido por um vocabulário que se declina a partir de diferentes *lugares* e de variadas práticas. Como elas são relacionais, pois se desenvolvem em um espaço comum, suas interpretações dependem do contexto em que se inscrevem. Igualmente, elas são orientadas segundo a localização. Todavia, ao mesmo tempo em que esses lugares modificam o sentido das práticas, são simultaneamente transformados por elas.

Foucault, ao se referir aos espaços e suas localizações, afirma:

Seria preciso fazer uma história dos espaços – que seria ao mesmo tempo uma história dos poderes – que estudasse desde as estratégias da geopolítica até as nossas pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômicas-políticas. [...] A fixação espacial é uma forma econômica-política que deve ser detalhadamente estudada. (FOUCAULT, 2002, p. 212).

Tendo isso em mente, penso que cabe perguntar: como nos tornamos sujeitos de determinadas culturas de lazer? Essa pergunta serviria em variados processos e em instituições, em especial quando buscamos pensar em temáticas que articulem as questões urbanas das cidades contemporâneas com os modos de vida de seus moradores. Nessa cultura de lazer está incluída uma gama de aspectos que envolvem as formas de circulação, os espaços de divertimentos, a distribuição da riqueza e os equipamentos de consumo, chegando até aos circuitos do mercado de trabalho e às múltiplas formas de violência.

Cena 2

Pena que estava de sapato...

O trânsito na praça é muito intenso até porque as pessoas a usam como passagem de uma rua a outra. Na quadra de areia é onde se concentrava um maior número de jovens. Havia um rodízio; enquanto duas equipes jogavam, outras aguardavam ao redor para entrar no lugar da equipe derrotada.

A região está a cerca de dois quilômetros do centro da cidade, ou seja, sua proximidade espacial não permite que o lugar seja enquadrado na perspectiva centro-periferia. Resulta daí que nem sempre as tipologias clássicas respondem às dinâmicas contemporâneas das cidades.

A região mais central (mais próxima ao centro), por conta das melhorias da infraestrutura da cidade e da ampliação da base territorial do centro – como a construção de um *shopping center* na entrada do bairro –, passou a ter um maior valor imobiliário ao longo do tempo. Com isso, as famílias mais pobres, que não tinham condições de ali permanecer, foram sendo pressionadas pelo mercado imobiliário a deslocarem-se para a região mais periférica do bairro (mais ao fundo e mais precária). Sendo assim, parte dos moradores passou a ter um duplo processo de pertencimento: ser morador de um bairro pobre – primeira ordem – e habitar as regiões mais ao fundo do bairro – segunda ordem.

Gilles Deleuze e Felix Guattari criaram um conceito filosófico de território. Para os autores, constituir um território é quase o nascimento da arte. Os territórios têm fronteiras. O que intervém na marcação de um território é também uma série de posturas. O território é o domínio do ter. A demarcação de um território não é só um limite físico, mas também um limite de percepções (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 122).

E o território só vale em relação a um movimento através do qual se sai dele. E sair do território é aventurar-se, isto é, desterritorializar-se. Não há território sem um movimento de saída desse território, ou seja, desterritorialização. E não há desterritorialização sem um movimento de reterritorialização em outra parte.

Conforme Almeida e Tracy (2003), o debate a respeito da espacialidade tornou-se estratégico para a compreensão das questões centrais das Ciências Sociais contemporâneas. Segundo as autoras, surgiu, na última década, uma nova “geografia cultural”, estruturada em torno de diferentes parâmetros teóricos, segundo os quais, as noções de *lugar* e *espaço* não envolvem séries de relações fora da sociedade, mas estão implicadas na própria produ-

ção das relações sociais e são, em si mesmas, socialmente produzidas. (ALMEIDA ; TRACY, 2003).

Do ponto de vista conceitual, Certeau (1994), estabelece a diferenciação entre *lugar* e *espaço*, para esse autor, *lugar* é a ordem segundo a qual diferentes elementos que compõem materialmente a realidade se organizam uns em relação aos outros, segundo eixos precisos (ordenadas e coordenadas), abarcando “uma configuração instantânea de posições” e “implicando uma indicação de estabilidade”. Por outro lado, o *espaço* não possui unicidade nem estabilidade apontadas anteriormente, ao contrário, “existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e variável no tempo”. O espaço é construído pelo cruzamento de móveis, sejam eles corpos ou fragmentos e é “animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram”. (CERTEAU, 1994, p.112).

Aqui encontramos reciprocidade entre Michel Foucault e Michel de Certeau, para ambos as práticas espaciais cotidianas traduzem movimentos que se combinam e se realizam fora do poder instituído (os espaços de fora – *dehors* – de Foucault, as táticas e astúcias de Certeau) – práticas no e sobre o espaço, que jogam e vencem o jogo viciado da disciplina, tecendo, na vida social, modos individuais (e coletivos) de reapropriação do espaço e de ressignificação do instituído.

Nossas relações cotidianas são relações de espacialidade carregadas de qualidades: espaços de dentro, espaços fechados, espaços abertos, que se conectam nesses espaços diferentes – heterotopias “[...] espaços diferentes entre outros lugares, uma espécie de contestação, ao mesmo tempo mítica e real, do espaço onde nós vivemos” (FOUCAULT, 1999, p.255); espaços de dentro são espaços de nossa percepção, de nossos sonhos, de nossas paixões de nossos desejos; espaços de fora são espaço em que vivemos, nos quais somos lançados fora de nós mesmos, espaços fechados são espaços disciplinares onde se realiza o infinito jogo entre as práticas de poder e os processos de subjetivação. Os espaços fechados são dispositivos da sociedade disciplinar, que reúnem práticas de saber, enunciados científicos e visibilidades em que as relações de poder operam de maneira disciplinar.

Foucault problematiza a própria noção de espaço, servindo-se para tanto de três associações: extensão (*étendue*); localização (*localisation*) e posicionamento (*emplacement*). Constrói então uma breve genealogia do percurso de uma a outra forma de conceber e de experimentar o espaço na história do Ocidente associando o espaço de localização com a hierarquia de lugares que marcava o pensamento medieval; a extensão como a idéia de espaço que emergiu a partir da descoberta de Galileu, um espaço infinito e infinitamente aberto que, não tendo nem centro nem margens, não poderia reter a hierarquia medieval e o posicionamento como o que corresponderia à

nossa atualidade, tendo surgido como substituição à própria extensão. Tal espaço de posicionamento se define por relações de vizinhança entre pontos ou elementos: formalmente, podemos descrevê-lo como séries, árvores, treliças, redes.

Trata-se de pensarmos os espaços como dinâmicos, expandindo-se e modificando-se em variadas formações, num estado de constante de construção, cabe, então, perguntar: Como seria a paisagem que percebemos quando experimentamos também nos deslocar por esses territórios em movimento?

Uma possível resposta é a possibilitada por uma compreensão do espaço como um local que oscila entre o visível e o invisível a partir da tensão entre a cidade experimentada fisicamente e a cidade imaginada. Vivemos em cidades porque nos apropriamos de seus espaços: casas, parques, praças, ruas, viadutos, canais. Também não percorremos a cidade apenas com os meios de transporte, mas também com relatos e com imagens que conferem aparência de realidade ao invisível: mapas que inventam e ordenam a trama urbana, discursos que representam o que ocorre ou o que pode acontecer na cidade são narrados por novelas, por filmes, por jornais, pela televisão, etc.

Cena 3

Vejo uma parede grafitada...

Fico pensando em que noite conseguiram fazer, quem eram...

Em *Cidades Invisíveis*: "O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes" (CALVINO, 1990, p. 18).

Ítalo Calvino consegue criar descrições de cidades fantásticas, que nos colocam sempre a pensar e a imaginar nossa relação com os ambientes ao redor. São espelhadas, metrópoles inconscientes de sua história, povoados formados apenas por tubos hidráulicos. Em cada uma, uma sugestão. Em cada uma, uma imagem. Em cada uma, uma poesia. Calvino consegue deixar claro que, mesmo invisíveis, essas cidades coexistem na história, na memória e, principalmente, na imaginação de cada um.

É preciso mergulhar no cotidiano da cidade para estudar seus jovens, seus produtos, seus fluxos e suas apropriações nem sempre visíveis, contudo, animam e reconfiguram a sua imagem imediata ou institucionalizada. A cidade é um espaço polifônico, "que se comunica com vozes diversas e todas copresentes" (CANEVACCI, 1993, p. 15), porque é viva, dinâmica e, desde sua concepção inicial, um espaço público privilegiado, onde os sujeitos es-

tão em (des)encontro constante, a estabelecer potenciais de sociabilidade, modificando as possibilidades de comunicação e de interação vivenciadas no cotidiano.

Deleuze anuncia assim

Nem elemento, nem conjunto, o que é o E? O E não é nem um nem outro, é sempre entre os dois, é a fronteira, sempre há uma fronteira, uma linha de fuga ou de fluxo, que não se vê, porque ela é a mais imperceptível. No entanto, é sobre essa linha que as coisas se passam, os devires se fazem, as revoluções se esboçam. (DELEUZE, 1992, p. 60).

Para muitos moradores da região é muito confuso estabelecer os limites exatos com as vilas circunvizinhas a ponto de existirem várias versões diferentes sobre essa divisão. A senhora Carmem, que é moradora da Vila Cerne há 35 anos e presidente do Conselho de Pais e Mestres da Escola Guilherme de Almeida, explicou-me sobre a localização das vilas desta região:

A Santa Isabel é um loteamento que existe há 24 anos, a Santo Operário é uma vila que antigamente era uma fazenda que pertencia a família de Mathias, por esse motivo que a vila é chamada pelas pessoas de “granja” que existe há aproximadamente 26 anos. Já a Vila Cerne antigamente era um bairro e a Harmonia era outro. Agora a Vila Cerne está aglutinada ao bairro Harmonia. O Porto Belo fica atrás da Santo Operário (diário de campo).

Dona Marlene é faxineira da escola Guilherme de Almeida e mora na vila Santo Operário há mais de 20 anos. Quando perguntei sobre a localização da Vila Cerne e seus entornos, ela respondeu com certa dificuldade, demonstrando que o tempo em que lá reside não evitou que esta noção fosse confusa:

Moro na Santo Operário desde os 14 anos, tem mais de 20 anos que moro aqui. A Santo Operário era uma granja de plantação de arroz que aos poucos foi sendo invadida e agora é Santo Operário. Eu não sabia que a vila pertencia ao bairro Mathias Velho, só fui descobrir há pouco tempo quando fui à prefeitura pegar o “uso capião” que serve pra provar que com o passar do tempo a gente ganhou as terras porque os verdadeiros donos nunca reclamaram (diário de campo).

Outra versão foi a de Dona Maria moradora da Santo Operário:

As correspondências que eu recebo em casa vêm como bairro Harmonia. Muitos terrenos aqui estão sendo regularizados até hoje. No ano passado eu fui em uma reunião na associação dos moradores da Vila Santo Operário, que foi promovida por alguns políticos, para assinar as escrituras dos terrenos que ainda estão sendo regularizados (diário de campo).

Magnani (2005) aponta para as diferentes versões da rua que constituem distintas modulações de uso e desfrute do espaço público (p. 203). Tais depoimentos demonstram, também, que os limites territoriais em uma região que congrega loteamentos, invasões e condomínios de classe média são fluídos e, ao mesmo tempo, objeto de disputa. São contradições construídas em função de arranjos e de negociações que vão-se estabelecendo no processo de usar esse espaço em comum que é a rua de uma cidade.

Fantasia heterogêneas tornam o espaço territorial mais denso. A cidade programada para funcionar, planejada, projetada em quadriculados, se multiplica, transborda em narrativas ficcionais individuais e coletivas. Essa distância entre modos de habitar e modos de imaginar manifesta-se em qualquer comportamento urbano. É nas derivas, nas viagens pela cidade que irrompe o desajuste entre o que se vive e o que se imagina.

Cena 4

Dois garotos batem bola no meio da rua. Peço a bola pra mostrar minha habilidade, faço uma, duas, três embaixadas e quando me emocionou, a bola pega na canela... e vai longe... A gurizada cai na risada...

A região da Grande Mathias Velho é, no meu entender, o ponto privilegiado para a expressão da heterogeneidade que caracteriza a cidade. Apesar disso, a localidade é cada vez mais representada como lugar de passagem, principalmente para os que têm emprego. As pessoas *descem* para o Centro. Fica, assim, despercebida sua dimensão como espaço público, de encontro e de convívios sociais.

A “Mathias” apareceu como lugar público que comporta toda sorte de atores individuais e coletivos, usos territoriais institucionalizados e cotidianamente configurados, memórias e discursividades diversas, sentidos atribuídos e construídos, experiências e experimentações, apropriações simbólicas e concretas. Simultaneamente, comporta uma rede complexa e intensa de relações sociais – antagônicas, complementares, paralelas, convergentes,

consensuais, conflitantes –, refletindo diferentes padrões de diálogo e de negociação.

Observar e percorrer traços dessa rede foi uma tentativa de compreender esse lugar como um território conformado por dimensões espaciais e culturais, um lugar que transcende sua estrutura física, suportando também um emaranhado de significados em fluxo. Nesse sentido, essa rede configura-se como um conjunto dinâmico e multiplicador de realidades concretas, mesmo em seus contextos mais simbólicos. São práticas e representações (re)significadas à medida que interagem com esses espaços e todas as suas combinações.

A região da Grande Mathias Velho congrega, além do bairro com o mesmo nome, mais algumas áreas adjacentes: a Vila Cerne, o Loteamento Santa Isabel, o Residencial Cinco Colônias e a Vila Santo Operário, além de outras vilas irregulares, que também fazem parte deste estudo, uma vez que representam uma continuidade territorial, ainda que disputas constantes por parte de moradores sobre os limites territoriais aconteçam o tempo todo.

Tais disputas em algumas situações podem impactar a mobilidade dos jovens em circular entre diferentes territórios na mesma região, pois ocorre uma espécie de demarcação. Ao conversar com alguns, relataram e nomearam grupos existentes de acordo com o local de moradia:

Ali na Harmonia tem os “Guris das Antenas”, logo ali adiante tem os “Guris da Granja”, os “Guris do Cinco Colônias” e nós somos os “do Asfalto”. Nós aqui do asfalto não descemos na banda dos guris da granja nem eles vêm pra cá, senão dá tumulto (diário de campo).

Essa demarcação territorial é muito comum na região, como se fosse uma forma de fortalecer uma territorialidade local. Mas, ao mesmo tempo, essas relações de poder acabam limitando o acesso aos espaços de lazer de modo que é *sensato* não invadir o território do outro.

Nas andanças pela região, ouvi muitas queixas sobre o lugar. De igual maneira, quase todos falaram que não gostariam de sair dali. Bruno, de 11 anos, foi um menino que conheci na frente da escola Guilherme de Almeida. Disse-me várias vezes que gosta muito do bairro, pois tem muitos amigos. Apesar das muitas amizades, suas atividades de lazer se limitam à *lan house* que tem próximo à sua casa. Frequentemente, eu passava pela locadora, e ele estava lá jogando. O que me chamou a atenção é que, caso quisesse encontrá-lo, bastava passar na frente da escola ou na *lan house*. Depois de algum tempo, em uma de nossas conversas, perguntei a ele se, além dos jogos na locadora, ele não se interessava por alguma outra atividade de lazer e ele

respondeu: “*Até gosto de jogar futebol, mas minha mãe não deixa eu ir nas praças por causa dos maloqueiros*” (diário de campo). Os maloqueiros, aos quais ele se refere, são os comerciantes e consumidores de drogas nas praças.

Devo ressaltar que esse movimento característico dos espaços urbanos contemporâneos tem dinâmica multidimensional, potencializadora da diversidade e atravessada por contradições significativas entre o todo e a parte, o global e o local, o público e o privado.

Embora os jovens que conheci na Mathias Velho manifestem fazer amigos em toda a parte, é nas proximidades da área de moradia que eles estabelecem os vínculos mais intensos e duradouros. Amigos e colegas são recrutados de preferência na vizinhança. É com eles que se estuda nos primeiros anos de ensino formal, nas escolas situadas na comunidade, e é com eles que se brinca na rua, que se reza na igreja, por exemplo.

Desenvolver nas ruas jogos, conversas e outras práticas de lazer não deve induzir que pensemos que tal fato ocorre baseado apenas na falta de equipamentos específicos de lazer. A ocupação das ruas é mais uma expressão da maneira pela qual os moradores de periferia se relacionam com o lugar onde moram. O bairro constitui um espaço ao mesmo tempo público e privado, qualificado pelo cruzamento cotidiano das trajetórias, pela existência de relações de parentesco, de amizade e de vizinhança.

A rua é o espaço público, o espaço comum, de acesso irrestrito e convivência de diversidades, que se estende do compartilhado ao coletivo e onde se materializam conflitos, disputas, e negociações. É o espaço da luta política, da luta pela apropriação, dos usos e ocupações, dos vínculos afetivos, das táticas que vão-se delineando ao longo da história, produzindo práticas e discursos que integram a dinâmica social e seus processos de reprodução, de transformação e de manutenção. Um espaço privilegiado para a legitimação e para circulação de saberes e sentidos, tanto quanto para a constituição identitária e subjetiva – individual e coletiva. É, ao mesmo tempo, um espaço de pretensões universais, que, ao menos em definição, garante o acesso de todos.

Outra questão que posso preliminarmente supor é a de que a vivência dos jovens é vigiada pela família, por medo de que venham a envolver-se com atividades ilícitas ou com *pessoas erradas*. Esse tema foi constantemente trazido nas conversas que tive. Segundo alguns informantes, a violência também limita sua mobilidade. Para Taison, “*a única coisa ruim aqui é os marginais*” (diário de campo).

Pinho fala de seu receio em transitar na vila: “*Pra fazer alguma coisa legal tem que sair daqui do bairro, tem que ir pro centro ou pra Porto Alegre. Eu não saio aqui de noite porque dá muita morte*” (diário de campo).

De acordo com os jovens, o motivo das desavenças na vila é a disputa por mulheres e o comércio de drogas: “*As rixas aqui são mais por causa de mulheres ou drogas. Um quer ser mais que o outro*” (diário de campo).

Nessa forma de sentimento gregário, o espírito de participação e o pertencimento dos jovens, bloqueado em suas formas afirmativas de vida, acabam por assumir uma linha reativa em que a violência funciona como catalisador no qual *eu* me afirmo a partir da anulação do *outro*. Nas palavras de Robert Connel,

[...] há uma relação de poder que estabelece graus de dominação/autoridade e subordinação/marginalização há uma relação de poder que estabelece graus de dominação/autoridade e subordinação/marginalização, entre os diversos tipos de masculinidade, dependendo da posição que o indivíduo ocupa em relação aos outros. Em outras palavras, ser mais ou menos masculino está ligado com o poder [...] que um grupo ou indivíduo possui em relação a outros grupos ou indivíduos. (CONNEL, 2006, p. 6).

Há pelo menos duas questões nas quais pretendo me deter mais intensamente ao longo da tese e para as quais não tenho, nesse momento, elementos suficientes para uma análise mais consistente. São elas o declínio do espaço público como instância de sociabilidade em função de um pânico com relação à violência e à produção de um isolamento dos jovens que supostamente estão delinquindo.

Ser da Mathias Velho não significa apenas um dado para a localização geográfica dos moradores. Reconhecido no imaginário social como um local perigoso, um rosário de preconceitos, que vão da pobreza à violência, dificulta outras representações capazes de abarcar a complexidade, a diversidade e a riqueza dessa comunidade.

Dona Nina e seu filho Taborda acham que o grande problema é o preconceito de alguns moradores do residencial Cinco Colônias contra os moradores das vilas vizinhas, por eles ocuparem uma condição socioeconômica mais elevada. Assim dona Nina falou:

Eu acho que eles falam por preconceito, porque a violência não vem só lá do beco do Brehm como é chamado aquele corredorzinho de lá. A violência parte daqui de dentro mesmo, aqui no residencial tem grupos de rapazes viciados em drogas que eles fazem a violenciazinha deles também. Eu acho que é muito preconceito do pessoal aqui do Cinco Colônias, é muito fácil a gente colocar a culpa nos outros do que na nossa comunidade, porque na real nós temos os nossos atos violentos aqui, o que

vem de lá só tem a crescer. Eu soube de um movimento para fechar aquele beco, mas eu acho precipitado colocar a culpa da violência do bairro por causa daquele beco que vem de lá. (diário de campo).

Taborda também comenta sobre o preconceito sobre o qual, a seu ver, se sustentam os principais fatores de responsabilização dos moradores dos bairros circundantes:

Passei boa parte da minha vida brincando nas ruas e acompanhando o processo da violência no bairro, tanto que até hoje eu já tive mais de cinco assaltos no residencial, e o pessoal sempre dizia “ah esse é o ladrãozinho lá da vila tal, lá da granja, da Santa Isabel, Porto Belo. Eu acho complicado apontar a violência somente para um local. O pessoal da Cinco Colônias até se dá bastante bem com o pessoal da Vila Cerne, só tem aquele preconceito como em todo lugar, por exemplo, eu moro em um lugar mais rico e tu mora em um lugar mais pobre entendeu? Mas a gurizada daqui num geral se dão super bem com o pessoal da Vila Cerne. Então, assim, o futebol a gente jogava com o pessoal da Vila Cerne, basquete com o pessoal da Vila Cerne, o consumo de drogas era do pessoal da Cinco Colônias junto com o pessoal da Vila Cerne. (diário de campo).

As heterotopias traduzem-se em lugares reais e afetivos, politicamente ressignificados, transformando os espaços instituídos em espaços outros, ressignificando-os em seu uso cotidiano como lugar de origem.

Para Deleuze, fugir ao controle não é resistir às potências, mas travar uma guerrilha infinitesimal contra elas, o que é só possível porque a linha criativa do desejo está sempre à frente das linhas de força do controle (DELEUZE, 1992).

PARAFINALIZAR

Quando as heterotopias inundam o espaço com suas múltiplas contestações enviesadas trazendo vestígios de espaços e de tempos outros, atravessados e abertos aos deslocamentos do cotidiano, talvez seja possível pensar a desorientação como condição de paisagem, uma espécie de falha na, uma linguagem, uma falência no olhar e uma temporalidade articulada em torno de um tempo sempre presente, um agora.

São as forças potencializadoras do desejo que criam os “espaços diferentes, as heterotopias marginais. Não vivemos no interior de um espaço vazio, vivemos num espaço de relações que definem lugares e engendram processos de subjetivação. Não somos sujeitos universais, mas circunstanciados.

Nesse sentido, entendo que, ao percorrer ruas, textos oficiais, passagens, sons, imagens, conversas e narrativas, posso tentar localizar seus pontos de emergência, seus locais de irrupção, suas atualizações diversas, e os seus dispositivos que se vão inventando para liberar essa potência de vida, criativa e criadora, e, ao mesmo tempo, seus pontos de estrangulamento dessa vitalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. M.; TRACY, K. M. A. *Noites nômade: espaços e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONNELL, Robert. *Masculinities: knowledge, power and social change*. Berkeley, Califórnia: University of California, 1995.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997. v.5.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, Norman, Lincoln, Yvonna (Orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. . Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRAGA, Alex Branco. *Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. De outros espaços. Tradução Pedro Moura. *Revista Diacritics*, 1986.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Ditos e escritos. In: _____. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. O olho do poder. In: _____. Microfísica do poder. Tradução e Organização. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2002. p. 209-228.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo soc.* [online], v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005. doi: 10.1590/S0103-20702005000200008.

_____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec, UNESP, 1998.

MARTINS, Carlos José. Utopias e heterotopias na obra de Michel Foucault: pensar diferentemente o tempo, o espaço e a história. In: DENZIN, Norman. LINCOLN, Yvonna (Org). *A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

*Editoração eletrônica, Fotolitos,
Impressão e acabamento:*

Gênese Artes Gráficas e Editora Ltda.

Rua Carlos Von Koseritz 878/101 - Porto Alegre - RS

Fone (51) 3342.1808

atendimento@genese.com.br